COMISSÃO
EUROPEIA

Estrasburgo, 5.7.2016
COM(2016) 444 final

ANNEX 3

ANEXO

da

Proposta de Decisão do Conselho

relativa à assinatura, em nome da União Europeia, do Acordo Económico e Comercial Global entre o Canadá, por um lado, e a União Europeia e os seus Estados-Membros, por outro

ANEXO 19-1

Entidades da administração central

Salvo disposição em contrário, o presente capítulo abrange os contratos públicos realizados pelas entidades enumeradas no presente anexo, sob reserva dos seguintes limiares:

Limiares:

Mercadorias	130 000 DSE
Serviços	130 000 DSE
Serviços de construção	5 000 000 DSE

Quando as entidades enumeradas no presente anexo celebram contratos de fornecimento no que se refere às atividades referidas na secção B do Anexo 19-3, aplicam-se os limiares estabelecidos nessa secção.

Lista das entidades

1. Atlantic Canada Opportunities Agency
2. Canada Border Services Agency
3. Canada Emission Reduction Incentives Agency
4. Canada Employment Insurance Commission
5. Canada Industrial Relations Board
6. Canada Revenue Agency

7. Canada School of Public Service
8. Canadian Centre for Occupational Health and Safety
9. Canadian Environmental Assessment Agency
10. Canadian Food Inspection Agency
11. Canadian Forces Grievance Board
12. Canadian Grain Commission
13. Canadian Human Rights Commission
14. Canadian Human Rights Tribunal
15. Canadian Institutes of Health Research
16. Canadian Intergovernmental Conference Secretariat
17. Canadian International Trade Tribunal
18. Canadian Northern Economic Development Agency
19. Canadian Nuclear Safety Commission
20. Canadian Polar Commission
21. Canadian Radio-television and Telecommunications Commission

22. Canadian Space Agency

23. Canadian Transportation Accident Investigation and Safety Board

24. Canadian Transportation Agency

25. Copyright Board

26. Correctional Service of Canada

27. Courts Administration Service

28. Department of Agriculture and Agri-Food

29. Department of Canadian Heritage

30. Department of Citizenship and Immigration

31. Department of Employment and Social Development

32. Department of Finance

33. Department of Fisheries and Oceans

34. Department of Foreign Affairs, Trade and Development

35. Department of Health

36. Department of Indian Affairs and Northern Development

37. Department of Industry

38. Department of Justice

39. Department of National Defence

40. Department of Natural Resources

41. Department of Public Safety and Emergency Preparedness

42. Department of Public Works and Government Services

43. Department of the Environment

44. Department of Transport

45. Department of Veterans Affairs

46. Department of Western Economic Diversification

47. Director of Soldier Settlement

48. Director, The Veterans' Land Act

49. Economic Development Agency of Canada for the Regions of Quebec

50. Federal Economic Development Agency for Southern Ontario

51. Financial Consumer Agency of Canada

52. Immigration and Refugee Board

53. Indian Residential Schools Truth and Reconciliation Commission

54. Library and Archives of Canada

55. Military Police Complaints Commission

56. National Battlefields Commission

57. National Energy Board

58. National Farm Products Council

59. National Film Board

60. Parole Board of Canada

61. National Research Council of Canada

62. Natural Sciences and Engineering Research Council

63. Northern Pipeline Agency

64. Office of Infrastructure of Canada

65. Office of the Auditor General

66. Office of the Chief Electoral Officer

67. Office of the Commissioner for Federal Judicial Affairs

68. Office of the Commissioner of Lobbying

69. Office of the Commissioner of Official Languages

70. Office of the Communications Security Establishment Commissioner

71. Office of the Co-ordinator, Status of Women

72. Office of the Correctional Investigator of Canada

73. Office of the Director of Public Prosecutions

74. Office of the Governor General's Secretary

75. Office of the Public Sector Integrity Commissioner

76. Office of the Superintendent of Financial Institutions

77. Office of the Information Commissioner of Canada

78. Office of the Privacy Commissioner of Canada

79. Parks Canada Agency

80. Patented Medicine Prices Review Board

81. Privy Council Office

82. Public Health Agency of Canada

83. Public Service Commission

84. Public Service Labour Relations and Employment Board

85. Registrar of the Supreme Court of Canada

86. Registry of the Competition Tribunal

87. Registry of the Public Servants Disclosure Protection Tribunal

88. Registry of the Specific Claims Tribunal

89. Royal Canadian Mounted Police

90. Royal Canadian Mounted Police External Review Committee

91. Royal Canadian Mounted Police Public Complaints Commission

92. Security Intelligence Review Committee

93. Shared Services Canada

94. Social Sciences and Humanities Research Council

95. Statistics Canada

96. Transportation Appeal Tribunal of Canada

97. Treasury Board of Canada Secretariat

98. Veterans Review and Appeal Board

Notas ao anexo 19-1 do Canadá

1. No que se refere à Canadian Space Agency, os contratos públicos referents a mercadorias e serviços abrangidos limita-se aos relacionados com comunicações por satélite, observação da terra e sistemas globais de navegação por satélite. Este compromisso aplica-se por um período de cinco anos a partir da entrada em vigor do presente Acordo. O cálculo do período de cinco anos inclui o período de aplicação provisória, se for caso disso. Antes do final do período de cinco anos, o Canadá pode comunicar à União Europeia que suprime o compromisso temporário. A comunicação produz efeitos no final do período de cinco anos. Se o Canadá não efetuar essa comunicação, o compromisso temporário torna-se permanente.

2. O artigo 19.18 do presente capítulo não se aplica à eventual supressão do compromisso temporário previsto na presente nota.

ANEXO 19-2

Entidades da administração subcentral

Salvo disposição em contrário, o presente capítulo abrange os contratos públicos realizados pelas entidades enumeradas no presente anexo, sob reserva dos seguintes limiares:

Limiares:

Mercadorias	200 000 DSE
Serviços	200 000 DSE
Serviços de construção	5 000 000 DSE

Quando as entidades enumeradas no presente anexo celebram contratos de fornecimento no que se refere às atividades referidas na secção B do Anexo 19-3, aplicam-se os limiares estabelecidos nessa secção.

Lista das entidades:

1. ALBERTA

1.1 O presente anexo inclui:

1. todos os departamentos, ministérios, agências, conselhos de administração, conselhos, comités, comissões e agências similares da administração;

2. todas as administrações regionais, locais, distritais ou outras formas da administração municipal; e

3. todos os conselhos escolares e entidades financiadas por fundos públicos, dos setores do ensino superior, saúde e serviços sociais.

1.2 O presente anexo não inclui os seguintes organismos:

1. Legislative Assembly
2. Legislative Assembly Office
3. Office of the Auditor General
4. Office of the Chief Electoral Officer
5. Office of the Ethics Commissioner
6. Office of the Information and Privacy Commissioner
7. Office of the Ombudsman

2. COLÚMBIA BRITÂNICA

2.1 O presente anexo inclui:

1. todos os ministérios, agências, conselhos de administração, conselhos, comités, comissões e agências similares da administração;
2. todas as administrações regionais, locais, distritais ou outras formas da administração municipal; e
3. todos os conselhos escolares e entidades financiadas por fundos públicos, dos setores do ensino superior, saúde e serviços sociais.

2.2. O presente anexo não inclui a assembleia legislativa (Legislative Assembly) nem os seus escritórios independentes.

3. MANITOBA

3.1 O presente anexo inclui:

1. todos os departamentos, conselhos de administração, comissões, comités e agências similares da administração;

2. todos os municípios e organizações municipais; e

3. todos os conselhos escolares e entidades financiadas por fundos públicos, dos setores do ensino superior, saúde e serviços sociais.

4. NOVA BRUNSWICK

4.1 O presente anexo inclui os seguintes departamentos, secretariados e agências:

1. Aboriginal Affairs Secretariat

2. Agriculture, Aquaculture and Fisheries

3. Ambulance New Brunswick Inc.

4. Aquarium and Marine Center of New Brunswick

5. Office of the Attorney General

6. Child and Youth Advocate

7. Education and Early Childhood Development

8. Efficiency New Brunswick

9. Elections New Brunswick

10. Energy and Mines

11. Environment and Local Government

12. Executive Council Office

13. FacilicorpNB Ltd.

14. Farm Products Commission

15. Finance

16. Forest Protection Limited

17. Health

18. Horizon Health Network (Regional Health Authority)

19. Justice

20. Labour and Employment Board

21. Natural Resources

22. New Brunswick Arts Board

23. New Brunswick Emergency Measures Organization
24. New Brunswick Energy & Utilities Board
25. New Brunswick Forest Products Commission
26. New Brunswick Health Council
27. New Brunswick Human Rights Commission
28. New Brunswick Insurance Board
29. New Brunswick Internal Services Agency
30. New Brunswick Lotteries Commission
31. New Brunswick Museum
32. New Brunswick Police Commission
33. New Brunswick Public Libraries
34. Office of Human Resources
35. Office of the Auditor General
36. Office of the Commissioner of Official Languages
37. Office of the Comptroller

38. Office of the Consumer Advocate for Insurance

39. Office of the Leader of the Opposition

40. Office of the Lieutenant-Governor

41. Office of the Premier

42. Office of the Public Trustee

43. Ombudsman

44. Population Growth Secretariat

45. Post-Secondary Education, Training and Labour

46. Premier's Council on the Status of Disabled Persons

47. Public Safety

48. Vitalité (Regional Health Authority)

49. Senior and Healthy Aging Secretariat

50. Social Development

51. Government Services

52. Tourism, Heritage and Culture

53. Transportation

54. Village Historique Acadien

55. Workplace Health, Safety and Compensation Commission

4.2 Conselhos distritais de educação

1. Todos os conselhos distritais de educação

4.3 Universidades

1. Mount Allison University

2. St. Thomas' University

3. Université de Moncton

4. The University of New Brunswick

4.4 Escolas de ensino superior

1. Collège communautaire du Nouveau-Brunswick (CCNB)

2. New Brunswick Community College (NBCC)

4.5 Comissões regionais de resíduos sólidos

1. Commission de gestion déchets de Kent

2. Commission de gestion des déchets solides de la Péninsule acadienne

3. Commission des Déchets Solides / Nepisiguit-Chaleur Solid Waste Commission

4. Fredericton Region Solid Waste Commission

5. Fundy Region Solid Waste Commission

6. Kings County Region Solid Waste Commission

7. La Commission de gestion enviro ressources du Nord-Ouest

8. Northumberland Solid Waste Commission

9. Restigouche Solid Waste Corporation

10. Southwest Solid Waste Commission

11. Valley Solid Waste Commission

12. Westmorland-Albert Solid Waste Corporation

4.6 Comissões de águas residuais

1. Fredericton Area Pollution Control Commission

2. Greater Moncton Sewerage Commission

4.7 Municípios e organizações municipais (não inclui as entidades municipais do setor da energia)

1. City of Bathurst

2. City of Campbellton

3. City of Dieppe

4. City of Edmundston

5. City of Fredericton

6. City of Miramichi

7. City of Moncton

8. City of Saint John

5. TERRA NOVA E LABRADOR

5.1 O presente anexo inclui:

1. todos os departamentos, conselhos de administração, comissões;

2. todos os municípios e organizações municipais; e

3. todos os conselhos escolares e entidades financiadas por fundos públicos, dos setores do ensino superior, saúde e serviços sociais.

5.2 O presente anexo não inclui a assembleia legislativa.

6. TERRITÓRIOS DO NOROESTE

6.1 O presente anexo inclui:

1. todos os ministérios, agências;

2. todos os municípios; e

3. todos os conselhos escolares e entidades financiadas por fundos públicos, dos setores do ensino superior, saúde e serviços sociais.

6.2 O presente anexo não inclui a assembleia legislativa.

7. NOVA ESCÓCIA

7.1 O presente anexo inclui todas as entidades do setor público, tal como definidas na *Public Procurement Act*, S.N.S. 2011, c. 12, exceto:

1. quaisquer unidades intergovernamentais listadas ou unidades governamentais privatizadas se a província não possuir ou controlar uma parte maioritária dessas unidades;

2. as entidades listadas ou descritas na secção A do anexo 19-3, seja como inclusão ou exclusão;

3. serviços de saúde de urgência (uma divisão do Department of Health) no que diz respeito aos contratos relacionados com ambulâncias terrestres, para efeitos de cuidados de saúde urgentes;

4. Sydney Tar Ponds Agency;

5. Nova Scotia Lands Inc.; e

6. Harbourside Commercial Park.

8. NUNAVUT

8.1 O presente anexo inclui:

1. todos os ministérios, agências;

2. todos os municípios e organizações municipais; e

3. todos os conselhos escolares e entidades financiadas por fundos públicos, dos setores do ensino superior, saúde e serviços sociais.

8.2 O presente anexo não inclui a assembleia legislativa.

9. ONTÁRIO

9.1 O presente anexo inclui:

1. todos os ministérios provinciais e agências classificadas, excluindo as agências de energia, agências de caráter comercial ou industrial, e a Ontario Infrastructure and Lands Corporation;

2. todos os conselhos escolares e entidades financiadas por fundos públicos, dos setores do ensino superior, saúde e serviços sociais. e

3. todos os municípios, excluindo as entidades municipais do setor da energia.

9.2 O presente anexo não inclui os escritórios da assembleia legislativa.

10. ILHA DO PRÍNCIPE EDUARDO

10.1 O presente anexo inclui:

1. todos os departamentos e agências;

2. todos os municípios; e

3. todos os conselhos escolares e entidades financiadas por fundos públicos, dos setores do ensino superior, saúde e serviços sociais.

11. QUEBEQUE

11.1 O presente anexo inclui:

1. todos os departamentos e agências governamentais; e

2. todas as organizações para-públicas.

«**Agências governamentais**», são as entidades referidas nos pontos 2 a 4 do primeiro parágrafo da secção 4 da lei *Act Respecting Contracting by Public Bodies*, C.Q.L.R. c. C-65.1, incluindo a Agence du revenu du Québec, e as pessoas referidas no segundo parágrafo dessa secção, com exceção dos organismos e pessoas mencionados na secção 5 dessa lei.

«**Organizações para-públicas**» são os municípios, as organizações municipais e os organismos referidos nos números 5 e 6 do primeiro parágrafo da secção 4 da lei *Act Respecting Contracting by Public Bodies*, incluindo as pessoas coletivas ou entidades que sejam propriedade ou sejam controladas por uma ou várias organizações para-públicas.

12. SASKATCHEWAN

12.1 O presente anexo inclui:

1. todos os ministérios, agências, sociedades estatais do Conselho do Tesouro (Treasury Board Crown), conselhos de administração, comissões;

2. todos os municípios; e

3. todos os conselhos escolares e entidades financiadas por fundos públicos, dos setores do ensino superior, saúde e serviços sociais.

13. YUKON

13.1 O presente anexo inclui:

Ministérios

1. Department of Community Services
2. Department of Economic Development
3. Department of Education
4. Department of Energy, Mine and Resources
5. Department of Environment
6. Department of Finance
7. Department of Health and Social Services
8. Department of Highways and Public Works
9. Department of Justice
10. Department of Tourism and Culture
11. Executive Council Office
12. Public Service Commission
13. Women's Directorate
14. French Language Services Directorate

Agências

1. Yukon Worker's Compensation Health & Safety Board

ANEXO 19-3

Outras entidades

Secção A

Salvo disposição em contrário, o presente capítulo abrange os contratos públicos realizados pelas entidades enumeradas no presente anexo, sob reserva dos seguintes limiares:

Limiares:

Mercadorias	355 000 DSE
Serviços	355 000 DSE
Serviços de construção	5 000 000 DSE

Quando os contratos públicos disserem respeito às atividades que figuram na secção B, são aplicáveis os limiares estabelecidos nessa secção.

Lista de entidades

1. ENTIDADES FEDERAIS

1.1 O presente anexo inclui todas as sociedades estatais na aceção da parte X da lei *Financial Administration Act* (FAA) R.S.C. 1985, c. F-11, que são responsáveis perante o Parlamento, ao abrigo da secção 88 da FAA.

2. ALBERTA

2.1 O presente anexo inclui:

1. todas as sociedades estatais, empresas comerciais pertencentes ao Estado e outras entidades que são propriedade do Governo de Alberta mediante direito de propriedade; e

2. todas as sociedades ou entidades que são propriedade ou que são controladas pelos governos regionais, locais, distritais ou municipais abrangidos pelo anexo 19-2.

3. COLÚMBIA BRITÂNICA

3.1 O presente anexo inclui:

1. todas as sociedades estatais, empresas comerciais pertencentes ao Estado e outras entidades que são propriedade do Governo da Colúmbia Britânica mediante direito de propriedade; e

2. todas as sociedades ou entidades que são propriedade de um ou mais municípios ou por estes controladas.

4. MANITOBA

4.1 O presente anexo inclui todas as sociedades estatais controladas pelo governo provincial, exceto:

1. Manitoba Public Insurance Corporation

2. Venture Manitoba Tours Limited

5. NOVA BRUNSWICK

5.1 O presente anexo inclui as seguintes sociedades estatais:

1. Kings Landing Corporation
2. New Brunswick Credit Union Deposit Insurance Corporation
3. New Brunswick Highway Corporation
4. New Brunswick Housing Corporation
5. New Brunswick Investment Management Corporation
6. New Brunswick Liquor Corporation
7. New Brunswick Municipal Finance Corporation
8. New Brunswick Research and Productivity Council
9. Opportunities New Brunswick
10. Financial and Consumer Services Commission
11. Regional Development Corporation
12. Service New Brunswick

6. TERRA NOVA E LABRADOR

6.1 O presente anexo inclui todas as sociedades estatais controladas pelo governo provincial, exceto:

1. Nalcor Energy e todas as suas filiais e empresas associadas atuais e futuras, exceto a Newfoundland and Labrador Hydro.

2. Research & Development Corporation of Newfoundland and Labrador e quaisquer filiais.

7. TERRITÓRIOS DO NOROESTE

7.1 O presente anexo inclui todas as empresas estatais do território.

8. NOVA ESCÓCIA

8.1 O presente anexo inclui todas as entidades designadas como empresas comerciais estatais, em conformidade com as leis *Finance Act*, S.N.S. 2010, c. 2, e *Public Procurement Act*, exceto unidades intergovernamentais ou governamentais privatizadas referidas na lei *Provincial Finance Act* que não sejam propriedade da província nem por ela controladas maioritariamente.

9. NUNAVUT

9.1 O presente anexo inclui todas as sociedades estatais do território.

10. ONTÁRIO

10.1 O presente anexo inclui todas as entidades públicas de caráter comercial ou industrial que são propriedade dos governos provinciais e municipais.

10.2 O presente anexo não inclui entidades do setor da energia, exceto a Hydro One e a Ontario Power Generation.

11. ILHA DO PRÍNCIPE EDUARDO

11.1 O presente anexo inclui todas as sociedades estatais controladas pelo governo provincial, exceto: Innovation PEI

12. QUEBEQUE

12.1 O presente anexo inclui empresas públicas e pessoas coletivas ou outras entidades que sejam propriedade de uma ou mais dessas empresas ou por elas controladas, que não estão em concorrência com o setor privado.

12.2 **Empresa pública** é um organismo que figura na secção 7 da lei *Act Respecting Contracting by Public Bodies.*

13. SASKATCHEWAN

13.1 O presente anexo inclui todas as sociedades estatais controladas pelo governo provincial, as sociedades que sejam propriedade de um ou mais municípios ou por estes controladas, e a Saskatchewan Liquor and Gaming Authority.

14. YUKON

O presente anexo inclui todas as empresas públicas na aceção da lei *Corporate Governance Act*, R.S.Y. 2002, c. 45, exceto:

a) Yukon Development Corporation

Nota ao anexo 19-3, secção A, do Canadá

1. O presente anexo não abrange os contratos públicos referentes a atividades de intervenção do Canada Deposit Insurance Corporation ou suas filiais, nem os contratos públicos celebrados por qualquer filial criada em relação a tais atividades de intervenção.

2. O presente anexo não abrange os contratos públicos celebrados pela Canada Lands Company Limited ou pelas suas filiais tendo em vista o desenvolvimento de imóveis para venda ou revenda com fins comerciais.

3. A Ontario Power Generation reserva-se o direito de conceder uma preferência às propostas que beneficiem a província, como as que favorecem a subcontratação local, no contexto de contratos públicos relativos à construção ou manutenção de instalações nucleares ou serviços conexos. Na avaliação das propostas, os eventuais critérios de seleção referentes aos benefícios não podem exceder 20 % do total de pontos.

4. Este capítulo não abrange contratos públicos para a produção, o transporte e a distribuição de energias renováveis, exceto energia hidroelétrica, pela província de Ontário, tal como definido na lei *Green Energy Act*, S.O. 2009, c. 12, Sch. A.

Secção B

Aos contratos públicos celebrados pelas entidades adjudicantes referidas nos anexos 19-1 e 19-2 e 19-3, secção A, que tenham qualquer das atividades ou combinações dessas atividades a seguir indicadas como principal objeto, aplicam-se os limiares que se seguem:

1. Colocação à disposição dos transportadores aéreos de aeroportos ou outros terminais de transporte;

2. Abertura ou exploração de redes de prestação de serviços ao público no domínio dos transportes por caminho de ferro, sistemas automáticos, elétricos, tróleis ou autocarros, ou cabo;

3. Colocação à disposição dos transportadores marítimos ou fluviais de portos marítimos ou interiores ou outros terminais de transporte;

4. Abertura ou exploração de redes fixas destinadas à prestação de serviços ao público no domínio da produção, do transporte ou da distribuição de água potável e tratamento de águas residuais, ou à alimentação dessas redes com água potável;

5. Abertura ou exploração de redes fixas destinadas à prestação de serviços ao público no domínio da produção, do transporte ou da distribuição de eletricidade, ou à alimentação dessas redes com eletricidade; ou

6. Abertura ou exploração de redes fixas destinadas à prestação de serviços ao público no domínio da produção, do transporte ou da distribuição de gás ou energia térmica, ou à alimentação dessas redes com gás ou energia térmica.

Limiares:

Mercadorias	400 000 DSE
Serviços	400 000 DSE
Serviços de construção	5 000 000 DSE

Nota ao anexo 19-3, secção B, do Canadá

1. O presente capítulo não abrange os contratos públicos celebrados pelas entidades adjudicantes para as atividades enumeradas na secção B supra que estejam sujeitos à concorrência no mercado em causa.

2. O presente capítulo não abrange os contratos públicos celebrados pelas entidades adjudicantes para as atividades enumeradas na secção B:

   a) para efeitos de aquisição de água, de energia ou de combustíveis para a produção de energia;

   b) para o exercício de tais atividades fora do Canadá; ou

   c) para efeitos de revenda ou aluguer a terceiros, desde que a entidade adjudicante não disponha de direitos especiais ou exclusivos para vender ou alugar o objeto de tais contratos e que outras entidades possam vendê-lo ou alugá-lo nas mesmas condições da entidade adjudicante.

3. Este capítulo não abrange contratos públicos celebrados por entidades adjudicantes para efeitos da exploração de uma área geográfica para fins de prospeção ou extração de petróleo, gás, carvão ou outros combustíveis sólidos.

ANEXO 19-4

MERCADORIAS

1. Salvo disposição em contrário, o presente capítulo abrange todas as mercadorias.

2. Sem prejuízo da aplicação do artigo 19.3, n.º 1, no que diz respeito aos contratos públicos celebrados pelo Department of National Defence, a Royal Canadian Mounted Police, o Department of Fisheries and Oceans for the Canadian Coast Guard, a Canadian Air Transport Security Authority e as forças policiais provinciais e municipais, o presente capítulo abrange unicamente as mercadorias descritas em qualquer das Federal Supply Classifications (FSC) que se seguem:

FSC	22.	Equipamento para vias-férreas
FSC	23.	Veículos automóveis, reboques e bicicletas (exceto autocarros em 2310, camiões e reboques militares em 2320 e 2330 e veículos de lagartas de combate, de assalto e táticos em 2350 e veículos de rodas, de combate, de assalto e táticos em 2350, anteriormente classificados em 2320)
FSC	24.	Tratores
FSC	25.	Componentes de veículos
FSC	26.	Pneus e câmaras de ar
FSC	29.	Acessórios de motores
FSC	30.	Equipamento de transmissão de energia mecânica
FSC	32.	Máquinas e equipamento para trabalhar madeira
FSC	34.	Máquinas para trabalhar metais
FSC	35.	Equipamento de serviços e comércio
FSC	36.	Máquinas especiais para a indústria
FSC	37.	Máquinas e equipamentos agrícolas

FSC	38.	Equipamento de construção, minas, escavação e manutenção rodoviária
FSC	39.	Equipamento de movimentação de materiais
FSC	40.	Cordas, cabos, correntes e acessórios
FSC	41.	Equipamento de refrigeração e ar condicionado
FSC	42.	Equipamento de combate a incêndios, salvamento e segurança (exceto 4220: equipamento de mergulho e de salvamento marítimo; e 4230: equipamento de descontaminação e impregnação)
FSC	43.	Bombas e compressores
FSC	44.	Fornalhas, instalações de vapor, equipamento de secagem e reatores nucleares
FSC	45.	Equipamento de canalização, aquecimento e sanitário
FSC	46.	Equipamento de purificação de água e tratamento de esgotos
FSC	47.	Tubos, mangueiras e acessórios
FSC	48.	Válvulas
FSC	49.	Manutenção e reparação de equipamento
FSC	52.	Ferramentas de medição
FSC	53.	Equipamento e materiais abrasivos
FSC	54.	Estruturas e andaimes prefabricados
FSC	55.	Madeira, objetos de carpintaria, contraplacados e revestimentos de madeira
FSC	56.	Materiais de construção e edificação
FSC	61.	Cabos elétricos e equipamentos elétricos e de distribuição
FSC	62.	Aparelhos de iluminação e candeeiros

FSC	63.	Sistemas de alarme e de sinalização (exceto 6350: sistemas de deteção de segurança para controlos de segurança)
FSC	65.	Equipamento e produtos médicos, dentários e veterinários
FSC	66.	Instrumentos e equipamento de laboratório (exceto 6615: mecanismos de piloto automático e componentes de giroscópios de aeronaves;6635; material para ensaios e inspeções das propriedades físicas para controlos de segurança; e 6665: instrumentos e aparelhos de deteção de perigos
FSC	67.	Equipamento para fotografia
FSC	68.	Produtos químicos
FSC	69.	Dispositivos e material de apoio à formação
FSC	70.	Equipamento para processamento automático de dados para fins gerais, software, fornecimentos e equipamento de apoio (exceto 7010: configurações de equipamento para processamento automático de dados (ADPE))
FSC	71.	Mobiliário
FSC	72.	Artigos e aparelhos domésticos e comerciais
FSC	73.	Equipamento de preparação e fornecimento de alimentos
FSC	74.	Máquinas de escritório, equipamento visível de gravação e equipamento para processamento automático de dados
FSC	75.	Material e instrumentos de escritório
FSC	76.	Livros, mapas e outras publicações (exceto 7650: desenhos e especificações)
FSC	77.	Instrumentos musicais, fonógrafos e rádios
FSC	78.	Equipamento recreativo e de ginástica

FSC	79.	Equipamento e produtos de limpeza
FSC	80.	Pincéis, tintas, produtos vedantes e adesivos
FSC	81.	Embalagens, caixas e material de embrulho
FSC	85.	Produtos de toucador
FSC	87.	Produtos para a agricultura
FSC	88.	Animais vivos
FSC	91.	Combustíveis, lubrificantes, óleos e ceras
FSC	93.	Materiais fabricados não metálicos
FSC	94.	Materiais brutos não metálicos
FSC	96.	Minérios, minerais e seus produtos primários
FSC	99.	Diversos

Notas ao anexo 19-4 do Canadá

1. A presente nota aplica-se aos contratos públicos de veículos de transporte coletivo nas províncias de Ontário e Quebeque. Veículos de transporte coletivo são elétricos, autocarros, tróleis, carruagem de metro, viatura ferroviária ou locomotiva para sistemas ferroviários ou metropolitanos utilizados para os transportes públicos.

    a) As entidades adjudicantes das províncias de Ontário e do Quebeque, aquando da aquisição de veículos de transporte coletivo, podem, em conformidade com as disposições do presente capítulo, exigir que o adjudicatário contrate até 25 % do valor do contrato no Canadá.

b) A diminuição de uma tal percentagem do valor do contrato decidida pelo Governo do Canadá ou pelas províncias de Ontário e do Quebeque, no seguimento da celebração de um acordo internacional ou segundo as leis, regulamentação ou políticas nacionais, substituirá a referida percentagem de 25 % de forma permanente ao abrigo do presente capítulo para essa província e para a categoria de veículo de transporte coletivo às quais se aplica essa nova percentagem. Para efeitos da aplicação da presente nota, as províncias de Ontário e do Quebeque não podem sujeitar os proponentes da União Europeia a um tratamento menos favorável do que o concedido a proponentes canadianos ou de outros países terceiros.

c) O termo «valor» refere-se aos custos elegíveis nos contratos públicos de veículos de transporte coletivo para componentes, subcomponentes e matérias-primas produzidos no Canadá, incluindo mão de obra ou outros serviços conexos, tais como os serviços pós-venda e de manutenção, como indicado na proposta. Inclui, ainda, todos os custos relacionados com a montagem final do veículo de transporte coletivo no Canadá. Cabe ao proponente determinar que parte do valor do contrato será cumprida mediante a utilização do valor adquirido canadiano. Todavia, a província do Quebeque pode exigir que a montagem final se realize no Canadá.

d) Montagem final:

i) A montagem final de um autocarro inclui:

A) a instalação e a interconexão do motor, da transmissão, dos eixos, incluindo o sistema de travagem;

B) a instalação e a interconexão dos sistemas de aquecimento e de ar condicionado;

C) a instalação de sistemas pneumáticos, elétricos e de portas;

D) a instalação de bancos de passageiros e pegas;

E) a instalação da sinalização de destino;

F) a instalação de rampas de acesso para cadeiras de rodas; e

(G) a inspeção final, os ensaios de estrada e a preparação para entrega.

ii) A montagem final de um comboio inclui:

A) a instalação e conexão dos sistemas de ventilação, de aquecimento e de ar condicionado;

B) a instalação e conexão de bogies, eixos, suspensão e diferencial;

C) a instalação e conexão de motores de propulsão, o controlo da propulsão e a potência auxiliar;

D) a instalação e conexão do comando de travagem, equipamento de travagem e de compressores de ar do sistema de travagem;

E) a instalação e conexão dos sistemas de comunicação, de informação a bordo e de controlo à distância; e

F) a inspeção, a verificação de todos os trabalhos de instalação e de interconexão, bem como a realização de ensaios estacionários para verificar todas as funções.

e) Os custos elegíveis devem permitir que o adjudicatário disponha de uma razoável flexibilidade para obter recursos necessários à execução do contrato em termos concorrenciais junto de fornecedores canadianos, incluindo preço e qualidade. Os contratos não podem ser divididos com o objetivo de restringir a escolha das despesas elegíveis pelo proponente.

f) As entidades adjudicantes devem indicar a existência de tais condições clara e objetivamente, tanto nos anúncios de concurso como no caderno de encargos.

g) A aplicação deste parágrafo será revista cinco anos após a entrada em vigor do presente Acordo.

h) A aplicação do presente parágrafo será reexaminada tendo em vista reduzir a sua incoerência com as disposições do presente capítulo, no caso de os Estados Unidos da América baixarem permanentemente as restrições de conteúdo local aplicáveis a veículos de transporte (material circulante) para menos de 25 % para as autoridades adjudicantes locais e estatais.

2. No que diz respeito à província da Ilha do Príncipe Eduardo, o presente anexo não abrange os contratos públicos referentes a materiais de construção utilizados para a construção de infraestruturas rodoviárias e manutenção.

3. No que diz respeito à província do Quebeque, o presente anexo não abrange os contratos públicos referentes às seguintes mercadorias celebrados pela Hydro-Québec (identificadas em conformidade com o SH): SH 7308.20; SH 8406; SH 8410; SH 8426; SH 8504; SH 8535; SH 8536; SH 8537; SH 8544; SH 8705.10; SH 8705.20; SH 8705.90; SH 8707; HS 8708; SH 8716.39; ou SH 8716.40.

4. No que diz respeito à província de Manitoba, o presente anexo não abrange os contratos públicos referentes às seguintes mercadorias celebrados pela Manitoba Hydro Electric Board:

a) têxteis — vestuário ignífugo e outro vestuário de trabalho;

b) construções prefabricadas;

c) pontes, secções de pontes, torres e pórticos, de ferro fundido, ferro ou aço;

d) turbinas a vapor; turbinas e rodas hidráulicas; turbinas a gás;

e) transformadores elétricos, conversores estáticos e bobinas de reactância e de autoindução;

f) aparelhos de controlo ou distribuição de eletricidade;

g) partes deaparelhos de controlo ou distribuição de eletricidade;

h) cabos coaxiais e outros condutores elétricos coaxiais;

i) outros condutores elétricos, para tensões superiores a 1 000 V;

j) cancelas/portões;

k) postes de madeira e travessas; ou

l) geradores.

ANEXO 19-1

Serviços

1. Salvo disposição em contrário, o presente capítulo abrange os serviços especificados nos pontos 2 e 3. O objeto dos serviços de construção consta do anexo 19-6. Os serviços enumerados no presente anexo e no anexo 19-6 são identificados em conformidade com a CPC.

2. O presente anexo abrange os contratos públicos referentes aos seguintes serviços por parte de entidades centrais constantes do anexo 19-1 e da secção A do anexo 19-3:

861	Serviços jurídicos (serviços de consultoria unicamente em matéria de direito estrangeiro e internacional)
862	Serviços de contabilidade e de auditoria

3. O presente anexo abrange os contratos públicos referentes aos seguintes serviços por parte de entidades constantes dos anexos 19-1 e 19-2 e da secção A do anexo 19-3:

Referência CPC	Designação
633	Serviços de reparação de bens pessoais e domésticos
7512	Serviços comerciais de correio rápido (incluindo multimodal)
7523	Intercâmbio eletrónico de dados (EDI)
7523	Correio eletrónico
7523	Serviços de fax melhorados/de valor acrescentado, nomeadamente armazenamento e expedição, armazenamento e extração, conversão de códigos e protocolos
7523	Serviços de informação e de pesquisa de bases dados em linha
7523	Serviços de mensagens orais (voice mail)

Referência CPC	Designação
822	Serviços imobiliários, à comissão ou por contrato
841	Serviços de consultoria relacionados com a instalação de hardware informático
842	Serviços de implementação de software, incluindo serviços de consultoria em matéria de sistemas e de software, serviços de análise de sistemas de programação, conceção, programação e manutenção
843	Serviços de processamento de dados, incluindo serviços de tratamento, tabulação e de gestão de instalações
843	Processamento de dados e/ou informações em linha (incluindo processamento de transações)
844	Serviços de bases de dados
845	Serviços de manutenção e reparação de máquinas e equipamento de escritório, incluindo computadores
849	Outros serviços informáticos
86501	Serviços de consultoria de gestão geral
86503	Serviços de consultoria em gestão de política comercial
86504	Serviços de consultoria em gestão de recursos humanos
86505	Serviços de consultoria em gestão da produção
866	Serviços relacionados com a consultoria em gestão (exceto 86602 Serviços de arbitragem e conciliação
8671	Serviços de arquitetura
8672	Serviços de engenharia
8673	Serviços de engenharia integrados (exceto 86731 Serviços de engenharia integrados para projetos «chave-na-mão» de infraestruturas de transporte)

Referência CPC	Designação
8674	Serviços de planeamento urbano e arquitetura paisagística
8676	Serviços técnicos de ensaio e análise, incluindo o controlo de qualidade e inspeção (exceto com referência a FSC 58 e a equipamento de transporte)
874	Serviços de limpeza de edifícios
8861 a 8864 e 8866	Serviços de reparação relacionados com produtos metálicos, máquinas e equipamento
94	Saneamento, higiene pública e serviços similares

Notas ao anexo 19-5 do Canadá

1. O presente capítulo não abrange os contratos públicos referentes a:

   a) todos os serviços, em relação às mercadorias adquiridas pelas seguintes entidades: Department of National Defence, Royal Canadian Mounted Police, Department of Fisheries and Oceans for the Canadian Coast Guard, Canadian Air Transport Security Authority, e as forças policiais provinciais e municipais que não sejam abrangidas pelo anexo 19-4; e

   b) serviços contratados de apoio a forças militares estacionadas no estrangeiro.

2. O presente capítulo não se aplica a instrumentos das políticas monetária, cambial, da dívida pública, de gestão de reservas e de outras políticas que impliquem operações sobre títulos ou outros instrumentos financeiros, em particular as operações que visem a obtenção de fundos ou de capital pelas entidades adjudicantes. Por conseguinte, o presente capítulo não se aplica a contratos relativos à emissão, compra, venda ou transferência de títulos ou de outros instrumentos financeiros. São igualmente excluídos os serviços prestados por bancos centrais.

3. Para as entidades adjudicantes incluídas no anexo 19-2, os limiares serão 355 000 DSE quando uma entidade celebrar contratos de serviços de consultoria sobre questões de natureza confidencial cuja divulgação implique previsivelmente a revelação de informações confidenciais, possa causar perturbações económicas ou ser contrária ao interesse público.

4. No que diz respeito à província do Quebeque, o presente anexo não abrange os contratos públicos de uma organização sem fins lucrativos referentes a planeamento urbano, bem como aos planos resultantes, preparação de especificações e direção de obras, desde que essa organização sem fins lucrativos cumpra, no contexto das suas atividades de contratação, as obrigações da entidade adjudicante decorrentes do presente capítulo.

5. No que diz respeito à província do Quebeque, o presente anexo não abrange os contratos públicos referentes aos seguintes serviços pela Hydro-Québec (identificados em conformidade com a CPC):

   84 - Serviços informáticos e afins

   86724 - Serviços de conceção técnica para a construção de obras de engenharia civil

   86729 - Outros serviços de engenharia.

6. No que diz respeito à província de Manitoba, o presente anexo não abrange os contratos públicos referentes a serviços celebrados pela Manitoba Hydro Electric Board.

ANEXO 19-6

Serviços de construção

1. Salvo disposição em contrário, o presente capítulo abrange todos os serviços de construção especificados na divisão 51 da CPC.

2. Os contratos de serviços de construção adjudicados pelas entidades enunciadas nos anexos 19-1 e 19-2 e na secção A do anexo 19-3 que impliquem, como contraprestação total ou parcial, qualquer concessão ao prestador do serviço de construção, por um determinado período, da propriedade temporária das obras de construção ou engenharia civil resultantes desse contrato, ou o direito de controlo e exploração de tais obras, e a exigência de pagamento pela sua utilização durante o período de vigência do contrato, estão sujeitos apenas às seguintes disposições: artigos 19.1, 19.2, 19.4, 19.5, 19.6 [exceto n.º 3, alíneas e) e l)], 19.15. (exceto n.os 3 e 4) e 19.17.

3. O presente capítulo não inclui os contratos de serviços de construção descritos no n.º 2 que sejam adjudicados pelas entidades adjudicantes no exercício das atividades enumeradas na secção B do Anexo 19-3.

Notas ao anexo 19-6 do Canadá

1. Para as entidades da administração central no anexo 19-1, o presente anexo inclui serviços de dragagem, incluindo os que decorram de contratos de serviços de construção, sob reserva das seguintes condições:

   a) o navio ou outro equipamento da instalação flutuante utilizado na prestação dos serviços de dragagem:

      i) foram fabricados na União Europeia ou no Canadá; ou

ii) foram fundamentalmente modificados no Canadá ou na União Europeia e foram propriedade de uma pessoa localizada no Canadá ou na União Europeia pelo menos durante um ano antes da apresentação da proposta; e

b) o navio tem de estar matriculado:

i) no Canadá: ou

ii) num Estado-Membro da União Europeia, tendo-lhe sido concedida uma licença temporária em conformidade com a lei *Coasting Trade Act*, S.C. 1992, c. 31. A licença temporária será concedida ao navio da União Europeia sob reserva de requisitos não discricionários aplicáveis[1].Não se aplicará ao pedido de uma tal licença o requisito segundo o qual uma licença temporária só será concedida se não estiver disponível nenhum navio canadiano, que tenha ou não pago o direito.

2. A província do Quebeque reserva-se o direito de adotar ou manter qualquer medida a favor da externalização local no caso de contratos de serviços de construção adjudicados pela Hydro-Québec. Para maior clareza, uma tal medida não constituiria, em caso algum, uma condição para a participação ou qualificação dos fornecedores.

3. No que diz respeito à província de Manitoba, o presente anexo não abrange os contratos públicos referentes a serviços de construção celebrados pela Manitoba Hydro Electric Board;

[1] Para maior clareza, a lei *Coasting Trade Act* não impõe requisitos de nacionalidade no que se refere aos membros da tripulação.

ANEXO 19-7

Notas gerais

1. Este capítulo não abrange contratos públicos:

   a) de construção naval e de reparação, incluindo os respetivos serviços de arquitetura e de engenharia, para as entidades centrais enunciadas no anexo 19-1 e na secção A do anexo 19-3; e para as entidades a nível subcentral na Colúmbia Britânica, Manitoba, Terra Nova e Labrador, Nova Brunswick, Nova Escócia, Ilha do Príncipe Eduardo e Quebeque abrangidas pelo anexo 19-2 e secção A do anexo 19-3;

   b) de mercadorias agrícolas no âmbito de programas de apoio agrícola e programas alimentares;

   c) de serviços de transportes que sejam parte de um contrato público ou que nele tenham carácter acessório;

   d) em relação a uma passagem internacional entre o Canadá e outro país, incluindo a conceção, a construção, a exploração e a manutenção da passagem, bem como as respetivas infraestruturas;

   e) entre filiais ou empresas associadas da mesma entidade, ou entre uma entidade e qualquer uma das suas filiais ou empresas associadas, ou entre uma entidade e uma parceria geral, limitada ou especial em que a entidade tem uma participação maioritária ou de controlo; e

   f) de mercadorias adquiridas para fins promocionais ou de representação, ou de serviços ou serviços de construção adquiridos para fins promocionais ou de representação fora da província, no que diz respeito às províncias da Colúmbia Britânica, Alberta, Terra Nova e Labrador, Nova Escócia, Ilha do Príncipe Eduardo, Quebeque e Saskatchewan;

g) de serviços, com exclusão dos contratos de serviços de construção, que concedem ao fornecedor o direito de prestar e explorar um serviço público como contraprestação, completa ou parcial, para a prestação de um serviço em virtude de um contrato público;

h) de compra, desenvolvimento, produção ou coprodução de material de programas de radiodifusores e contratos para tempo de radiodifusão;

i) por entidades do Quebeque de obras de arte de artistas locais ou contratos celebrados por um município, instituição académica ou conselho escolar de outras províncias e territórios no que respeita às indústrias culturais. Para efeitos do presente parágrafo, as obras de arte incluem obras artísticas que se destinam especificamente a ser integradas num edifício ou lugar público;

j) pelas entidades adjudicantes incluídas nos anexos 19-1 e 19-2, e na secção A do anexo 19-3 em relação a atividades nos domínios da água potável, energia, transporte e setor postal, a menos que esses contratos estejam abrangidos pela secção B do Anexo 19-3;

k) sujeitos à política de incentivos comerciais dos Territórios do Noroeste (Northwest Territories Business Incentive Policy); e

l) sujeitos à política Nunavummi Nangminiqaqtunik Ikajuuti Policy (NNI Policy).

2. O presente capitulo não se aplica a:

a) medidas adotadas ou mantidas em relação às populações autóctones, nem aos contratos reservados a empresas autóctones; os direitos existentes ancestrais ou emanados de tratados reconhecidos aos povos autóctones do Canadá pela secção 35 da lei *Constitution Act*, 1982 não são afetados pelo presente capítulo; e

b) medidas adotadas ou mantidas pelo Quebeque no que respeita às indústrias culturais.

3. Para maior clareza, o presente capítulo deve ser interpretada em conformidade com o seguinte:

a) os contratos públicos nos termos da disciplina canadiana são definidos como transações contratuais para adquirir bens ou serviços para benefício direto ou utilização da administração. O processo de contratação é o processo que se inicia após uma entidade ter tomado uma decisão sobre a sua necessidade e continua até à adjudicação do contrato, inclusive;

b) quando uma entidade adjudica um contrato que não é abrangido pelo presente capítulo, os anexos da lista em matéria de acesso ao Mercado do Canadá não podem ser interpretados como sendo aplicáveis a qualquer mercadoria ou serviço compreendidos nesse contrato;

c) qualquer exclusão referente, quer especificamente quer de modo geral, a entidades da administração central ou subcentral abrangidas pelos anexos 19-1 ou 19-2 ou a secção A do anexo 19-3 aplica-se igualmente às entidades e empresas que lhes possam suceder, de modo a manter o valor da cobertura dos anexos da lista em matéria de acesso ao mercado do Canadá para o presente capítulo;

d) os serviços abrangidos pelo presente capítulo estão sujeitos às reservas e exclusões do Canada dos capítulos oito (Investimento), nove (Comércio transfronteiras de serviços) e treze (Serviços financeiros);

e) o presente capítulo não abrange os contratos públicos celebrados por uma entidade adjudicante em nome de outra entidade cujos contratos não entrem no âmbito de aplicação do presente capítulo; e

f) o presente capítulo não abrange os contratos públicos celebrados por uma entidade adjudicante de uma entidade governamental.

4. Desenvolvimento económico regional

a) das províncias e territórios da Terra Nova e Labrador, Manitoba, Nova Brunswick, Nova Escócia, Territórios do Noroeste, Nunavut, Ilha do Príncipe Eduardo ou Yukon podem derrogar as disposições do presente capítulo, a fim de promover o desenvolvimento económico regional, sem todavia apoiar de forma excessiva atividades monopolistas;

b) os contrato públicos que podem beneficiar de uma derrogação ao abrigo da presente nota devem:

   i) ter um valor total estimado de um milhão de dólares canadianos ou menos; e

   ii) apoiar as pequenas empresas ou oportunidades de emprego em zonas não urbanas.

c) se o contrato público cumprir o requisito da alínea b), subalínea ii), mas o seu valor total superar um milhão de dólares canadianos, o valor da parte do contrato que seria afetada pela derrogação não deve superar um milhão de dólares canadianos;

d) as províncias ou territórios enumerados na alínea a) não podem beneficiar de derrogações, nos termos da presente nota, mais de dez vezes por ano;

e) um contrato público não pode beneficiar de uma derrogação nos termos da presente nota se for financiado pelo governo federal;

f) um contrato público que possa beneficiar de uma derrogação nos termos da presente nota deve ser notificado pelo menos 30 dias antes da sua celebração, acompanhado dos seguintes elementos:

i) os pormenores das circunstâncias que justificam a derrogação nos termos da presente nota;

ii) informação sobre a zona em que se prevê que o contrato proporcione benefícios económicos regionais e, se disponível, o nome do fornecedor; e

iii) uma explicação da conformidade do contrato público com os requisitos da presente nota.

ANEXO 19-8

Meios de publicação

Secção A:

Meios eletrónicos ou de suporte papel utilizados para a publicação de disposições legislativas e regulamentares, decisões judiciais, decisões administrativas de aplicação geral, cláusulas-tipo em matéria de contratos e procedimentos relativos aos contratos públicos abrangidos pelo presente capítulo, nos termos do artigo 19.5

1. CANADÁ

1.1 Entidades públicas e sociedades estatais (*Crown corporations*):

1. Legislação e regulamentação:

a) Statutes of Canada:
http://laws.justice.gc.ca/

b) Canada Gazette:
http://www.gazette.gc.ca

2. Decisões judiciais:

a) Supreme Court Judgments:
http://scc.lexum.org/decisia-scc-csc/scc-csc/scc-csc/en/2013/nav_date.do

b) Federal Court Reports:
http://reports.fja-cmf.gc.ca/eng/index.html

c) Federal Court of Appeal:
http://www.fca-caf.gc.ca

d) Canadian International Trade Tribunal:
http://www.citt-tcce.gc.ca

3. Decisões e procedimentos administrativos:

a) Government Electronic Tendering System (GETS):
https://buyandsell.gc.ca/

b) Canada Gazette:
http://www.gazette.gc.ca

c) Contracting Policy:
http://www.tbs-sct.gc.ca/pol/doc-eng.aspx?id=14494&section=text

2. PROVÍNCIAS E TERRITÓRIOS

2.1 Alberta

1. Legislação e regulamentação:

a) Alberta Acts, Regulations and Codes:
http://www.qp.alberta.ca/Laws_Online.cfm

b) Alberta Gazette:
http://www.qp.alberta.ca/Alberta_Gazette.cfm

2. Decisões judiciais:

a) Alberta Justice – Alberta Courts:
http://www.albertacourts.ab.ca/index.php?p=169

3. Decisões administrativas:

a) http://www.canlii.org/en/ab/

2.2 Colúmbia Britânica

1. Legislação e regulamentação:

   a) http://www.bclaws.ca/

2. Decisões judiciais:

   a) http://www.courts.gov.bc.ca/index.aspx

3. Decisões e procedimentos administrativos:

   a) http://www.courts.gov.bc.ca/index.aspx

2.3 Manitoba

1. Legislação e regulamentação:

   a) Manitoba Gazette :
   http://web2.gov.mb.ca/laws/index.php

2. Decisões judiciais:

   a) http://www.manitobacourts.mb.ca/

3. Decisões e procedimentos administrativos:

   a) http://www.gov.mb.ca/tenders

4. Municípios e organizações municipais:

   a) Cidade de Winnipeg:
   http://www.winnipeg.ca/matmgt/info.stm

b) Cidade de Brandon:
http://brandon.ca/search?q=procurement;
e http://brandon.ca/purchasing-and-tenders/conducting-business-with-purchasing services?highlight=WyJwcm9jdXJlbWVudCJd

c) Cidade de Thompson:
http://www.thompson.ca/index.aspx?page=96

d) Cidade de Steinbach:
http://www.steinbach.ca/home

e) Cidade de Portage la Prairie:
http://www.city.portage-la-prairie.mb.ca

5. Entidades financiadas por fundos públicos do setor do ensino superior, da saúde e dos serviços sociais:

a) Red River College:
http://www.rrc.ca/

b) Autoridades regionais do setor da saúde de Manitoba:
http://www.rham.mb.ca/rhampp.html

c) University of Brandon:
https://www.brandonu.ca/finance/faculty-staff-resources/purchasing-department/;
e https://www.brandonu.ca/vp-finance/files/Purchasing-Manual-revised-October-2012.pdf

d) University College of the North:
https://www.ucn.ca/defaulted.aspx

e) University of Manitoba:
http://www.umanitoba.ca/admin/governance/governing_documents/financial/392.html

f) University of Winnipeg:
http://www.uwinnipeg.ca/index/cms-filesystem-action/pdfs/admin/policies/purchasing%20procedures%2004-01-13.pdf

g) Winnipeg Regional Health Authority:
http://www.wrha.mb.ca/about/busopp/contracting.php

6. Conselhos escolares:

a) Beautiful Plains:
http://www.beautifulplainssd.ca/

b) Border Land:
http://www.blsd.ca/Board/boardpolicies/Pages/default.aspx

c) Division scolaire franco-manitobaine:
https://www.dsfm.mb.ca/SiteWeb2010/documents/La%20CSFM/Directives%202012/ADM%20-%20administration/ADM%2019%20Appel%20d_offres.pdf

d) Evergreen:
http://www.esd.ca/Parents-and-Community/Documents/Administration%20Manual/5%20-%20Business%20Administration/5.130%20Purchasing%20Procedure.pdf

e) Flin Flon:
http://www.ffsd.mb.ca/pdf/policies/POLICY7~2.PDF

f) Fort La Bosse:
http://www.flbsd.mb.ca/division-info/policies#sectiond

g) Frontier:
http://www.frontiersd.mb.ca/governance/policy/SitePages/Section%20D%20-%20Business%20Administration.aspx; e
http://www.frontiersd.mb.ca/governance/policy/Documents/Section%20D%20-%20Business%20Administration/D.3.B%20Tenders%20(Policy%20and%20Regulation).pdf

h) Garden Valley:
http://www.gvsd.ca/images/PDF/Policies/POLICY_MANUAL_1.pdf

i) Hanover:
http://hsd.ca/board/division-policies/

j) Interlake:
http://www.isd21.mb.ca/

k) Kelsey:
http://www.ksd.mb.ca

l) Lakeshore:
http://www.lakeshoresd.mb.ca/regulations-and-procedures

m) Lord Selkirk:
http://www.lssd.ca/division/policy_documents/pdfs/B-16%20Purchasing.pdf

n) Louis Riel:
https://www.lrsd.net/leadership/administrative-guidelines/

o) Manitoba Institute of Trade and Technology (formerly Winnipeg Tech. College):
www.mitt.ca

p) Mountain View:
http://www.mvsd.ca/governance.cfm?subpage=435

q) Mystery Lake:
http://www.mysterynet.mb.ca/images/stories/Docs/boardpolicyRevMay2015.pdf

r) Park West:
http://www.pwsd.ca/Policies/Section%205/Section%205.html

s) Pembina Trails:
http://www.pembinatrails.ca/community/divisionalpolicies/html

t) Pine Creek:
http://www.pinecreeksd.mb.ca/section-d-fiscal-management.html

u) Portage la Prairie:
http://www.plpsd.mb.ca/board-and-governance/policies/d

v) Prairie Rose:
http://www.prsdmb.ca/policies-d/

w) Prairie Spirit :
https://sites.google.com/a/prspirit.org/prairie-spirit-5/division/policy-manual

x) Public Schools Finance Board:
http://www.edu.gov.mb.ca/k12/finance/

(y) Red River Valley:
http://rrvsd.ca/wp-content/uploads/2015/09/DJB-Purchasing-Procedures.pdf

z) River East Transcona:
http://www.retsd.mb.ca/yourretsd/Policies/Documents/DJB.pdf

aa) Rolling River:
http://www.rrsd.mb.ca/governance/PolicyManual/Pages/default.aspx

bb) Seine River:
http://www.srsd.mb.ca/PolMan/DJ_REG.pdf

cc) Seven Oaks:
http://www.7oaks.org/News/Pages/Tenders.aspx

dd) Southwest Horizon:
http://www.shmb.ca/images/stories/Administrative-Manual/Section2/purchasing%20procedures.pdf

ee) St. James-Assiniboia:
http://polmanual.sjsd.net/?p=Section D - Fiscal Management/

ff) Sunrise:
http://www.sunrisesd.ca/OperationalDepartments/Pages/default.aspx

gg) Swan Valley:
http://www.svsd.ca/svsd/policiesnum.htm

hh) Turtle Mountain:
http://www.tmsd.mb.ca/procedures/D/D-10.pdf

ii) Turtle River:
http://trsd32.mb.ca/TRSD/PDF's/TRSDPolicies/Administration.pdf

jj) Western:
http://www.westernsd.mb.ca/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=61:section-d-fiscal-management&Itemid=73#

kk) Whiteshell:
http://www.sdwhiteshell.mb.ca/

ll) Winnipeg:
https://www.winnipegsd.ca/Pages/Bids-and-Tenders.aspx

7. Sociedades estatais (*Crown corporations*):

a) Manitoba Hydro:
https://www.hydro.mb.ca/selling_to_mh/selling_index.shtml?WT.mc_id=2030

b) Manitoba Liquor and Lotteries:
http://www.mbll.ca/

2.4 Nova Brunswick

1. Legislação e regulamentação:

a) New Brunswick Acts and Regulations:
http://www2.gnb.ca/content/gnb/en/departments/attorney_general/acts_regulations.html

b) The Royal Gazette:
http://www2.gnb.ca/content/gnb/en/departments/attorney_general/royal_gazette/content/

2. Decisões judiciais:

a) The New Brunswick Reports:
http://www.mlb.nb.ca/html/canadian-case-law-search.php; e
https://www.canlii.org/en/nb/

b) Dominion Law Reports:
http://www.carswell.com/product-detail/dominion-law-reports-4th-series/

c) Supreme Court Reports:
http://www.scc-csc.gc.ca/

d) National Reporter:
http://www.mlb.nb.ca/site/catalog/nr.htm

3. Decisões e procedimentos administrativos:

a) New Brunswick Opportunities Network:
http://www.gnb.ca/tenders

b) Réseau de possibilités d'affaires du Nouveau-Brunswick:
http://www.gnb.ca/soumissions

2.5 Terra Nova e Labrador

1. Legislação e regulamentação:

a) http://www.gpa.gov.nl.ca

2. Decisões judiciais:

a) http://www.gpa.gov.nl.ca

3. Decisões e procedimentos administrativos:

a) http://www.gpa.gov.nl.ca

2.6 Territórios do Noroeste

1. Legislação e regulamentação:

a) http://www.contractregistry.nt.ca/Public/PublicHome.asp

2. Decisões judiciais:

a) http://www.contractregistry.nt.ca/Public/PublicHome.asp

3. Decisões e procedimentos administrativos:

a) http://www.contractregistry.nt.ca/Public/PublicHome.asp

2.7 Nova Escócia

1. Legislação e regulamentação:

a) Office of the Legislative Counsel:
http://nslegislature.ca

b) The Registry of Regulations:
http://www.gov.ns.ca/just/regulations/

2. Decisões judiciais:

a) The Courts of Nova Scotia:
http://www.courts.ns.ca/

3. Decisões e procedimentos administrativos:

a) http://www.novascotia.ca/tenders/

2.8 Nunavut

1. Legislação e regulamentação:

a) http://www.justice.gov.nu.ca/apps/authoring/dspPage.aspx?page=STATUTES+AND+REGULATIONS+PAGE

2. Decisões judiciais:

a) http://www.canlii.org/en/nu/

3. Decisões e procedimentos administrativos:

a) NNI Contracting Appeals Board Annual Report: http://nni.gov.nu.ca/documents

b) as políticas e procedimentos do governo de Nunavut em matéria de contratação pública estão disponíveis em: http://www.gov.nu.ca/sites/default/files/files/Procurement%20Procedures.pdf

2.9 Ontário

1. Legislação e regulamentação:

a) Statutes and Regulations of Ontario: http://www.ontario.ca/laws

b) The Ontario Gazette:
http://www.ontario.ca/ontario-gazette

2. Decisões judiciais:

a) http://www.ontariocourts.ca/decisions_index/en/

3. Decisões e procedimentos administrativos:

a) http://www.doingbusiness.mgs.gov.on.ca/

4. Conselhos escolares e entidades financiadas por fundos públicos, dos setores do ensino superior, saúde e serviços sociais; municípios; e todas as entidades públicas provinciais e municipais de caráter comercial ou industrial:

a) http://www.marcan.net/en/on/index.php

5. Hydro One:
http://www.hydroone.com/DoingBusiness/Pages/default.aspx

6. Ontario Power Generation:
http://www.opg.com/working-with-opg/suppliers/supply-chain/Pages/Become%20a%20Supplier.aspx

2.10 Ilha do Príncipe Eduardo

1. Legislação e regulamentação:

a) http://www.gov.pe.ca/law/regulations/index.php3

b) The Royal Gazette of Prince Edward Island

2. Decisões judiciais:

a) http:// www.gov.pe.ca/courts/supreme/index.php3?number=1000150&lang=E

3. Decisões e procedimentos administrativos:

a) http://www.gov.pe.ca/finance/index.php3?number=1041973

2.11 Quebeque

1. Legislação e regulamentação:

a) Publications du Québec: http://www3.publicationsduquebec.gouv.qc.ca/loisreglements.fr.html

b) Gazette officielle du Québec: http://www3.publicationsduquebec.gouv.qc.ca/gazetteofficielle.en.html

2. Decisões judiciais:

a) Annuaire de jurisprudence et de doctrine du Québec

b) Jurisprudence Express (J.E.)

c) Jugements.qc.ca: http://www.jugements.qc.ca/

3. Decisões e procedimentos administrativos:

a) Publications du Québec: http://www3.publicationsduquebec.gouv.qc.ca/loisreglements.fr.html

b) Gazette officielle du Québec:
http://www3.publicationsduquebec.gouv.qc.ca/gazetteofficielle.fr.html

c) Site internet du Secrétariat du Conseil du trésor :
http://www.tresor.gouv.qc.ca/fr/faire-affaire-avec-letat/les-marches-publics/)

2.12 Saskatchewan

1. Legislação e regulamentação:

a) Queen's Printer:
http://www.publications.gov.sk.ca

2. Decisões judiciais:

a) Queen's Bench:
http://www.sasklawcourts.ca

3. Decisões e procedimentos administrativos:

a) SaskTenders:
www.sasktenders.ca

2.13 Yukon

1. Legislação e regulamentação:

a) http://www.gov.yk.ca/legislation/index.html

2. Decisões judiciais:

a) http://www.yukoncourts.ca/

3. Decisões e procedimentos administrativos:

a) http://www.hpw.gov.yk.ca/selling/bidchallenge.html

Secção B:

Meios eletrónicos ou em papel utilizados para publicação dos anúncios previstos nos artigos 19.6, 19.8, n.º 7 e 19.15, n.º 2, nos termos do artigo 19.5

1. CANADÁ

1.1 Entidades públicas e sociedades estatais (*Crown corporations*):

1. Government Electronic Tendering System (GETS):
https://buyandsell.gc.ca/procurement-data/tenders

2. MERX, Cebra Inc.:
http://www.merx.ca

2. PROVÍNCIAS E TERRITÓRIOS

2.1 Alberta

1. Alberta Purchasing Connection:
http://www.purchasingconnection.ca

2.2 Colúmbia Britânica

1. BC Bid:
http://www.bcbid.gov.bc.ca

2.3 Manitoba

1. Província:

   a) http://www.gov.mb.ca/tenders

2. Municípios e organizações municipais:

   a) Cidade de Winnipeg:
   http://www.winnipeg.ca/matmgt/bidopp.asp

   b) Cidade de Brandon:
   http://brandon.ca/purchasing-a-tenders

   c) Cidade de Steinbach:
   http://www.steinbach.ca/city_services/tender_opportunities/

   d) Cidade de Portage la Prairie:
   http://www.city-plap.com/main/category/opportunities/; e
   http://www.rfp.ca/organization/City-of-Portage-la-Prairie

   e) Cidade de Thompson:
   http://www.thompson.ca/index.aspx?page=229

3. Entidades financiadas por fundos públicos do setor do ensino superior, da saúde e dos serviços sociais:

   a) University of Manitoba:
   http://umanitoba.ca/admin/financial_services/purch/bid_opportunities.html; e
   https://www.biddingo.com/

b) University of Winnipeg:
https://www.merx.com/

c) University of Brandon:
http://www.rfp.ca/organization/Brandon-University

d) Red River College:
www.merx.com

e) University College of the North:
www.merx.com

f) Winnipeg Regional Health Authority:
http://www.wrha.mb.ca/about/busopp/bids.php

g) Regional Health Authorities of Manitoba:
www.healthprocanada.com; and www.biddingo.com

4. Conselhos escolares:

a) Beautiful Plains:
http://www.beautifulplainssd.ca/

b) Border Land:
http://www.blsd.ca/About/tenders/Pages/default.aspx

c) Brandon:
https://www.bsd.ca/Division/tenders/Pages/default.aspx

d) Division scolaire franco-manitobaine:
www.MERX.com

e) Evergreen:
http://www.esd.ca/Programs/Pages/Maintenance-and-Transportation.aspx

f) Flin Flon:
http://www.ffsd.mb.ca

g) Fort La Bosse:
http://www.flbsd.mb.ca/

h) Frontier:
http://www.frontiersd.mb.ca/resources/Pages/bidopportunities.aspx

i) Garden Valley:
http://www.gvsd.ca

j) Hanover:
www.merx.com

k) Interlake:
http://www.isd21.mb.ca/request_for_proposals.html

l) Kelsey:
http://www.ksd.mb.ca

m) Lord Selkirk:
http://www.lssd.ca/

n) Lakeshore:
www.merx.com

o) Louis Riel:
www.merx.com

p) Mountain View:
http://www.mvsd.ca/index.cfm

q) Mystery Lake:
http://www.mysterynet.mb.ca

r) Park West:
http://www.pwsd.ca/home.html

s) Pembina Trails:
http://www.pembinatrails.ca/board_administration/open_tenders.html

t) Pine Creek:
http://www.pinecreeksd.mb.ca

u) Portage la Prairie:
http://www.plpsd.mb.ca/

v) Prairie Rose:
http://www.prsdmb.ca/

w) Prairie Spirit:
https://sites.google.com/a/prspirit.org/prairie-spirit-5/employment/tenders-and-rfp

x) Red River Valley:
http://rrvsd.ca/

(y) River East Transcona:
www.merx.com

z) Rolling River:
http://www.rrsd.mb.ca/governance/PolicyManual/Pages/default.aspx

aa) Seine River:
http://www.srsd.mb.ca/

bb) Seven Oaks:
http://www.7oaks.org/News/Pages/Tenders.aspx; and www.merx.com

cc) Southwest Horizon:
http://www.shmb.ca/

dd) St. James-Assiniboia:
www.merx.com

ee) Sunrise:
http://www.sunrisesd.ca/OperationalDepartments/Purchasing/Proposals%20and%20Tenders/Pages/default.aspx

ff) Swan Valley:
http://www.svsd.ca/

gg) Turtle Mountain:
http://www.tmsd.mb.ca

hh) Turtle River:
http://trsd32.mb.ca

ii) Western:
http://www.westernsd.mb.ca/

jj) Whiteshell:
http://www.sdwhiteshell.mb.ca/

kk) Winnipeg:
https://www.winnipegsd.ca/Pages/Bids-and-Tenders.aspx

ll) Manitoba Institute of Trades and Technology (anteriormente conhecido por Winnipeg Tech. College):
www.mitt.ca

(mm) Public Schools Finance Board:
http://www.plansource.ca/Portals/61984/spr/wca.htm

5. Sociedades estatais (*Crown corporations*):

a) Manitoba Hydro:
http://www.merx.com/English/Nonmember.asp?WCE=Show&TAB=3&PORTAL=MERX&State=1&hcode=ZnHb9N%2fychQhquB6o2pU2g%3d%3d

b) Manitoba Liquor and Lotteries:
www.merx.com; e
www.winnipegconstruction.ca (construction only)

2.4 Nova Brunswick

1. New Brunswick Opportunities Network:
https://nbon-rpanb.gnb.ca/welcome?language=En

2. Réseau de possibilités d'affaires du Nouveau-Brunswick:
http://www.gnb.ca/soumissions

2.5 Terra Nova e Labrador

1. Information available on Internet homepage, Government Purchasing Agency:
http://www.gpa.gov.nl.ca/index.html

2.6 Territórios do Noroeste

1. Contract Registry:
http://www.contractregistry.nt.ca/Public/PublicHome.asp

2.7 Nova Escócia

1. Procurement Services:
http://www.novascotia.ca/tenders/

2.8 Nunavut

1. http://www.nunavuttenders.ca/

2.9 Ontário

1. https://ontariotenders.bravosolution.com/esop/nac-host/public/web/login.html

2. School boards and publicly-funded academic, health and social service entities; Municipalities; e todas as entidades públicas provinciais e municipais de caráter comercial ou industrial:

   a) http://www.marcan.net/en/on/index.php

3. Hydro One:
   http://www.hydroone.com/DoingBusiness/Pages/default.aspx

4. Ontario Power Generation:
   http://www.opg.com/working-with-opg/suppliers/supply-chain/Pages/Become%20a%20Supplier.aspx

2.10 Ilha do Príncipe Eduardo

1. http://www.gov.pe.ca/finance/index.php3?number=1041973

2.11 Quebeque

1. Os anúncios de concurso (artigo 19.6), os pedidos de qualificação, os nomes dos fornecedores que são selecionados no âmbito de um contrato de fornecimento ou de serviços e informações relacionadas com adjudicações (artigo 19.15, n.º 2) são publicados no sistema de concursos eletrónico SEAO, aprovado pelo Governo do Quebeque (http://www.seao.ca).

2. No Quebeque, segundo a regulamentação aplicável, uma lista multiusos só pode ser utilizada no âmbito de um processo de qualificação de um fornecedor (artigo 19.8, n.º 7).

2.12 Saskatchewan

1. SaskTenders:
www.sasktenders.ca

2.13 Yukon

1. http://www.gov.yk.ca/tenders/tms.html

2. http://www.hpw.gov.yk.ca/tenders/index.html

Secção C:

O endereço ou endereços do sítio Web em que as Partes publicam estatísticas em matéria de contratação pública nos termos do artigo 19.15, n.º 5, e anúncios relativos aos contratos adjudicados, nos termos do artigo 19.15, n.º 6.

1. CANADÁ

1.1 Entidades públicas e sociedades estatais (*Crown corporations*):

1. Purchasing Activity Report:
http://www.tbs-sct.gc.ca/pubs_pol/dcgpubs/con_data/siglist-eng.asp

2. Government Electronic Tendering System (GETS):
https://buyandsell.gc.ca/

2. PROVÍNCIAS E TERRITÓRIOS

2.1 Alberta

1. http://www.purchasingconnection.ca

2.2 Colúmbia Britânica

1. http://www.bcbid.gov.bc.ca

2.3 Manitoba

1. http://www.gov.mb.ca/tenders

2. http://www.merx.com

2.4 Nova Brunswick

1. http://www.gnb.ca/tenders

2. http://www.gnb.ca/soumissions

2.5 Terra Nova e Labrador

1. http://www.gpa.gov.nl.ca

2.6 Territórios do Noroeste

1. http://www.contractregistry.nt.ca/Public/PublicHome.asp

2.7 Nova Escócia

1. http://www.novascotia.ca/tenders/

2.8 Nunavut

1. http://www.nunavuttenders.ca/

2. http://www.gov.nu.ca/eia/programs-services/information-businesses

2.9 Ontário

1. http://www.doingbusiness.mgs.gov.on.ca/

2.10 Ilha do Príncipe Eduardo

1. http://www.gov.pe.ca/finance/index.php3?number=1041973

2.11 Quebeque

1. Statistiques sur les aquisições gouvernementales: http://www.tresor.gouv.qc.ca/faire-affaire-avec-letat/publications/statistiques-sur-les-acquisitions-gouvernementales/

2. Avis concernant les marchés adjugés Système électronique d'appel d'offres approuvé par le gouvernement du Québec SEAO (http://www.seao.ca)

2.12 Saskatchewan

1. www.sasktenders.ca

2.13 Yukon

1. http://www.gov.yk.ca/tenders/tms.html

2. http://www.hpw.gov.yk.ca/registry/

ANEXO 19-1

Entidades da administração central que adjudicam contratos púlicos nos termos das disposições do presente capítulo

Mercadorias
Especificadas no anexo 19-4
Limiares 130 000 DSE

Serviços
Specified in Annex 19-5
Limiares 130 000 DSE

Serviços de construção e concessões de obras
Especificados no anexo 19-6
Limiares 5 000 000 DSE

Secção A: Entidades da União Europeia

1. Conselho da União Europeia

2. Comissão Europeia

3. Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE)

Secção B: Autoridades adjudicantes da administração central dos Estados-Membros da União Europeia

(Nota: a presente lista é exaustiva)

BÉLGICA

1. Services publics fédéraux:	**1. Federale Overheidsdiensten:**
SPF Chancellerie du Premier Ministre	FOD Kanselarij van de Eerste Minister
SPF Personnel et Organisation	FOD Kanselarij Personeel en Organisatie
SPF Budget et Contrôle de la Gestion	FOD Budget en Beheerscontrole
SPF Technologie de l'Information et de la Communication (Fedict)	FOD Informatie- en Communicatietechnologie (Fedict)
SPF Affaires étrangères, Commerce extérieur et Coopération au Développement	FOD Buitenlandse Zaken, Buitenlandse Handel en Ontwikkelingssamenwerking
SPF Intérieur	FOD Binnenlandse Zaken
SPF Finances	FOD Financiën
SPF Mobilité et Transports	FOD Mobiliteit en Vervoer
SPF Emploi, Travail et Concertation sociale	FOD Werkgelegenheid, Arbeid en sociaal overleg
SPF Sécurité Sociale et Institutions publiques de Sécurité Sociale	FOD Sociale Zekerheid en Openbare Instellingen van sociale Zekerheid
SPF Santé publique, Sécurité de la Chaîne alimentaire et Environnement	FOD Volksgezondheid, Veiligheid van de Voedselketen en Leefmilieu
SPF Justice	FOD Justitie

SPF Economie, PME, Classes moyennes et Energie	FOD Economie, KMO, Middenstand en Energie
Ministère de la Défense	Ministerie van Landsverdediging
Service public de programmation Intégration sociale, Lutte contre la pauvreté Et Economie sociale	Programmatorische Overheidsdienst Maatschappelijke Integratie, Armoedsbestrijding en sociale Economie
Service public fédéral de Programmation Développement durable	Programmatorische federale Overheidsdienst Duurzame Ontwikkeling
Service public fédéral de Programmation Politique scientifique	Programmatorische federale Overheidsdienst Wetenschapsbeleid
2. Régie des Bâtiments:	**2. Regie der Gebouwen:**
Office national de Sécurité sociale	Rijksdienst voor sociale Zekerheid
Institut national d'Assurance sociales Pour travailleurs indépendants	Rijksinstituut voor de sociale Verzekeringen der Zelfstandigen
Institut national d'Assurance Maladie-Invalidité; Office national des Pensions	Rijksinstituut voor Ziekte- en Invaliditeitsverzekering; Rijksdienst voor Pensioenen
Caisse auxiliaire d'Assurance Maladie-Invalidité	Hulpkas voor Ziekte-en Invaliditeitsverzekering
Fond des Maladies professionnelles	Fonds voor Beroepsziekten
Office national de l'Emploi	Rijksdienst voor Arbeidsvoorziening
La Poste[2]	De Post[2]

[2] Atividades postais segundo a lei de 24 de dezembro de 1993.

BULGÁRIA

1. Администрация на Народното събрание (Administração da Assembleia Nacional)
2. Администрация на Президента (Administração da Presidência)
3. Администрация на Министерския съвет (Administração do Conselho de Ministros)
4. Конституционен съд (Tribunal Constitucional)
5. Българска народна банка (Banco Nacional da Bulgária)
6. Министерство на външните работи (Ministério dos Negócios Estrangeiros)
7. Министерство на вътрешните работи (Ministério do Interior)
8. Министерство на извънредните ситуации (Ministério das Proteção Civil)
9. Министерство на държавната администрация и административната реформа (Ministério da Administração Pública e da Reforma Administrativa)
10. Министерство на земеделието и храните (Ministério da Agricultura e da Alimentação)
11. Министерство на здравеопазването (Ministério da Saúde)
12. Министерство на икономиката и енергетиката (Ministério da Economia e da Energia)
13. Министерство на културата (Ministério da Cultura)
14. Министерство на образованието и науката (Ministério da Educação e Ciência)
15. Министерство на околната среда и водите (Ministério do Ambiente e dos Recursos Hídricos)
16. Министерство на отбраната (Ministério da Defesa)

17. Министерство на правосъдието (Ministério da Justiça)

18. Министерство на регионалното развитие и благоустройството (Ministério do Desenvolvimento Regional e das Obras Públicas)

19. Министерство на транспорта (Ministério dos Transportes)

20. Министерство на труда и социалната политика (Ministério do Trabalho e da Política Social)

21. Министерство на финансите (Ministério das Finanças)

22. държавни агенции, държавни комисии, изпълнителни агенции и други държавни институции, създадени със закон или с постановление на Министерския съвет, които имат функции във връзка с осъществяването на изпълнителната власт (Organismos públicos, comissões do Estado, agências executivas e outras autoridades públicas estabelecidas por lei ou por diploma do Conselho de Ministros, que desempenhem uma função ligada ao exercício do poder executivo):

23. Агенция за ядрено регулиране (Agência reguladora no domínio nuclear)

24. Държавна комисия за енергийно и водно регулиране (Comissão reguladora em matéria de energia e água)

25. Държавна комисия по сигурността на информацията (Comissão nacional de segurança das informações)

26. Комисия за защита на конкуренцията (Comissão para a proteção da concorrência)

27. Комисия за защита на личните данни (Comissão para a proteção dos dados pessoais)

28. Комисия за защита от дискриминация (Comissão para a proteção contra a discriminação)

29. Комисия за регулиране на съобщенията (Comissão reguladora no domínio das comunicações)

30. Комисия за финансов надзор (Comissão de supervisão financeira)

31. Патентно ведомство на Република България (Serviço de Patentes da República da Bulgária)

32. Сметна палата на Република България (Serviço nacional de auditoria da República da Bulgária)

33. Агенция за приватизация (Agência para a privatização)

34. Агенция за следприватизационен контрол (Agência para o controlo pós-privatização)

35. Български институт за стандартизация (Instituto búlgaro de metrologia)

36. Държавна агенция «divulgação архиви (Agência nacional «Arquivos»)

37. Държавна агенция «Държавен резерв и военновременни запаси» (Agência nacional «Reservas do Estado e reservas estratégicas»)

38. Държавна агенция за бежанците (Agência nacional para os refugiados)

39. Държавна агенция за българите в чужбина (Agência nacional para os cidadãos búlgaros no estrangeiro)

40. Държавна агенция за закрила на детето (Agência nacional para a proteção da infância)

41. Държавна агенция за информационни технологии и съобщения (Agência nacional das tecnologias da informação e das comunicações)

42. Държавна агенция за метрологичен и технически надзор (Agência nacional de vigilância metrológica e técnica)

43. Държавна агенция за младежта и спорта (Agência nacional da juventude e do desporto)

44. Държавна агенция по туризма (Agência nacional do turismo)

45. Държавна комисия по стоковите борси и тържища (Comissão nacional para os mercados e as bolsas de matérias-primas)

46. Институт по публична администрация и европейска интеграция (Instituto da administração pública e da integração europeia)

47. Национален статистически институт (Instituto nacional de estatística)

48. Агенция «Митници» (Agência das alfândegas)

49. Агенция за държавна и финансова инспекция (Agência de inspeção das finanças públicas)

50. Агенция за държавни вземания (Agência de cobrança dos créditos do Estado)

51. Агенция за социално подпомагане (Agência de Assistência Social)

52. Държавна агенция «национална сигурност» (Agência nacional «Segurança Nacional»)

53. Агенция за хората с увреждания (Agência para as pessoas com deficiência)

54. Агенция по вписванията (Agência dos registos)

55. Агенция по енергийна ефективност (Agência da eficiência energética)

56. Агенция по заетостта (Agência do emprego)

57. Агенция по геодезия, картография И кадастър (Agência de geodesia, cartografia e cadastro)

58. Агенция по обществени поръчки (Agência dos contratos públicos)

59. Българска агенция за инвестиции (Agência búlgara de investimento)

60. Главна дирекция «Гражданска въздухоплавателна администрация» (Direção-Geral «Administração da Aviação Civil»)

61. Дирекция за национален строителен контрол (Direção de supervisão nacional da construção)

62. Държавна комисия по хазарта (Comissão nacional de jogos de azar)

63. Изпълнителна агенция «Автомобилна администрация» (Agência executiva «Administração automóvel»)

64. Изпълнителна агенция «Борба с градушките» (Agência executiva «Luta contra o granizo»)

65. Изпълнителна агенция «Българска служба за акредитация» (Agência executiva «Serviço búlgaro de acreditação»)

66. Изпълнителна агенция «Главна инспекция по труда» (Agência executiva «Inspeção-geral do trabalho»)

67. Изпълнителна агенция «Железопътна администрация» (Agência executiva «Administração ferroviária»)

68. Изпълнителна агенция «Морска администрация» (Agência executiva «Administração marítima»)

69. Изпълнителна агенция «Национален филмов център» (Agência executiva «Centro nacional de cinema»)

70. Изпълнителна агенция «Пристанищна администрация» (Agência executiva «Administração portuária»)

71. Изпълнителна агенция «Проучване и поддържане на река Дунав» (Agência executiva «Exploração e preservação do rio Danúbio»)

72. Фонд «републиканска пътна инфраструктура» (Fundo «Infraestruturas rodoviárias nacionais»)

73. Изпълнителна агенция за икономически анализи и прогнози (Agência executiva para análise e previsão económicas)

74. Изпълнителна агенция за насърчаване на малките и средни предприятия (Agência executiva para a promoção das pequenas e médias empresas)

75. Изпълнителна агенция по лекарствата (Agência executiva dos medicamentos)

76. Изпълнителна агенция по лозата и виното (Agência executiva do vinho e viticultura)

77. Изпълнителна агенция по околна среда (Agência executiva do ambiente)

78. Изпълнителна агенция по почвените ресурси (Agência executiva dos recursos do solo)

79. Изпълнителна агенция по рибарство и аквакултури (Agência executiva das pescas e aquicultura)

80. Изпълнителна агенция по селекция и репродукция в животновъдството (Agência executiva da seleção e reprodução animal)

81. Изпълнителна агенция по сортоизпитване, апробация и семеконтрол (Agência executiva dos ensaios de variedades vegetais, inspeção no terreno e controlo das sementes)

82. Изпълнителна агенция по трансплантация (Agência executiva da transplantação)

83. Изпълнителна агенция по хидромелиорации (Agência executiva da irrigação)

84. Комисията за защита на потребителите (Comissão para a defesa dos consumidores)

85. Контролно-техническата инспекция (Inspeção de controlo técnico)

86. Национална агенция за приходите (Agência nacional das receitas públicas)

87. Национална ветеринарномедицинска служба (Serviço veterinário nacional)

88. Национална служба за растителна защита (Serviço nacional para a proteção das plantas)

89. Национална служба по зърното и фуражите (Serviço nacional dos cereais e alimentos para animais)

90. Държавна агенция по горите (Agência nacional das florestas)

91. Висшата атестационна комисия (Comissão superior de atestação)

92. Национална агенция за оценяване и акредитация (Agência nacional de avaliação e acreditação)

93. Националната агенция за професионално образование и обучение (Agência nacional para o ensino e a formação profissional)

94. Национална комисия за борба С трафика на хора (Comissão nacional de luta contra o tráfico de pessoas)

95. Дирекция «Материално-техническо осигуряване и социално обслужване» на Министерство на вътрешните работи (Direção «Serviço de segurança técnico-material e social» no Ministério dos Assuntos Internos)

96. Дирекция «Оперативно издирване» на Министерство на вътрешните работи (Direção «Investigação operacional» no Ministério dos Assuntos Internos)

97. Дирекция «Финансово-ресурсно осигуряване» на Министерство на вътрешните работи (Direção «Segurança financeira e dos recursos» no Ministério dos Assuntos Internos)

98. Изпълнителна агенция «военни клубове И информация» (Agência executiva «Clubes militares e informação»)

99. Изпълнителна агенция «Държавна собственост на Министерството на отбраната» (Agência executiva «Propriedade estatal no Ministério da Defesa»)

100. Изпълнителна агенция «Изпитвания и контролни измервания на въоръжение, техника и имущества» (Agência executiva «Medidas de teste e controlo de armas, equipamento e propriedade»)

101. Изпълнителна агенция «Социални дейности на Министерството на отбраната» (Agência executiva «Atividades sociais» no Ministério da Defesa»)

102. Национален център за информация и документация (Centro nacional de informação e documentação)

103. Национален център по радиобиология и радиационна защита (Centro nacional de radiobiologia e radioproteção)

104. Национална служба «Полиция» (Serviço nacional «Polícia»)

105. Национална служба «Пожарна безопасност и защита на населението» (Serviço nacional «Segurança contra incêndios e proteção da população»)

106. Национална служба за съвети в земеделието (Serviço nacional de aconselhamento agrícola)

107. Служба «военна информация» (Serviço «Informação militar»)

108. Служба «Военна полиция» (Serviço «Polícia Militar»)

109. Авиоотряд 28 (Companhia aérea 28)

REPÚBLICA CHECA

1. Ministerstvo dopravy (Ministério dos Transportes)

2. Ministerstvo financí (Ministério das Finanças)

3. Ministerstvo kultury (Ministério da Cultura)

4. Ministerstvo obrany (Ministério da Defesa)

5. Ministerstvo pro místní rozvoj (Ministério do Desenvolvimento Regional)

6. Ministerstvo práce a sociálních věcí (Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais)

7. Ministerstvo průmyslu a obchodu (Ministério da Indústria e Comércio)

8. Ministerstvo spravedlnosti (Ministério da Justiça)

9. Ministerstvo školství, mládeže a tělovýchovy (Ministério da Educação, Juventude e Desporto)

10. Ministerstvo vnitra (Ministério do Interior)

11. Ministerstvo zahraničních věcí (Ministério dos Negócios Estrangeiros)

12. Ministerstvo zdravotnictví (Ministério da Saúde)

13. Ministerstvo zemědělství (Ministério da Agricultura)

14. Ministerstvo životního prostředí (Ministério do Ambiente)

15. Poslanecká sněmovna PČR (Câmara de Deputados do Parlamento da República Checa)

16. Senát PČR (Senado do Parlamento da República Checa)

17. Kancelář prezidenta (Gabinete do Presidente)

18. Český statistický úřad (Serviço checo de Estatística)

19. Český úřad zeměměřičský a katastrální (Serviço checo para o levantamento topográfico, cartografía e cadastro)

20. Úřad průmyslového vlastnictví (Serviço da propriedade industrial)

21. Úřad pro ochranu osobních údajů (Serviço para a proteção dos dados pessoais)

22. Bezpečnostní informační služba (Serviço de informação e segurança)

23. Národní bezpečnostní úřad (Autoridade da segurança nacional)

24. Česká akademie věd (Academia das Ciências da República Checa)

25. Vězeňská služba (Serviços prisionais)

26. Český báňský úřad (Autoridade checa das minas)

27. Úřad pro ochranu hospodářské soutěže (Serviço para a proteção da concorrência)

28. Správa státních hmotných rezerv (Administração das reservas materiais do Estado)

29. Státní úřad pro jadernou bezpečnost (Serviço estatal para a segurança nuclear)

30. Energetický regulační úřad (Serviço da regulação energética)

31. Úřad vlády České republiky (Serviço do Governo da República Checa)

32. Ústavní soud (Tribunal Constitucional)

33. Nejvyšší soud (Supremo Tribunal de Justiça)

34. Nejvyšší správní soud (Supremo Tribunal Administrativo)

35. Nejvyšší státní zastupitelství (Procuradoria-Geral da República)

36. Nejvyšší kontrolní úřad (Supremo Tribunal de Contas)

37. Kancelář Veřejného ochránce práv (Gabinete do Defensor dos Direitos Públicos)

38. Grantová agentura České republiky (Agência de subvenções da República Checa)

39. Státní úřad inspekce práce (Serviço estatal de inspeção do trabalho)

40. Český telekomunikační úřad (Serviço das telecomunicações checo)

41. Ředitelství silnic a dálnic ČR (ŘSD) (Direção das estradas e autoestradas da República Checa)

DINAMARCA

1. Folketinget — The Danish Parliament Rigsrevisionen — The National Audit Office

2. Statsministeriet — The Prime Minister's Office

3. Udenrigsministeriet — Ministry of Foreign Affairs

4. Beskæftigelsesministeriet — Ministry of Employment
5 styrelser og institutioner — 5 agências e instituições

5. Domstolsstyrelsen — The Court Administration

6. Finansministeriet — Ministry of Finance
5 styrelser og institutioner — 5 agências e instituições

7. Forsvarsministeriet — Ministry of Defence
5 styrelser og institutioner — 5 agências e instituições

8. Ministeriet for Sundhed og Forebyggelse — Ministry of the Interior and Health
Adskillige styrelser og institutioner, herunder Statens Serum Institut — Várias agências e instituições, incluindo o «Statens Serum Institut»

9. Justitsministeriet — Ministry of Justice
Rigspolitichefen, anklagemyndigheden samt 1 direktorat og et antal styrelser — Comandante-chefe da polícia nacional, 1 direção e várias agências

10. Kirkeministeriet — Ministry of Ecclesiastical Affairs
stiftsøvrigheder 10 — 10 autoridades diocesanas

11. Kulturministeriet — Ministry of Culture
4 styrelser samt et antal statsinstitutioner — um departamento e várias instituições

12. Miljøministeriet — Ministry of the Environment
5 styrelser — 5 agências

13. Ministeriet for Flygtninge, Invandrere og Integration — Ministry of Refugee, Immigration and Integration Affairs
1 styrelse — 1 agency

14. Ministeriet for Fødevarer, Landbrug og Fiskeri — Ministry of Food, Agriculture and Fisheries
4 direktorater og institutioner — 4 direções e instituições

15. Ministeriet for Videnskab, Teknologi og Udvikling — Ministry of Science, Technology and Innovation
Adskillige styrelser og institutioner, Forskningscenter Risø og Statens uddannelsesbygninger — Várias agências e instituições, incluindo o Laboratório Nacional Risoe e os estabelecimentos nacionais de investigação e formação

16. Skatteministeriet — Ministry of Taxation
1 styrelse og institutioner — 1 agência e várias instituições

17. Velfærdsministeriet — Ministry of Welfare
3 styrelser og institutioner — 3 agências e várias instituições

18. Transportministeriet — Ministry of Transport
7 styrelser og institutioner, herunder Øresundsbrokonsortiet — 7 agências e instituições, incluindo Øresundsbrokonsortiet)

19. Undervisningsministeriet — Ministry of Education
3 styrelser, 4 undervisningsinstitutioner og 5 andre institutioner — 3 agências, 4 estabelecimentos educativos, 5 outras instituições

20. Økonomi- og Erhvervsministeriet — Ministry of Economic and Business Affairs
Adskillige styrelser og institutioner — Várias agências e instituições

21. Klima- og Energiministeriet — Ministry for Climate and Energy
3 styrelser og institutioner — 3 agências e instituições

ALEMANHA

1.	Ministério dos Negócios Estangeiros	Auswärtiges Amt
2.	Chancelaria Federal	Bundeskanzleramt
3.	Ministério Federal do Trabalho e dos Assuntos Sociais	Bundesministerium für Arbeit und Soziales
4.	Ministério Federal da Educação e Investigação	Bundesministerium für Bildung und Forschung
5.	Ministério Federal da Alimentação, Agricultura e Defesa do Consumidor	Bundesministerium für Ernährung, Landwirtschaft und Verbraucherschutz
6.	Ministério Federal das Finanças	Bundesministerium der Finanzen
7.	Ministério Federal do Interior (bens civis apenas)	Bundesministerium des Innern
8.	Ministério Federal da Saúde	Bundesministerium für Gesundheit
9.	Ministério Federal da Família, Pessoas Idosas, Mulheres e Juventude	Bundesministerium für Familie, Senioren, Frauen und Jugend
10.	Ministério Federal da Justiça	Bundesministerium der Justiz
11.	Ministério Federal dos Transportes, Construção e Ordenamento Urbano	Bundesministerium für Verkehr, Bau und Stadtentwicklung
12.	Ministério Federal da Economia e Tecnologia	Bundesministerium für Wirtschaft und Technologie
13.	Ministério Federal da Cooperação Económica e Desenvolvimento	Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung
14.	Ministério Federal da Defesa	Bundesministerium der Verteidigung
15.	Ministério Federal do Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança dos Reatores	Bundesministerium für Umwelt, Naturschutz und Reaktorsicherheit

ESTÓNIA

1. Vabariigi Presidendi Kantselei (Gabinete do Presidente da República da Estónia)
2. Eesti Vabariigi Riigikogu (Parlamento da República da Estónia)
3. Eesti Vabariigi Riigikohus (Supremo Tribunal da República da Estónia)
4. Riigikontroll (Tribunal de Contas da República da Estónia)
5. Õiguskantsler (Chanceler da Justiça)
6. Riigikantselei (Chancelaria do Estado)
7. Rahvusarhiiv (Arquivo Nacional da Estónia)
8. Haridus- ja Teadusministeerium (Ministério da Educação e Investigação)
9. Justiitsministeerium (Ministério da Justiça)
10. Kaitseministeerium (Ministério da Defesa)
11. Keskkonnaministeerium (Ministério do Ambiente)
12. Kultuuriministeerium (Ministério da Cultura)
13. Majandus- ja Kommunikatsiooniministeerium (Ministério da Economia e Comunicação)
14. Põllumajandusministeerium (Ministério da Agricultura)
15. Rahandusministeerium (Ministério das Finanças)

16. Siseministeerium (Ministério dos Assuntos Internos)

17. Sotsiaalministeerium (Ministério dos Assuntos Sociais)

18. Välisministeerium (Ministério dos Negócios Estrangeiros)

19. Keeleinspektsioon (Inspeção da Língua)

20. Riigiprokuratuur (Ministério Público)

21. Teabeamet (Conselho de Informação)

22. Maa-amet (Serviço de Administração dos Terrenos Agrícolas)

23. Keskkonnainspektsioon (Inspeção Ambiental)

24. Metsakaitse- ja Metsauuenduskeskus (Centro de Proteção da Floresta e Silvicultura)

25. Muinsuskaitseamet (Autoridade do Património)

26. Patendiamet (Serviço das Patentes)

27. Tehnilise Järelevalve Amet (Autoridade da Fiscalização Técnica)

28. Tarbijakaitseamet (Autoridade de Defesa do Consumidor)

29. Riigihangete Amet (Serviço de Contratos Públicos)

30. Taimetoodangu Inspektsioon (Inspeção da Produção Vegetal)

31. Põllumajanduse Registrite ja Informatsiooni Amet (Serviço de Registos e Informações Agrícolas)

32. Veterinaar- ja Toiduamet (Autoridade Alimentar e Veterinária)

33. Konkurentsiamet (Autoridade da Concorrência)

34. Maksu- ja Tolliamet (Autoridade Tributária e Aduaneira)

35. Statistikaamet (Instituto Nacional de Estatística)

36. Kaitsepolitseiamet (Autoridade da Polícia de Segurança)

37. Kodakondsus- ja Migratsiooniamet (Autoridade da Cidadania e Migração)

38. Piirivalveamet (Autoridade Nacional da Guarda de Fronteira)

39. Politseiamet (Autoridade Nacional da Polícia)

40. Eesti kohtuekspertiisi Instituut (Instituo de Serviços Forenses)

41. Keskkriminaalpolitsei [Polícia Judiciária (Serviços Centrais)]

42. Päästeamet (Autoridade de Socorro)

43. Andmekaitse Inspektsioon (Inspeção de Proteção dos Dados)

44. Ravimiamet (Agência Nacional dos Medicamentos)

45. Sotsiaalkindlustusamet (Instituto da Segurança Social)

46. Tööturuamet (Conselho do Mercado de Trabalho)

47. Tervishoiuamet (Conselho de Cuidados de Saúde)

48. Tervisekaitseinspektsioon (Serviço de Inspeção da Proteção da Saúde)

49. Tööinspektsioon (Inspeção do Trabalho)

50. Lennuamet (Administração da Aviação Civil)

51. Maanteeamet (Administração das Estradas)

52. Veeteede Amet (Administração Marítima)

53. Julgestuspolitsei (Polícia de Segurança Pública)

54. Kaitseressursside Amet (Autoridade dos Recursos de Defesa)

55. Kaitseväe logistikakeskus (Centro de Logística das Forças de Defesa)

GRÉCIA

1. Υπουργείο Εσωτερικών (Ministério do Interior)

2. Υπουργείο Εξωτερικών (Ministério dos Negócios Estrangeiros)

3. Υπουργείο Οικονομίας και Οικονομικών (Ministério da Economia e das Finanças)

4. Υπουργείο Ανάπτυξης (Ministério do Desenvolvimento)

5. Υπουργείο Δικαιοσύνης (Ministério da Justiça)

6. Υπουργείο Εθνικής Παιδείας και Θρησκευμάτων (Ministério da Educação e dos Cultos)

7. Υπουργείο Πολιτισμού (Ministério da Cultura)

8. Υπουργείο Υγείας και Κοινωνικής Αλληλεγγύης (Ministério da Saúde e da Solidariedade Social)

9. Υπουργείο Περιβάλλοντος, Χωροταξίας και Δημοσίων Έργων (Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Obras Públicas)

10. Υπουργείο Απασχόλησης και Κοινωνικής Προστασίας (Ministério do Emprego e da Proteção Social)

11. Υπουργείο Μεταφορών και Επικοινωνιών (Ministério dos Transportes e Comunicações)

12. Υπουργείο Αγροτικής Ανάπτυξης και Τροφίμων (Ministério do Desenvolvimento Rural e da Alimentação)

13. Υπουργείο Εμπορικής Ναυτιλίας, Αιγαίου και Νησιωτικής Πολιτικής (Ministério da Marinha Mercante, Mar Egeu e Política Insular)

14. Υπουργείο Μακεδονίας- Θράκης (Ministério da Macedónia e Trácia)

15. Γενική Γραμματεία Επικοινωνίας (Secretariado Geral da Comunicação)

16. Γενική Γραμματεία Επικοινωνίας (Secretariado Geral da Informação)

17. Γενική Γραμματεία Νέας Γενιάς (Secretariado Geral para a Juventude)

18. Γενική Γραμματεία Ισότητας (Secretariado Geral da Igualdade)

19. Γενική Γραμματεία Κοινωνικών Ασφαλίσεων (Secretariado Geral para a Segurança Social)

20. Γενική Γραμματεία Απόδημου Ελληνισμού (Secretariado Geral para as Comunidades Gregas no Estrangeiro)

21. Γενική Γραμματεία Βιομηχανίας (Secretariado Geral para a Indústria)

22. Γενική Γραμματεία Έρευνας και Τεχνολογίας (Secretariado Geral para a Investigação e Tecnologia)

23. Γενική Γραμματεία Αθλητισμού (Secretariado Geral para os Desportos)

24. Γενική Γραμματεία Δημοσίων Έργων (Secretariado Geral para as Obras Públicas)

25. Γενική Γραμματεία Εθνικής Στατιστικής Υπηρεσίας Ελλά-δος (Serviço Nacional de Estatística)

26. Εθνικό Συμβούλιο Κοινωνικής Φροντίδας (Conselho Nacional do Bem-Estar)

27. Οργανισμός Εργατικής Κατοικίας (Organização da Habitação Social)

28. Εθνικό Τυπογραφείο (Serviço da Imprensa Nacional)

29. Γενικό Χημείο του Κράτους (Laboratório Geral do Estado)

30. Ταμείο Εθνικής Οδοποιίας (Fundo Grego das Vias Rodoviárias)

31. Εθνικό ΚαποδιστριακόΠανεπιστήμιο Αθηνών (Universidade de Atenas)

32. Αριστοτέλειο Πανεπιστήμιο Θεσσαλονίκης (Universidade de Salónica)

33. Δημοκρίτειο Πανεπιστήμιο Θράκης (Universidade da Trácia)

34. Πανεπιστήμιο Αιγαίου (Universidade do Egeu)

35. Πανεπιστήμιο Ιωαννίνων (Universidade de Ioannina)

36. Πανεπιστήμιο Πατρών (Universidade de Patras)

37. Πανεπιστήμιο Μακεδονίας (Universidade da Macedónia)

38. Πολυτεχνείο Κρήτης (Escola Politécnica de Creta)

39. Σιβιτανίδειος Δημόσια Σχολή Τεχνών και Επαγγελμάτων (Escola Técnica Sivitanídios)
40. Αιγινήτειο Νοσοκομείο (Hospital Eginítio)
41. Αρεταίειο Νοσοκομείο (Hospital Areteio)
42. Εθνικό Κέντρο Δημόσιας Διοίκησης (Centro Nacional da Administração Pública)
43. Οργανισμός Διαχείρισης Δημοσίου Υλικού (Organismo de Gestão dos Bens Públicos)
44. Οργανισμός Γεωργικών Ασφαλίσεων (Organismo de Seguro Agrícola)
45. Οργανισμός Σχολικών Κτιρίων (Organismo da Construção Escolar)
46. Γενικό Επιτελείο Στρατού (Estado-Maior do Exército)
47. Γενικό Επιτελείο Ναυτικού (Estado-Maior da Marinha)
48. Γενικό Επιτελείο Αεροπορίας (Estado-Maior da Força Aérea)
49. Ελληνική Επιτροπή Ατομικής Ενέργειας (Comissão Grega da Energia Atómica)
50. Γενική Γραμματεία Εκπαίδευσης Ενηλίκων (Secretariado Geral da Educação de Adultos)
51. Υπουργείο Εθνικής Άμυνας (Ministério da Defesa Nacional)
52. Γενική Γραμματεία Εμπορίου (Secretariado-Geral do Comércio)
53. Ελληνικά Ταχυδρομεία (Correios da Grécia- EL. TA)

ESPANHA

Presidencia de Gobierno

Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación

Ministerio de Justicia

Ministerio de Defensa

Ministerio de Economía y Hacienda

Ministerio del Interior

Ministerio de Fomento

Ministerio de Educación y Ciencia

Ministerio de Industria, Turismo y Comercio

Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales

Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación

Ministerio de la Presidencia

Ministerio de Administraciones Públicas

Ministerio de Cultura

Ministerio de Sanidad y Consumo

Ministerio de Medio Ambiente

Ministerio de Vivienda

FRANÇA

1. Ministères

Services du Premier ministre

Ministère chargé de la santé, de la jeunesse et des sports

Ministère chargé de l'intérieur, de l'outre-mer et des collectivités territoriales

Ministère chargé de la justice

Ministère chargé de la défense

Ministère chargé des affaires étrangères et européennes

Ministère chargé de l'éducation nationale

Ministère chargé de l'économie, des finances et de l'emploi

Secrétariat d'Etat aux transports

Secrétariat d'Etat aux entreprises et au commerce extérieur

Ministère chargé du travail, des relations sociales et de la solidarité

Ministère chargé de la culture et de la communication

Ministère chargé du budget, des comptes publics et de la fonction publique

Ministère chargé de l'agriculture et de la pêche

Ministère chargé de l'enseignement supérieur et de la recherche

Ministère chargé de l'écologie, du développement et de l'aménagement durables

Secrétariat d'Etat à la fonction publique

Ministère chargé du logement et de la ville

Secrétariat d'Etat à la coopération et à la francophonie

Secrétariat d'Etat à l'outre-mer

Secrétariat d'Etat à la jeunesse et aux sports et de la vie associative

Secrétariat d'Etat aux anciens combattants

Ministère chargé de l'immigration, de l'intégration, de l'identité nationale et du co-développement

Secrétariat d'Etat en charge de la prospective et de l'évaluation des politiques publiques

Secrétariat d'Etat aux affaires européennes

Secrétariat d'Etat aux affaires étrangères et aux droits de l'homme

Secrétariat d'Etat à la consommation et au tourisme

Secrétariat d'Etat à la politique de la ville

Secrétariat d'Etat à la solidarité

Secrétariat d'Etat en charge de l'emploi

Secrétariat d'Etat en charge du commerce, de l'artisanat, des PME, du tourisme et des services

Secrétariat d'Etat en charge du développement de la région-capitale

Secrétariat d'Etat en charge de l'aménagement du territoire

2. Établissements publics nationaux

Académie de France à Rome

Académie de marine

Académie des sciences d'outre-mer

Académie des technologies

Agence Centrale des Organismes de Sécurité Sociale (A.C.O.S.S.)

Agences de l'eau

Agence de biomédecine

Agence pour l'enseignement du français à l'étranger

Agence française de sécurité sanitaire des aliments

Agence française de sécurité sanitaire de l'environnement et du travail

Agence Nationale de l'Accueil des Etrangers et des migrations

Agence nationale pour l'amélioration des conditions de travail (ANACT)

Agence nationale pour l'amélioration de l'habitat (ANAH)

Agence Nationale pour la Cohésion Sociale et l'Egalité des Chances

Agence pour la garantie du droit des mineurs

Agence nationale pour l'indemnisation des français d'outre-mer (ANIFOM)

Assemblée permanente des chambres d'agriculture (APCA)

Bibliothèque nationale de France

Bibliothèque nationale et universitaire de Strasbourg

Caisse des Dépôts et Consignations

Caisse nationale des autoroutes (CNA)

Caisse nationale militaire de sécurité sociale (CNMSS)

Caisse de garantie du logement locatif social

Casa de Velasquez

Centre d'enseignement zootechnique

Centre d'études de l'emploi

Centre hospitalier national des Quinze-Vingts

Centre international d'études supérieures en sciences agronomiques (Montpellier Sup Agro)

Centre des liaisons européennes et internationales de sécurité sociale

Centre des Monuments Nationaux

Centre national d'art et de culture Georges Pompidou

Centre national des arts plastiques

Centre national de la cinématographie

Institut national supérieur de formation et de recherche pour l'éducation des jeunes handicapés et les enseignements adaptés

Centre National d'Etudes et d'expérimentation du machinisme agricole, du génie rural, des eaux et des forêts (CEMAGREF)

Ecole nationale supérieure de Sécurité Sociale

Centre national du livre

Centre national de documentation pédagogique

Centre national des œuvres universitaires et scolaires (CNOUS)

Centre national professionnel de la propriété forestière

Centre National de la Recherche Scientifique (C.N.R.S)

Centres d'éducation populaire et de sport (CREPS)

Centres régionaux des œuvres universitaires (CROUS)

Collège de France

Conservatoire de l'espace littoral et des rivages lacustres

Conservatoire National des Arts et Métiers

Conservatoire national supérieur de musique et de danse de Paris

Conservatoire national supérieur de musique et de danse de Lyon

Conservatoire national supérieur d'art dramatique

Ecole centrale de Lille

Ecole centrale de Lyon

École centrale des arts et manufactures

École française d'archéologie d'Athènes

École française d'Extrême-Orient

École française de Rome

École des hautes études en sciences sociales

Ecole du Louvre

École nationale d'administration

École nationale de l'aviation civile (ENAC)

École nationale des Chartes

École nationale d'équitation

Ecole Nationale du Génie de l'Eau et de l'environnement de Strasbourg

Écoles nationales d'ingénieurs

Ecole nationale d'ingénieurs des industries des techniques agricoles et alimentaires de Nantes

Écoles nationales d'ingénieurs des travaux agricoles

École nationale de la magistrature

Écoles nationales de la marine marchande

École nationale de la santé publique (ENSP)

École nationale de ski et d'alpinisme

École nationale supérieure des arts décoratifs

École nationale supérieure des arts et industries textiles Roubaix

Ecole nationale supérieure des arts et techniques du théâtre

Écoles nationales supérieures d'arts et métiers

École nationale supérieure des beaux-arts

École nationale supérieure de céramique industrielle

École nationale supérieure de l'électronique et de ses applications (ENSEA)

Ecole Nationale Supérieure des Sciences de l'information et des bibliothécaires

Écoles nationales vétérinaires

École nationale de voile

Écoles normales supérieures

École polytechnique

École de viticulture — Avize (Marne)

Etablissement national d'enseignement agronomique de Dijon

Établissement national des invalides de la marine (ENIM)

Établissement national de bienfaisance Koenigswarter

Fondation Carnegie

Fondation Singer-Polignac

Haras nationaux

Hôpital national de Saint-Maurice

Institut français d'archéologie orientale du Caire

Institut géographique national

Institut National des Appellations d'origine

Institut national des hautes études de sécurité

Institut de veille sanitaire

Institut National d'enseignement supérieur et de recherche agronomique et agroalimentaire de Rennes

Institut National d'Etudes Démographiques (I.N.E.D)

Institut National d'Horticulture

Institut National de la jeunesse et de l'éducation populaire

Institut national des jeunes aveugles — Paris

Institut national des jeunes sourds — Bordeaux

Institut national des jeunes sourds — Chambéry

Institut national des jeunes sourds — Metz

Institut national des jeunes sourds — Paris

Institut national de physique nucléaire et de physique des particules (I.N.P.N.P.P)

Institut national de la propriété industrielle

Institut National de la Recherche Agronomique (I.N.R.A)

Institut National de la Recherche Pédagogique (I.N.R.P)

Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale (I.N.S.E.R.M)

Institut national d'histoire de l'art (I.N.H.A.)

Institut National des Sciences de l'Univers

Institut National des Sports et de l'Education Physique

Instituts nationaux polytechniques

Instituts nationaux des sciences appliquées

Institut national de recherche en informatique et en automatique (INRIA)

Institut national de recherche sur les transports et leur sécurité (INRETS)

Institut de Recherche pour le Développement

Instituts régionaux d'administration

Institut des Sciences et des Industries du vivant et de l'environnement (Agro Paris Tech)

Institut supérieur de mécanique de Paris

Institut Universitaires de Formation des Maîtres

Musée de l'armée

Musée Gustave-Moreau

Musée du Louvre

Musée du Quai Branly

Musée national de la marine

Musée national J.-J.-Henner

Musée national de la Légion d'honneur

Musée de la Poste

Muséum National d'Histoire Naturelle

Musée Auguste-Rodin

Observatoire de Paris

Office français de protection des réfugiés et apatrides

Office National des Anciens Combattants et des Victimes de Guerre (ONAC)

Office national de la chasse et de la faune sauvage

Office National de l'eau et des milieux aquatiques

Office national d'information sur les enseignements et les professions (ONISEP)

Office universitaire et culturel français pour l'Algérie

Palais de la découverte

Parcs nationaux

Universités

3. Institutions, autorités et juridictions indépendantes

Présidence de la République

Assemblée Nationale

Sénat

Conseil constitutionnel

Conseil économique et social

Conseil supérieur de la magistrature

Agence française contre le dopage

Autorité de contrôle des assurances et des mutuelles

Autorité de contrôle des nuisances sonores aéroportuaires

Autorité de régulation des communications électroniques et des postes

Autorité de sûreté nucléaire

Comité national d'évaluation des établissements publics à caractère scientifique, culturel et professionnel

Commission d'accès aux documents administratifs

Commission consultative du secret de la défense nationale

Commission nationale des comptes de campagne et des financements politiques

Commission nationale de contrôle des interceptions de sécurité

Commission nationale de déontologie de la sécurité

Commission nationale du débat public

Commission nationale de l'informatique et des libertés

Commission des participations et des transferts

Commission de régulation de l'énergie

Commission de la sécurité des consommateurs

Commission des sondages

Commission de la transparence financière de la vie politique

Conseil de la concurrence

Conseil supérieur de l'audiovisuel

Défenseur des enfants

Haute autorité de lutte contre les discriminations et pour l'égalité

Haute autorité de santé

Médiateur de la République

Cour de justice de la République

Tribunal des Conflits

Conseil d'Etat

Cours administratives d'appel

Tribunaux administratifs

Cour des Comptes

Chambres régionales des Comptes

Cours et tribunaux de l'ordre judiciaire (Cour de Cassation, Cours d'Appel, Tribunaux d'instance et Tribunaux de grande instance)

4. Autre organisme public national

Union des groupements d'achats publics (UGAP)

Agence Nationale pour l'emploi (A.N.P.E)

Autorité indépendante des marchés financiers

Caisse Nationale des Allocations Familiales (CNAF)

Caisse Nationale d'Assurance Maladie des Travailleurs Salariés (CNAMS)

Caisse Nationale d'Assurance-Vieillesse des Travailleurs Salariés (CNAVTS)

CROÁCIA

Hrvatski sabor (Parlamento croata)

Predsjednik Republike Hrvatske (Presidente da República da Croácia)

Ured predsjednika Republike Hrvatske (Gabinete do Presidente da República da Croácia)

Ured predsjednika Republike Hrvatske po prestanku obnašanja dužnosti (Gabinete do Presidente da República da Croácia após o termo do mandato)

Vlada Republike Hrvatske (Governo da República da Croácia)

uredi Vlade Republike Hrvatske (Gabinetes do Governo da República da Croácia)

Ministarstvo gospodarstva (Ministério da Economia)

Ministarstvo regionalnoga razvoja i fondova Europske unije (Ministério do Desenvolvimento Regional e dos Fundos da UE)

Ministarstvo financija (Ministério das Finanças)

Ministarstvo obrane (Ministério da Defesa)

Ministarstvo vanjskih i europskih poslova (Ministério dos Negócio Estrangeiros e Assuntos Europeus)

Ministarstvo unutarnjih poslova (Ministério do Interior)

Ministarstvo pravosuđa (Ministério da Justiça)

Ministarstvo uprave (Ministério da Administração Pública)

Ministarstvo poduzetništva I obrta (Ministério do Empreendedorismo e das Artes e Ofícios)

Ministarstvo rada i mirovinskog sustava (Ministério do Trabalho e Regime de Pensões)

Ministarstvo pomorstva, prometa i infrastrukture (Ministério dos Assuntos Marítimos, Transportes e Infraestruturas)

Ministarstvo poljoprivrede (Ministério da Agricultura)

Ministarstvo turizma (Ministério do Turismo)

Ministarstvo zaštite okoliša i prirode (Ministério do Ambiente e da Proteção da Natureza)

Ministarstvo graditeljstva i prostornoga uređenja (Ministério da Construção e do Ordenamento do Território)

Ministarstvo branitelja (Ministério dos Assuntos dos Veteranos da Guerra)

Ministarstvo socijalne politike i mladih (Ministério da Política Social e da Juventude)

Ministarstvo zdravlja (Ministério da Saúde)

Ministarstvo znanosti, obrazovanja i sporta (Ministério da Ciência, Educação e Desporto)

Ministarstvo kulture (Ministério da Cultura)

državne upravne organizacije (Órgãos da administração pública)

uredi državne uprave u županijama (Repartições distritais da administração pública)

Ustavni sud Republike Hrvatske (Tribunal Constitucional da República da Croácia)

Vrhovni sud Republike Hrvatske (Supremo Tribunal de Justiça da República da Croácia)

sudovi (órgãos jurisdicionais)

Državno sudbeno vijeće (Conselho nacional da magistratura)

državna odvjetništva (Procuradoria-Geral)

Državnoodvjetničko vijeće (Conselho Nacional dos Procuradores)

pravobraniteljstva (Provedoria de Justiça)

Državna komisija za kontrolu postupaka javne nabave (Comissão estatal para a supervisão dos processos de adjudicação de contratos públicos)

Hrvatska narodna banka (Banco nacional croata)

državne agencije i uredi (Agências e repartições estatais)

Državni ured za reviziju (Gabinete estatal de auditoria)

IRLANDA

1. President's Establishment
2. Houses of the Oireachtas — [Parliament]
3. Department of the Taoiseach — [Prime Minister]
4. Central Statistics Office
5. Department of Finance
6. Office of the Comptroller and Auditor General
7. Office of the Revenue Commissioners
8. Office of Public Works
9. State Laboratory
10. Office of the Attorney General
11. Office of the Director of Public Prosecutions
12. Valuation Office
13. Commission for Public Service Appointments
14. Office of the Ombudsman
15. Chief State Solicitor's Office
16. Department of Justice, Equality and Law Reform

17. Courts Service
18. Prisons Service
19. Office of the Commissioners of Charitable Donations and Bequests
20. Department of the Environment, Heritage and Local Government
21. Department of Education and Science
22. Department of Communications, Energy and Natural Resources
23. Department of Agriculture, Fisheries and Food
24. Department of Transport
25. Department of Health and Children
26. Department of Enterprise, Trade and Employment
27. Department of Arts, Sports and Tourism
28. Department of Defence
29. Department of Foreign Affairs
30. Department of Social and Family Affairs
31. Department of Community, Rural and Gaeltacht — [Gaelic speaking regions] Affairs
32. Arts Council
33. National Gallery

ITÁLIA

I. Organismos de aquisições:

1. Presidenza del Consiglio dei Ministri (Presidência do Conselho de Ministros)

2. Ministero degli Affari Esteri (Ministério dos Negócios Estrangeiros)

3. Ministero dell'Interno (Ministério do Interior)

4. Ministero della Giustizia e Uffici Giudiziari (esclusi I giudici di pace) [Ministério da Justiça e Serviços Judiciários (excluindo giudici di pace)]

5. Ministero della Difesa (Ministério da Defesa)

6. Ministero dell'Economia e delle Finanze (Ministério da Economia e das Finanças)

7. Ministero dello Sviluppo Economico (Ministério do Desenvolvimento Económico)

8. Ministero del Commercio Internazionale (Ministério do Comércio Internacional)

9. Ministero delle Comunicazioni (Ministério das Comunicações)

10. Ministero delle Politiche Agricole e Forestali (Ministério das Políticas Agrícolas e Florestais)

11. Ministero dell'Ambiente e Tutela del Territorio e del Mare (Ministério do Ambiente, da Terra e do Mar)

12. Ministero delle Infrastrutture (Ministério das Infrastruturas)

13. Ministero dei Trasporti (Ministério dos Transportes)

14. Ministero del Lavoro e delle politiche Sociali e della Previdenza sociale (Ministério do Trabalho, Política Social e Segurança Social)

15. Ministero della Solidarietà sociale (Ministério da Solidariedade Social)

16. Ministero della Salute (Ministério da Saúde)

17. Ministero dell'Istruzione dell' università e della ricerca (Ministério da Educação, Universidade e Investigação)

18. Ministero per i Beni e le Attività culturali comprensivo delle sue articolazioni periferiche (Ministério dos Bens e Atividades Culturais, incluindo entidades sob a sua tutela)

II. Outros organismos públicos:

CONSIP (Concessionaria Servizi Informatici Pubblici)[3]

CHIPRE

1. a) Προεδρία και Προεδρικό Μέγαρο (Presidência e Palácio Presidencial)

   b) Γραφείο Συντονιστή Εναρμόνισης (Gabinete do Coordenador para a Harmonização)

2. Υπουργικό Συμβούλιο (Conselho de Ministros)

3. Βουλή των Αντιπροσώπων (Câmara dos Representantes)

4. Δικαστική Υπηρεσία (Serviço Judiciário)

5. Νομική Υπηρεσία της Δημοκρατίας (Gabinete Jurídico da República)

[3] Atua como entidade central de compras para toda a administração pública italiana.

6. Ελεγκτική Υπηρεσία της Δημοκρατίας (Serviço de Auditoria da República)

7. Επιτροπή Δημόσιας Υπηρεσίας (Comissão do Serviço Público)

8. Επιτροπή Εκπαιδευτικής Υπηρεσίας (Comissão do Serviço Educativo)

9. Γραφείο Επιτρόπου Διοικήσεως [Gabinete do Comissário para a Administração (Provedor de Justiça)]

10. Επιτροπή Προστασίας Ανταγωνισμού (Comissão para a Proteção da Concorrência)

11. Υπηρεσία Εσωτερικού Ελέγχου (Serviço de Auditoria Interna)

12. Γραφείο Προγραμματισμού (Gabinete de Planeamento)

13. Γενικό Λογιστήριο της Δημοκρατίας (Tesouraria da República)

14. Γραφείο Επιτρόπου Προστασίας Δεδομένων Προσωπικού Χαρακτήρα (Gabinete do Comissário para a Proteção dos Dados de Caráter Pessoal)

15. Γραφείο Εφόρου Δημοσίων Ενισχύσεων (Gabinete do Comissário para a Ajuda Pública)

16. Αναθεωρητική Αρχή Προσφορών (Organismo de Exame dos Concursos)

17. Υπηρεσία Εποπτείας και Ανάπτυξης Συνεργατικών Εταιρειών (Autoridade de Supervisão e Desenvolvimento das Sociedades Cooperativas)

18. Αναθεωρητική Αρχή Προσφύγων (Autoridade de Exame dos Refugiados)

19. Υπουργείο Άμυνας (Ministério da Defesa)

20. a) Υπουργείο Γεωργίας, Φυσικών Πόρων και Περιβάλλοντος (Ministério da Agricultura, Recursos Naturais e Ambiente)

b) Τμήμα Γεωργίας (Departamento da Agricultura)

c) Κτηνιατρικές Υπηρεσίες (Serviços Veterinários)

d) Τμήμα Δασών (Departamento das Florestas)

e) Τμήμα Αναπτύξεως Υδάτων (Departamento do Desenvolvimento dos Recursos Hídricos)

f) Τμήμα Γεωλογικής Επισκόπησης (Departamento de Estudos Geológicos)

g) Μετεωρολογική Υπηρεσία (Serviço Meteorológico)

h) Τμήμα Αναδασμού (Departamento de Consolidação dos Terrenos)

i) Υπηρεσία Μεταλλείων (Serviço das Minas)

j) Ινστιτούτο Γεωργικών Ερευνών (Instituto de Investigação Agrícola)

k) Τμήμα Αλιείας και Θαλάσσιων Ερευνών (Departamento das Pescas e Investigação Marinha)

21. a) Υπουργείο Δικαιοσύνης και Δημοσίας Τάξεως (Ministério da Justiça e da Ordem Pública)

b) Αστυνομία (Polícia)

c) Πυροσβεστική Υπηρεσία Κύπρου (Serviço de Combate a Incêndios de Chipre)

d) Τμήμα Φυλακών (Departmento Prisional)

22. a) Υπουργείο Εμπορίου, Βιομηχανίας και Τουρισμού (Ministério do Comércio, Indústria e Turismo)

b) Τμήμα Εφόρου Εταιρειών και Επίσημου Παραλήπτη (Departamento do Registo das Sociedades e Administrador de Falências)

23. a) Υπουργείο Εργασίας και Κοινωνικών Ασφαλίσεων (Ministério do Trabalho e Segurança Social)

b) Τμήμα Εργασίας (Departamento do Trabalho)

c) Τμήμα Κοινωνικών Ασφαλίσεων (Departamento da Segurança Social)

d) Τμήμα Υπηρεσιών Κοινωνικής Ευημερίας (Departamento dos Serviços de Bem-Estar Social)

e) Κέντρο Παραγωγικότητας Κύπρου (Centro da Produtividade de Chipre)

f) Ανώτερο Ξενοδοχειακό Ινστιτούτο Κύπρου (Instituto Superior de Hotelaria de Chipre)

g) Ανώτερο τεχνολογικό ινστιτούτο (Instituto Superior Técnico)

h) Τμήμα Εργασίας (Departamento do Trabalho)

i) Τμήμα εργασιακών σχέσεων (Departamento das Relações de Trabalho)

24. a) Υπουργείο Εσωτερικών (Ministério do Interior)

b) Επαρχιακές Διοικήσεις (Administrações Distritais)

c) Τμήμα Πολεοδομίας και Οικήσεως (Departamento da Planificação Urbana e da Habitação)

d) Τμήμα Αρχείου Πληθυσμού και Μεταναστεύσεως (Departamento do Registo Civil e da Migração)

e) Τμήμα Κτηματολογίου και Χωρομετρίας (Departamento dos Terrenos e Agrimensura)

f) Γραφείο Τύπου και Πληροφοριών (Serviço de Imprensa e Informação)

g) Πολιτική Άμυνα (Defesa Civil)

h) Υπηρεσία Μέριμνας και Αποκαταστάσεων Εκτοπισθέντων (Serviço de cuidados e reabilitação de pessoas deslocadas)

i) Υπηρεσία Ασύλου (Serviço de Asilo)

25. Υπουργείο Εξωτερικών (Ministério dos Negócios Estrangeiros)

26. a) Υπουργείο Οικονομικών (Ministério das Finanças)

b) Τελωνεία (Alfândegas e Impostos Especiais sobre o Consumo)

c) Τμήμα Εσωτερικών Προσόδων (Departamento das Receitas Internas)

d) Στατιστική Υπηρεσία (Serviço de Estatística)

e) Τμήμα Κρατικών Αγορών και Προμηθειών (Departamento de Aquisições e Fornecimentos Públicos)

f) Τμήμα Δημόσιας Διοίκησης και Προσωπικού (Departamento da Administração Pública e do Pessoal)

g) Κυβερνητικό Τυπογραφείο (Serviço da Imprensa Nacional)

h) Τμήμα Υπηρεσιών Πληροφορικής (Departamento dos Serviços da Tecnologia da Informação)

27. Υπουργείο Παιδείας και Πολιτισμού (Ministério da Educação e Cultura)

28. a) Υπουργείο Συγκοινωνιών και Έργων (Ministério das Comunicações e Obras)

b) Τμήμα Δημοσίων Έργων (Departamento das Obras Públicas)

c) Τμήμα Αρχαιοτήτων (Departamento das Antiguidades)

d) Τμήμα Πολιτικής Αεροπορίας (Departamento da Aviação Civil)

e) Τμήμα Εμπορικής Ναυτιλίας (Departamento da Marinha Mercante)

f) Τμήμα Ταχυδρομικών Υπηρεσιών (Departamento dos Serviços Postais)

g) Τμήμα Οδικών Μεταφορών (Departamento do Transporte Rodoviário)

h) Τμήμα Ηλεκτρομηχανολογικών Υπηρεσιών (Departamento dos Serviços Elétricos e Mecânicos)

i) Τμήμα Ηλεκτρονικών Επικοινωνιών (Departamento das Telecomunicações Eletrónicas)

29. a) Υπουργείο Υγείας (Ministério da Saúde)

b) Φαρμακευτικές Υπηρεσίες (Serviços Farmacêuticos)

c) Γενικό Χημείο (Laboratório Geral)

d) ατρικές Υπηρεσίες και Υπηρεσίες Δημόσιας Υγείας (Serviços Médicos e de Saúde Pública)

e) Οδοντιατρικές Υπηρεσίες (Serviços Dentários)

f) Υπηρεσίες Ψυχικής Υγείας (Serviços de Saúde Mental)

LETÓNIA

A) Ministrijas, īpašu ministru sekretariāti un to padotībā esošās iestādes (Ministérios, secretariados de ministros para questões específicas e instituições subordinadas):

1. Aizsardzības ministrija un tās padotībā esošās iestādes (Ministério da Defesa e instituições subordinadas)

2. Ārlietu ministrija un tas padotībā esošās iestādes (Ministério dos Negócios Estrangeiros e instituições subordinadas)

3. Ekonomikas ministrija un tās padotībā esošās iestādes (Ministério da Economia e instituições subordinadas)

4. Finanšu ministrija un tās padotībā esošās iestādes (Ministério das Finanças e instituições subordinadas)

5. Iekšlietu ministrija un tās padotībā esošās iestādes (Ministério dos Assuntos Internos e instituições subordinadas)

6. Izglītības un zinātnes ministrija un tās padotībā esošās iestādes (Ministério da Educação e Ciência e instituições subordinadas)

7. Kultūras ministrija un tas padotībā esošās iestādes (Ministério da Cultura e instituições subordinadas)

8. Labklājības ministrija un tās padotībā esošās iestādes (Ministério do Bem-Estar e instituições subordinadas)

9. Satiksmes ministrija un tās padotībā esošās iestādes (Ministério dos Transportes e instituições subordinadas)

10. Tieslietu ministrija un tās padotībā esošās iestādes (Ministério da Justiça e instituições subordinadas)

11. Veselības ministrija un tās padotībā esošās iestādes (Ministério da Saúde e instituições subordinadas)

12. Vides aizsardzības un reģionālās attīstības ministrija un tās padotībā esošās iestādes (Ministério da Proteção Ambiental e Desenvolvimento Regional e instituições subordinadas)

13. Zemkopības ministrija un tās padotībā esošās iestādes (Ministério da Agricultura e instituições subordinadas)

14. Īpašu uzdevumu ministra sekretariāti un to padotībā esošās iestādes (Ministérios para Missões Especiais e instituições subordinadas)

B) Citas valsts iestādes (Outras instituições estatais):

1. Augstākā tiesa (Supremo Tribunal de Justiça)

2. Centrālā vēlēšanu komisija (Comissão Eleitoral Central)

3. Finanšu un kapitāla tirgus komisija (Comissão do Mercado Financeiro e de Capitais)

4. Latvijas Banka (Banco da Letónia)

5. Prokuratūra un tās pārraudzībā esošās iestādes (Ministério Público e instituições sob a sua supervisão)

6. Zemkopības ministrija un tās padotībā esošās iestādes (Parlamento e instituições subordinadas)

7. Satversmes tiesa (Tribunal Constitucional)

8. Valsts kanceleja un tās pārraudzībā esošās iestādes (Chancelaria do Estado e instituições sob a sua supervisão)

9. Valsts kontrole (Tribunal Nacional de Contas)

10. Valsts prezidenta kanceleja (Chancelaria do Presidente do Estado)

11. Citas valsts iestādes, kuras nav ministriju padotībā (Outras instituições estatais não subordinadas a ministérios):

- –Tiesībsarga birojs (Gabinete do Provedor de Justiça)

- –Nacionālā radio un televīzijas padome (Conselho Nacional de Radiodifusão)

Outras instituições estatais

LITUÂNIA

Prezidentūros kanceliarija (Gabinete do Presidente)

Seimo kanceliarija [Gabinete do Seimas (Parlamento)]

Seimui atskaitingos institucijos: [Instituições responsáveis perante o Seimas (Parlamento)]

Lietuvos mokslo taryba (Conselho da Ciência)

Seimo kontrolierių įstaiga (Gabinete do Provedor do Seimas)

Valstybės kontrolė (Tribunal Nacional de Contas)

Specialiųjų tyrimų tarnyba (Serviço de Investigação Especial)

Valstybės saugumo departamentas (Departamento de Segurança do Estado)

Konkurencijos taryba (Conselho da Concorrência)

Lietuvos gyventojų genocido ir rezistencijos tyrimo centras (Centro de Investigação do Genocídio e Resistência)

Vertybinių popierių komisija (Commisão de Valores Mobiliários da Lituânia)

Ryšių reguliavimo tarnyba (Autoridade Reguladora das Comunicações)

Nacionalinė sveikatos taryba (Serviço Nacional de Saúde)

Etninės kultūros globos taryba (Conselho para a Proteção da Cultura Étnica)

Lygių galimybių kontrolieriaus tarnyba (Serviço do Provedor para a Igualdade de Oportunidades)

Valstybinė kultūros paveldo komisija (Comissão do Património Cultural Nacional)

Vaiko teisių apsaugos kontrolieriaus įstaiga (Instituição do Provedor dos Direitos da Criança)

Valstybinė kainų ir energetikos kontrolės komisija (Comissão Estatal de Regulação dos Preços dos Recursos Energéticos)

Valstybinė lietuvių kalbos komisija (Comissão Estatal da Língua Lituana)

Vyriausioji rinkimų komisija (Comité Eleitoral Central)

Vyriausioji tarnybinės etikos komisija (Comissão Principal de Ética Oficial)

Žurnalistų etikos inspektoriaus tarnyba (Gabinete do Inspetor de Ética dos Jornalistas)

Vyriausybės kanceliarija (Gabinete do Governo)

Vyriausybei atskaitingos institucijos (Instituições responsáveis perante o Governo):

Ginklų fondas (Fundo para o Armamento)

Informacinės visuomenės plėtros komitetas (Comité para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação)

Kūno kultūros ir sporto departamentas (Departamento de Educação Física e Desporto)

Lietuvos archyvų departamentas (Departmento dos Arquivos Lituanos)

Mokestinių ginčų komisija (Comissão dos Litígios Fiscais)

Statistikos departamentas (Departmento de Estatística)

Tautinių mažumų ir išeivijos departamentas (Departmento das Minorias Nacionais e dos Lituanos que vivem no Estrangeiro)

Valstybinė tabako ir alkoholio kontrolės tarnyba (Serviço Estatal de Controlo do Tabaco e do Álcool)

Viešųjų pirkimų tarnyba (Gabinete dos Contratos Públicos)

Valstybinė atominės energetikos saugos inspekcija (Inspeção Estatal da Segurança Nuclear)

Valstybinė duomenų apsaugos inspekcija (Inspeção Estatal da Proteção de Dados)

Valstybinė lošimų priežiūros komisija (Comissão Estatal de Supervisão dos Jogos de Azar)

Valstybinė maisto ir veterinarijos tarnyba (Serviço Estatal Alimentar e Veterinário)

Vyriausioji administracinių ginčų komisija (Comissão Principal dos Litígios Administrativos)

Draudimo priežiūros komisija (Comissão de Supervisão dos Seguros)

Lietuvos valstybinis mokslo ir studijų fondas (Fundação Estatal Lituana da Ciência e dos Estudos)

Konstitucinis Teismas (Tribunal Constitucional)

Lietuvos bankas (Banco da Lituânia)

Aplinkos ministerija (Ministério do Ambiente)

Įstaigos prie Aplinkos ministerijos (Instituições sob a tutela do Ministério do Ambiente):

Generalinė miškų urėdija (Direção-Geral das Florestas Estatais)

Lietuvos geologijos tarnyba (Serviço Geológico da Lituânia)

Lietuvos hidrometeorologijos tarnyba (Serviço Hidrometereológico Lituano)

Lietuvos standartizacijos departamentas (Departamento Lituano da Normalização)

Nacionalinis akreditacijos biuras (Gabinete Nacional da Acreditação)

Valstybinė metrologijos tarnyba (Serviço Nacional de Metrologia)

Valstybinė saugomų teritorijų tarnyba (Serviço Estatal para as Zonas Protegidas)

Valstybinė teritorijų planavimo ir statybos inspekcija (Inspeção Estatal do Planeamento do Território e da Construção)

Finansų ministerija (Ministério das Finanças)

Įstaigos prie Finansų ministerijos (Instituições sob a tutela do Ministério das Finanças):

Muitinės departamentas (Alfândegas da Lituânia)

Valstybės dokumentų technologinės apsaugos tarnyba (Serviço de Segurança Tecnológica dos Documentos do Estado)

Valstybinė mokesčių inspekcija (Inspeção Fiscal do Estado)

Finansų ministerijos mokymo Centras (Centro de Formação do Ministério das Finanças)

Krašto apsaugos ministerija (Ministério da Defesa Nacional)

Įstaigos prie Krašto apsaugos ministerijos (Instituições sob a tutela do Ministério da Defesa Nacional):

Antrasis operatyvinių tarnybų departamentas (Departamento de Segunda Investigação)

Centralizuota finansų ir turto tarnyba (Serviço Centralizado das Finanças e Propriedade)

Karo prievolės administravimo tarnyba (Serviço Administrativo de Inscrição Militar)

Krašto apsaugos archyvas (Serviço de Arquivos da Defesa Nacional)

Krizių valdymo centras (Centro de Gestão de Crises)

Mobilizacijos departamentas (Departamento de Mobilização)

Ryšių ir informacinių sistemų tarnyba (Serviço dos Sistemas de Comunicação e Informação)

Infrastruktūros plėtros departamentas (Departamento de Desenvolvimento de Infraestruturas)

Valstybinis pilietinio pasipriešinimo rengimo centras (Centro da Resistência Civil)

Lietuvos kariuomenė (Forças Armadas Lituanas)

Krašto apsaugos sistemos kariniai vienetai ir tarnybos (Unidades Militares e Serviços do Sistema de Defesa Nacional)

Kultūros ministerija (Ministério da Cultura)

Įstaigos prie Kultūros ministerijos (Instituições sob a tutela do Ministério da Cultura):

Kultūros paveldo departamentas (Departamento para o Património Cultural Lituano)

Valstybinė kalbos inspekcija (Inspeção Estatal da Língua)

Socialinės apsaugos ir darbo ministerija (Ministério da Segurança Social e do Trabalho)

Įstaigos prie Socialinės apsaugos ir darbo ministerijos (Instituições sob a tutela do Ministério da Segurança Social e do Trabalho):

Garantinio fondo administracija (Administração do Fundo de Garantia)

Valstybės vaiko teisių apsaugos ir įvaikinimo tarnyba (Serviço Estatal de Proteção dos Direitos da Criança e da Adoção)

Lietuvos darbo birža (Serviço de Emprego Lituano)

Lietuvos darbo rinkos mokymo tarnyba (Serviço Lituano de Formação para o Mercado de Trabalho)

Trišalės tarybos sekretoriatas secretoriat (Secretariado do Conselho Tripartido)

Socialinių paslaugų priežiūros departamentas (Departamento de Monitorização dos Serviços Sociais)

Darbo inspekcija (Inspeção do Trabalho)

Valstybinio socialinio draudimo fondo valdyba (Serviço Estatal do Fundo de Segurança Social)

Neįgalumo ir darbingumo nustatymo tarnyba (Serviço de Avaliação da Deficiência e Capacidade de Trabalho)

Ginčų komisija (Comissão de Litígios)

Techninės pagalbos neįgaliesiems centras (Centro Estatal da Técnica Compensatória para Pessoas com Deficiência)

Neįgaliųjų reikalų departamentas (Departamento dos Assuntos das Pessoas com Deficiência)

Susisiekimo ministerija (Ministério dos Transportes e Comunicações)

Įstaigos prie Susisiekimo ministerijos (Instituições sob a tutela do Ministério dos Transportes e Comunicações):

Lietuvos automobilių kelių direkcija (Administração Rodoviária Lituana)

Valstybinė geležinkelio inspekcija (Inspeção Estatal dos Caminhos de Ferro)

Valstybinė kelių transporto inspekcija (Inspeção Estatal dos Transportes Rodoviários)

Pasienio kontrolės punktų direkcija (Direção dos Pontos de Controlo Fronteiriços)

Sveikatos apsaugos ministerija (Ministério da Saúde)

Įstaigos prie Sveikatos apsaugos ministerijos (Instituições sob a tutela do Ministério da Saúde):

Valstybinė akreditavimo sveikatos priežiūros veiklai tarnyba (Agência Estatal da Acreditação dos Cuidados de Saúde)

Valstybinė ligonių kasa (Fundo Nacional de Doença)

Valstybinė medicininio audito inspekcija (Inspeção Estatal da Auditoria Médica)

Valstybinė vaistų kontrolės tarnyba (Agência Estatal de Controlo dos Medicamentos)

Valstybinė teismo psichiatrijos ir narkologijos tarnyba (Serviço Lituano de Psiquiatria e Toxicologia Forense)

Valstybinė visuomenės sveikatos priežiūros tarnyba (Serviço Estatal da Saúde Pública)

Farmacijos departamentas (Departamento de Farmácia)

Sveikatos apsaugos ministerijos Ekstremalių sveikatai situacijų centras (Centro de Ermergência Sanitária do Ministério da Saúde)

Lietuvos bioetikos komitetas (Comité Lituano de Bioética)

Radiacinės saugos centras (Centro de Radioproteção)

Švietimo ir mokslo ministerija (Ministério da Educação e da Ciência)

Įstaigos prie Švietimo ir mokslo ministerijos (Instituições sobre a tutela do Ministério da Educação e da Ciência)

Nacionalinis egzaminų centras (Centro de Exame Nacional)

Studijų kokybės vertinimo centras (Centro de Avaliação da Qualidade no Ensino Superior)

Teisingumo ministerija (Ministério da Justiça)

Įstaigos prie Teisingumo ministerijos (Instituições sob a tutela do Ministério da Justiça)

Kalėjimų departamentas (Departamento dos Estabelecimentos Prisionais)

Nacionalinė vartotojų teisių apsaugos taryba (Serviço Nacional de Defesa dos Direitos do Consumidor)

Europos teisės departamentas (Departamento do Direito Europeu)

Ūkio ministerija (Ministério da Economia)

Įstaigos prie Ūkio ministerijos (Instituições sob a tutela do Ministério da Economia):

Įmonių bankroto valdymo departamentas (Departamento de Gestão de Falências das Empresas)

Valstybinė energetikos inspekcija (Inspeção Estatal da Energia)

Valstybinė ne maisto produktų inspekcija (Inspeção Estatal dos Produtos Não Alimentares)

Valstybinis turizmo departamentas (Departamento Estatal do Turismo)

Užsienio reikalų ministerija (Ministério dos Negócios Estrangeiros)

Diplomatinės atstovybės ir konsulinės įstaigos užsienyje bei atstovybės prie tarptautinių organizacijų (Missões Diplomáticas e Consulares, bem como Representações junto de Organizações Internacionais)

Vidaus reikalų ministerija (Ministério do Interior)

Įstaigos prie Vidaus reikalų ministerijos (Instituições sob a tutela do Ministério do Interior):

Asmens dokumentų išrašymo centras (Centro dos Documentos de Identidade)

Finansinių nusikaltimų tyrimo tarnyba (Serviço de Investigação do Crime Financeiro)

Gyventojų registro tarnyba (Serviço do Registo de Residentes)

Policijos departamentas (Departamento da Polícia)

Priešgaisrinės apsaugos ir gelbėjimo departamentas (Departamento de Prevenção de Incêndios e Salvamento);

Turto valdymo ir ūkio departamentas (Departamento de Gestão da Propriedade e Economia)

Vadovybės apsaugos departamentas (Departamento de Proteção VIP)

Valstybės sienos apsaugos tarnyba (Serviço Estatal de Guarda de Fronteira)

Valstybės tarnybos departamentas (Departamento da Função Pública)

Informatikos ir ryšių departamentas (Departamento de Informática e Comunicações)

Migracijos departamentas (Departamento da Migração)

Sveikatos priežiūros tarnyba (Departamento dos Cuidados de Saúde)

Bendrasis pagalbos centras (Centro de Resposta de Emergência)

Žemės ūkio ministerija (Ministério da Agricultura)

Įstaigos prie Žemės ūkio ministerijos (Instituições sob a tutela do Ministério da Agricultura):

Nacionalinė mokėjimo agentūra (Organismo Pagador Nacional)

Nacionalinė žemės tarnyba (Serviço Nacional dos Terrenos)

Valstybinė augalų apsaugos tarnyba (Serviço Estatal de Proteção Fitossanitária)

Valstybinė gyvulių veislininkystės priežiūros tarnyba (Serviço Estatal de Supervisão de Reprodução Animal)

Valstybinė sėklų ir grūdų tarnyba (Serviço Estatal das Sementes e Grãos)

Žuvininkystės departamentas (Departamento das Pescas)

Teismai (Tribunais)

Lietuvos Aukščiausiasis Teismas (Supremo Tribunal de Justiça da Lituânia)

Lietuvos apeliacinis teismas (Tribunal de Recurso da Lituânia)

Lietuvos vyriausiasis administracinis teismas (Supremo Tribunal Administrativo da Lituânia)

Apygardų teismai (Tribunais regionais)

Apygardų administraciniai teismai (Tribunais administrativos regionais)

Apylinkių teismai (Tribunais distritais)

Nacionalinė teismų administracija (Administração dos Tribunais Nacionais)

Generalinė prokuratūra (Procuradoria Geral)

Kiti centriniai valstybinio administravimo subjektai (institucijos, įstaigos, tarnybos) [Outras Entidades da Administração Pública Central (instituições, estabelecimentos, agências)]

– Muitinės kriminalinė tarnyba (Serviço Criminal das Alfândegas)

– Muitinės informacinių sistemų centras (Centro de Sistemas de Informação Aduaneira)

– Muitinės laboratorija (Laboratório das Alfândegas)

– Muitinės mokymo centras (Centro de Formação Aduaneira)

LUXEMBURGO

1. Ministère d'Etat

2. Ministère des Affaires Etrangères et de l'Immigration

   Ministère des Affaires Etrangères et de l'Immigration: Direction de la Défense (Armée)

3. Ministère de l'Agriculture, de la Viticulture et du Développement Rural

   Ministère de l'Agriculture, de la Viticulture et du Développement Rural: Administration des Services Techniques de l'Agriculture

4. Ministère des Classes moyennes, du Tourisme et du Logement

5. Ministère de la Culture, de l'Enseignement Supérieur et de la Recherche

6. Ministère de l'Economie et du Commerce extérieur

7. Ministère de l'Education nationale et de la Formation professionnelle

   Ministère de l'Education nationale et de la Formation professionnelle: Lycée d'Enseignement Secondaire et d'Enseignement Secondaire Technique

8. Ministère de l'Egalité des chances

9. Ministère de l'Environnement

   Ministère de l'Environnement: Administration de l'Environnement

10. Ministère de la Famille et de l'Intégration

    Ministère de la Famille et de l'Intégration: Maisons de retraite

11. Ministère des Finances

12. Ministère de la Fonction publique et de la Réforme administrative

    Ministère de la Fonction publique et de la Réforme administrative: Service Central des Imprimés et des Fournitures de l'Etat – Centre des Technologies de l'informatique de l'Etat

13. Ministère de l'Intérieur et de l'Aménagement du territoire

    Ministère de l'Intérieur et de l'Aménagement du territoire: Police Grand-Ducale Luxembourg – Inspection générale de Police

14. Ministère de la Justice

    Ministère de la Justice: Etablissements Pénitentiaires

15. Ministère de la Santé

    Ministère de la Santé: Centre hospitalier neuropsychiatrique

16. Ministère de la Sécurité sociale

17. Ministère des Transports

18. Ministère du Travail et de l'Emploi

19. Ministère des Travaux publics

    Ministère des Travaux publics: Bâtiments Publics – Ponts et Chaussées

HUNGRIA

Nemzeti Erőforrás Minisztérium (Ministério dos Recursos Nacionais)

Vidékfejlesztési Minisztérium (Ministério do Desenvolvimento Rural)

Nemzeti Fejlesztési Minisztérium (Ministério do Desenvolvimento Nacional)

Honvédelmi Minisztérium (Ministério da Defesa)

Közigazgatási és Igazságügyi Minisztérium (Ministério da Administração Pública e da Justiça)

Nemzetgazdasági Minisztérium (Ministério da Economia Nacional)

Külügyminisztérium (Ministério dos Negócios Estrangeiros)

Miniszterelnöki Hivatal (Gabinete do Primeiro-Ministro)

Belügyminisztérium (Ministério dos Assuntos Internos)

Központi Szolgáltatási Főigazgatóság (Direção dos Serviços Centrais)

MALTA

1. Uffiċċju tal-Prim Ministru (Gabinete do Primeiro Ministro)

2. Ministeru għall-Familja u Solidarjeta' Soċjali (Ministério da Família e da Solidariedade Social)

3. Ministeru ta' l-Edukazzjoni Zghazagh u Impjieg (Ministério da Educação, da Juventude e do Emprego)

4. Ministeru tal-Finanzi (Ministério das Finanças)

5. Ministeru tar-Riżorsi u l-Infrastruttura (Ministério dos Recursos e Infraestruturas)

6. Ministeru tat-Turiżmu u Kultura (Ministério do Turismo e Cultura)

7. Ministeru tal-Ġustizzja u l-Intern (Ministério da Justiça e dos Assuntos Internos)

8. Ministeru għall-Affarijiet Rurali u l-Ambjent (Ministério dos Assuntos Rurais e Ambiente)

9. Ministeru għal Għawdex (Ministério de Gozo)

10. Ministeru tas-Saħħa, l-Anzjani u Kura fil-Kommunita' (Ministério da Saúde, da Terceira Idade e da Assistência)

11. Ministeru ta' l-Affarijiet Barranin (Ministério dos Negócios Estrangeiros)

12. Ministeru għall-Investimenti, Industrija u Teknologija ta' Informazzjoni (Ministério do Investimento, Indústria e Tecnologia da Informação)

13. Ministeru għall-Kompetittivà u Komunikazzjoni (Ministério da Competitividade e das Comunicações)

14. Ministeru għall-Iżvilupp Urban u Toroq (Ministério do Desenvolvimento Urbano e Estradas)

15. L-Uffiċċju tal-President (Gabinete do Presidente)

16. Uffiċċju ta' l-Iskrivan tal-Kamra tad-Deputati (Gabinete do Secretário da Câmara dos Representantes)

PAÍSES BAIXOS

MINISTERIE VAN ALGEMENE ZAKEN — (MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS GERAIS)

– Bestuursdepartement — (Departamentos de política geral e do pessoal)

– Bureau van de Wetenschappelijke Raad voor het Regeringsbeleid — Conselho Consultivo de Política Governamental)

– Rijksvoorlichtingsdienst: — (Serviço Nacional de Informações)

MINISTERIE VAN BINNENLANDSE ZAKEN EN KONINKRIJKSRELATIES — (MINISTÉRIO DO INTERIOR E DAS RELAÇÕES INTERNAS)

– Bestuursdepartement — (Departamentos de política geral e do pessoal)

– Centrale Archiefselectiedienst (CAS) — (Serviço Central de Seleção de Registos)

– Algemene Inlichtingen— en Veiligheidsdienst (AIVD) — (Serviço Geral de Informações e Segurança)

– Agentschap Basisadministratie Persoonsgegevens en Reisdocumenten (BPR) — (Agência de Registo Civil e Documentos de Viagem)

– Agentschap Korps Landelijke Politiediensten — (Polícia Nacional)

MINISTERIE VAN BUITENLANDSE ZAKEN — (MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS)

– Directoraat-generaal Regiobeleid en Consulaire Zaken (DGRC) — (Direção-Geral de Política Regional e Assuntos Consulares)

– Directoraat-generaal Politieke Zaken — (Direção-Geral dos Assuntos Políticos)

– Directoraat-generaal Internationale Samenwerking (DGIS) — (Direção-Geral para a Cooperação Internacional)

– Directoraat-generaal Europese Samenwerking (DGIS) — (Direção-Geral para a Cooperação Europeia)

– Centrum tot Bevordering van de Import uit Ontwikkelingslanden (CBI) — (Centro para a Promoção das Importações provenientes dos Países em Desenvolvimento)

– Centrale diensten ressorterend onder S/PlvS — (Serviços Centrais sob a tutela do Secretário-Geral e do Secretário-Geral Adjunto)

– Buitenlandse Posten (ieder afzonderlijk) — (as várias Missões Estrangeiras)

MINISTERIE VAN DEFENSIE — (MINISTÉRIO DA DEFESA)

– Bestuursdepartement — (Departamentos de política geral e do pessoal)

– Commando Diensten Centra (CDC) — (Comando de Apoio)

– Defensie Telematica Organisatie (DTO) — (Organização da Telemática da Defesa)

– Centrale directie van de Defensie Vastgoed Dienst — (Serviço dos Imóveis da Defesa, Direção Central)

– De afzonderlijke regionale directies van de Defensie Vastgoed Dienst — (Serviço dos Imóveis da Defesa, Direções Regionais)

– Defensie Materieel Organisatie (DMO) — (Organização de Material da Defesa)

– Landelijk Bevoorradingsbedrijf van de Defensie Materieel Organisatie — (Agência de Aprovisionamento Nacional da Organização de Material da Defesa)

– Logistiek Centrum van de Defensie Materieel Organisatie — (Centro de Logística da Organização de Material da Defesa)

– Marinebedrijf van de Defensie Materieel Organisatie — (Estabelecimento da Manutenção da Organização de Material da Defesa)

– Defensie Pijpleiding Organisatie (DPO) — (Organização de Condutas de Aprovisionamento de Combustível da Defesa)

MINISTERIE VAN ECONOMISCHE ZAKEN — (MINISTÉRIO DA ECONOMIA)

– Bestuursdepartement — (Departamentos de política geral e do pessoal)

– Centraal Planbureau (CPB) — (Gabinete Neerlandês de Análise da Política Económica)

– Bureau voor de Industriële Eigendom (BIE) — (Instituto da Propriedade Industrial)

– SenterNovem — (Agência para a Inovação Sustentável)

– Staatstoezicht op de Mijnen (SodM) — (Serviço de Fiscalização Nacional das Minas)

– Nederlandse Mededingingsautoriteit (NMa) — (Autoridade Nacional da Concorrência)

– Economische Voorlichtingsdienst (EVD) — (Serviço de Informações Económicas)

– Agentschap Telecom — (Agência de radiocomunicações)

– Kenniscentrum Professioneel & Innovatief Aanbesteden, Netwerk voor Overheidsopdrachtgevers (PIANOo) — (Contratação profissional e inovadora, rede para as entidades adjudicantes)

– Regiebureau Inkoop Rijksoverheid — (Coordenação da administração central de compras)

– Octrooicentrum Nederland — (Instituto de Patentes dos Países Baixos)

– Consumentenautoriteit — (Autoridade do Consumidor)

MINISTERIE VAN FINANCIËN — (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS)

– Bestuursdepartement — (Departamentos de política geral e do pessoal)

– Belastingdienst Automatiseringscentrum — (Centro Informático da Administração Fiscal e Aduaneira)

– Belastingdienst — (Administração Fiscal e Aduaneira)

– de afzonderlijke Directies der Rijksbelastingen — (as várias direções da Administração Fiscal e Aduaneira em todo o país)

– Fiscale Inlichtingen- en Opsporingsdienst (incl. Economische Controle dienst (ECD) — [Serviço de Informações e Investigações Fiscais (inclui o Serviço de Investigação Económica)]

– Belastingdienst Opleidingen — (Centros de Formação da Administração Fiscal e Aduaneira)

– Dienst der Domeinen — (Direção-Geral do Património)

MINISTERIE VAN JUSTITIE — (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)

– Bestuursdepartement — (Departamentos de política geral e do pessoal)

– Dienst Justitiële Inrichtingen — (Serviço dos Estabelecimentos Judiciários)

– Raad voor de Kinderbescherming — (Conselho para a Proteção da Criança)

– Centraal Justitie Incasso Bureau — (Agência Central para a Cobrança de Multas)

– Openbaar Ministerie — (Ministério Público)

– Immigratie en Naturalisatiedienst — (Serviço de Imigração e Naturalização)

– Nederlands Forensisch Instituut — (Instituto de Medicina Legal)

– Dienst Terugkeer & Vertrek — (Agência de Repatriação e de Partida)

MINISTERIE VAN LANDBOUW, NATUUR EN VOEDSELKWALITEIT — (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, NATUREZA E QUALIDADE ALIMENTAR)

– Bestuursdepartement — (Departamentos de política geral e do pessoal)

– Dienst Regelingen (DR) — (Serviço para a Implementação da Regulamentação)

– Agentschap Plantenziektenkundige Dienst (PD) — (Agência de Fitossanidade)

– Algemene Inspectiedienst (AID) — (Serviço Geral de Inspeção)

– Dienst Landelijk Gebied (DLG) — (Serviço para o Desenvolvimento Rural Sustentável)

– Voedsel en Waren Autoriteit (VWA) — (Autoridade para a segurança alimentar e os produtos de consumo)

MINISTERIE VAN ONDERWIJS, CULTUUR EN WETENSCHAPPEN — (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA)

– Bestuursdepartement — (Departamentos de política geral e do pessoal)

– Inspectie van het Onderwijs — (Inspeção do Ensino)

– Erfgoedinspectie — (Inspeção do Património)

– Centrale Financiën Instellingen — (Fundo Central para as Instituições)

– Nationaal Archief — (Arquivo Nacional)

– Adviesraad voor Wetenschaps- en Technologiebeleid — (Conselho Consultivo para a Política Científica e Tecnológica)

– Onderwijsraad — (Conselho para a Educação)

– Raad voor Cultuur — (Conselho para a Cultura)

MINISTERIE VAN SOCIALE ZAKEN EN WERKGELEGENHEID — (MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS E DO TRABALHO)

– Bestuursdepartement — (Departamentos de política geral e do pessoal)

– Inspectie Werk en Inkomen — (Inspeção do Trabalho e do Rendimento)

– Agentschap SZW— (Agência SZW)

MINISTERIE VAN VERKEER EN WATERSTAAT — (MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS)

– Bestuursdepartement — (Departamentos de política geral e do pessoal)

– Directoraat-Generaal Transport en Luchtvaart — (Direção-Geral dos Transportes e Aviação Civil)

– Directoraat-generaal Personenvervoer — (Direção-Geral do Transporte de Passageiros)

– Directoraat-generaal Water — (Direção-Geral dos Recursos Hídricos)

– Centrale diensten — (Serviços Centrais)

– Shared services Organisatie Verkeer en Watersaat — [Serviços partilhados «Organização dos Transportes e Gestão dos Recursos Hídricos») (nova organização)]

– Koninklijke Nederlandse Meteorologisch Instituut KNMI — (Instituto Real de Meteorologia dos Países Baixos)

– Rijkswaterstaat, Bestuur — (Obras Públicas e Gestão dos Recursos Hídricos, Direção-Geral)

– De afzonderlijke regionale Diensten van Rijkswaterstaat — (os vários serviços regionais dependentes da Direção-Geral das Obras Públicas e Gestão dos Recursos Hídricos)

– De afzonderlijke specialistische diensten van Rijkswaterstaat (os vários serviços especializados da Direção-Geral das Obras Públicas e Gestão dos Recursos Hídricos)

– Adviesdienst Geo-Informatie en ICT — (Conselho Consultivo para a Geoinformação e ICC)

– Adviesdienst Verkeer en Vervoer (AVV) – (Conselho Consultivo para o Tráfego e os Transportes)

– Bouwdienst – (Serviço para a Construção)

– Corporate Dienst — (Serviço institucional)

– Data ICT Dienst — (Serviço de Dados e TI)

– Dienst Verkeer en Scheepvaart — (Serviço de Tráfego e Transporte por Navios)

– Dienst Weg- en Waterbouwkunde (DWW) — (Serviço de Engenharia Rodoviária e Hidráulica)

– Rijksinstituut voor Kust en Zee (RIKZ) — (Instituto Nacional para a Gestão Costeira e Marinha)

– Rijksinstituut voor Integraal Zoetwaterbeheer en Afvalwaterbehandeling (RIZA) — (Instituto Nacional para a Gestão da Água Doce e Tratamento das Águas)

– Waterdienst — (Serviço das Águas)

– Inspectie Verkeer en Waterstaat, Hoofddirectie — (Inspeção dos Transportes e das Águas, Direção)

– Port state Control

– Directie Toezichtontwikkeling Communicatie en Onderzoek (TCO) — (Direção de Desenvolvimento da Supervisão da Comunicação e Investigação)

– Toezichthouder Beheer Eenheid Lucht — (Unidade de Gestão «Ar»)

– Toezichthouder Beheer Eenheid Water — (Unidade de Gestão «Água»)

– Toezichthouder Beheer Eenheid Land — (Unidade de Gestão «Terra»)

MINISTERIE VAN VOLKSHUISVESTING, RUIMTELIJKE ORDENING EN MILIEUBEHEER — (MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE))

– Bestuursdepartement — (Departamentos de política geral e do pessoal)

– Directoraat-generaal Wonen, Wijken en Integratie — (Direção-Geral da Habitação, Comunidades e Integração)

– Directoraat-generaal Ruimte - (Direção-Geral do Ordenamento do Território)

– Directoraat-general Milieubeheer — (Direção-Geral para a Proteção do Ambiente)

– Rijksgebouwendienst — (Agência para os Edifícios do Estado)

– VROM inspectie — (Inspeção)

MINISTERIE VAN VOLKSGEZONDHEID, WELZIJN EN SPORT— (MINISTÉRIO DA SAÚDE, BEM-ESTAR E DESPORTOS)

- Bestuursdepartement — (Departamentos de política geral e do pessoal)
- Inspectie Gezondheidsbescherming, Waren en Veterinaire Zaken — (Inspeção da Proteção da Saúde, dos Produtos e dos Assuntos Veterinários)
- Inspectie Gezondheidszorg — (Inspeção dos Cuidados de Saúde)
- Inspectie Jeugdhulpverlening en Jeugdbescherming — (Inspeção de Apoio e Proteção da Juventude)
- Rijksinstituut voor de Volksgezondheid en Milieu (RIVM) - (Instituto Nacional de Saúde Pública e Ambiente)
- Sociaal en Cultureel Planbureau — (Instituto de Planeamento Social e Cultural)
- Agentschap t.b.v. het College ter Beoordeling van Geneesmiddelen — (Instituto Nacional de Farmácia e Medicamentos)

TWEEDE KAMER DER STATEN-GENERAAL — (SEGUNDA CÂMARA DOS ESTADOS GERAIS)

EERSTE KAMER DER STATEN-GENERAAL — (PRIMEIRA CÂMARA DOS ESTADOS GERAIS)

RAAD VAN STATE — (CONSELHO DE ESTADO)

ALGEMENE REKENKAMER — (TRIBUNAL DE CONTAS)

NATIONALE OMBUDSMAN — (PROVEDOR DE JUSTIÇA NACIONAL)

KANSELARIJ DER NEDERLANDSE ORDEN— (CHANCELARIA DAS ORDENS DOS PAÍSES BAIXOS))

KABINET DER KONINGIN — (GABINETE REAL)

RAAD VOOR DE RECHTSPRAAK EN DE RECHTBANKEN — (CONSELHO PARA A JURISPRUDÊNCIA E OS TRIBUNAIS)

ÁUSTRIA

A/ Entidades atualmente abrangidas

1. Bundeskanzleramt (Chancelaria Federal)

2. Bundesministerium für europäische und internationale Angelegenheiten (Ministério Federal dos Assuntos Europeus e Internacionais)

3. Bundesministerium der Finanzen (Ministério Federal das Finanças)

4. Bundesministerium für Gesundheit (Ministério Federal da Saúde)

5. Bundesministerium für Inneres (Ministério Federal do Interior)

6. Bundesministerium für Justiz (Ministério Federal da Justiça)

7. Bundesministerium für Landesverteidigung und Sport (Ministério Federal da Defesa do Território e Desporto)

8. Bundesministerium für Land- und Forstwirtschaft, Umweltschutz und Wasserwirtschaft (Ministério Federal da Agricultura e Silvicultura, do Ambiente e Recursos Hídricos)

9. Bundesministerium für Arbeit, Soziales und Konsumentenschutz (Ministério Federal do Emprego, Assuntos Sociais e Defesa do Consumidor)

10. Bundesministerium für Unterricht, Kunst und Kultur (Ministério Federal da Educação, Arte e Cultura)

11. Bundesministerium für Verkehr, Innovation und Technologie (Ministério Federal dos Transportes, Inovação e Tecnologia)

12. Bundesministerium für Wirtschaft, Jugend und Familie (Ministério Federal dos Assuntos Económicos, Juventude e Família)

13. Bundesministerium für Wissenschaft und Forschung (Ministério Federal da Ciência e Investigação)

14. Bundesamt für Eich- und Vermessungswesen (Gabinete Federal de Calibragem e Medidas)

15. Österreichische Forschungs- und Prüfzentrum Arsenal Gesellschaft m.b.H (Centro Austríaco de Investigação e Ensaio Arsenal S.r.l.)

16. Bundesanstalt für Verkehr (Instituto Federal do Tráfego)

17. Bundesbeschaffung GmbH (Contratos Públicos Federais S.r.l.)

18. Bundesrechenzentrum GmbH (Centro Federal de Processamento de Dados S.r.l.)

B/ Todas as outras autoridades públicas centrais, incluindo as respetivas subdivisões regionais e locais, desde que sem caráter industrial ou comercial.

POLÓNIA

1. Kancelaria Prezydenta RP (Chancelaria do Presidente)

2. Kancelaria Sejmu RP (Chancelaria do Sejm)

3. Kancelaria Senatu RP (Chancelaria do Senado)

4. Kancelaria Prezesa Rady Ministrów (Chancelaria do Primeiro Ministro)

5. Sąd Najwyższy (Supremo Tribunal de Justiça)

6. Naczelny Sąd Administracyjny (Supremo Tribunal Administrativo)

7. Sądy powszechne - rejonowe, okręgowe i apelacyjne (Tribuanais ordinários - distritais, regionais e de recurso)

8. Trybunał Konstytucyjny (Tribunal Constitucional)

9. Najwyższa Izba Kontroli (Supremo Tribunal de Contas)

10. Biuro Rzecznika Praw Obywatelskich (Gabinete do Defensor dos Direitos Humanos)

11. Biuro Rzecznika Praw Dziecka (Gabinete do Provedor dos Direitos da Criança)

12. Biuro Ochrony rządu (Gabinete de Segurança do Governo)

13. Biuro Bezpieczeństwa Narodowego (Gabinete da Segurança Nacional)

14. Centralne Biuro Antykorupcyjne (Gabinete Central da Anticorrupção)

15. Ministerstwo Pracy i Polityki Społecznej (Ministério do Trabalho e Política Social)

16. Ministerstwo Finansów (Ministério das Finanças)

17. Ministerstwo Gospodarki (Ministério da Economia)

18. Ministerstwo Rozwoju Regionalnego ((Ministério do Desenvolvimento Regional)

19. Ministerstwo Kultury i Dziedzictwa Narodowego (Ministério da Cultura e Património Nacional)

20. Ministerstwo Edukacji Narodowej (Ministério da Educação Nacional)

21. Ministerstwo Obrony Narodowej (Ministério da Defesa Nacional)

22. Ministerstwo Rolnictwa i Rozwoju Wsi (Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural)

23. Ministerstwo Skarbu Państwa (Ministério do Tesouro do Estado)

24. Ministerstwo Sprawiedliwości (Ministério da Justiça)

25. Ministerstwo Transportu, Budownictwa i Gospodarki Morskiej (Ministério dos Transportes, Construção e Economia Marítima)

26. Ministerstwo Nauki i Szkolnictwa Wyższego (Ministério da Ciência e Ensino Superior)

27. Ministerstwo Środowiska (Ministério do Ambiente)

28. Ministerstwo Spraw Wewnętrznych (Ministério dos Assuntos Internos)

29. Ministrestwo Administracji i Cyfryzacji (Ministério da Administração e da Digitalização)

30. Ministerstwo Spraw Zagranicznych (Ministério dos Negócios Estrangeiros)

31. Ministerstwo Zdrowia (Ministério da Saúde)

32. Ministerstwo Sportu i Turystyki (Ministério do Desporto e Turismo)

33. Urząd Patentowy Rzeczpospolitej Polskiej (Instituto das Patentes da República da Polónia)

34. Urząd Regulacji Energetyki (Autoridade Reguladora da Energia da Polónia)

35. Urząd do Spraw Kombatantów i Osób Represjonowanych (Gabinete dos Veteranos da Guerra e Vítimas de Repressão)

36. Urząd Transportu Kolejowego (Serviço dos Transportes Ferroviários)

37. Urząd Dozoru Technicznego (Serviço de Inspeção Técnica)

38. Urząd Rejestracji Produktów Leczniczych, Wyrobów Medycznych i Produktów Biobójczych (Serviço de Registo de Produtos Farmacêuticos, Dispositivos Médicos e Produtos Biocidas)

39. Urząd do Spraw Cudzoziemców (Serviço de Estrangeiros)

40. Urząd Zamówień Publicznych (Serviço de Contratos Públicos)

41. Urząd Ochrony Konkurencji i Konsumentów (Serviço de Proteção da Concorrência e do Consumidor)

42. Urząd Lotnictwa Cywilnego (Serviço da Aviação Civil)

43. Urząd Komunikacji Elektronicznej (Serviço das Comunicações Eletrónicas)

44. Wyższy Urząd Górniczy (Autoridade das Minas do Estado)

45. Główny Urząd Miar (Serviço Central das Medidas)

46. Główny Urząd Geodezji i Kartografii (Serviço Central da Geodesia e Cartografia)

47. Główny Urząd Nadzoru Budowlanego (Serviço Central do Controlo dos Edifícios)

48. Główny Urząd Statystyczny (Serviço Central de Estatística)

49. Krajowa Rada Radiofonii i Telewizji (Conselho Nacional de Radiodifusão)

50. Generalny Inspektor Ochrony Danych Osobowych (Inspetor-Geral para a Proteção dos Dados Pessoais)

51. Państwowa Komisja Wyborcza (Comissão Eleitoral do Estado)

52. Państwowa Inspekcja Pracy (Inspeção Nacional do Trabalho)

53. Rządowe Centrum Legislacji (Centro Governamental da Legislação)

54. Narodowy Fundusz Zdrowia (Fundo Nacional da Saúde)

55. Polska Akademia Nauk (Academia Polaca das Ciências)

56. Polskie Centrum Akredytacji (Centro Polaco de Acreditação)

57. Polskie Centrum Badań i Certyfikacji (Centro Polaco para Teste e Certificação)

58. Polska Organizacja Turystyczna (Organização Polaca do Turismo)

59. Polski Komitet Normalizacyjny (Comité Polaco para a Normalização)

60. Zakład Ubezpieczeń Społecznych (Instituto de Segurança Social)

61. Komisja Nadzoru Finansowego (Comissão da Supervisão Financeira)

62. Naczelna Dyrekcja Archiwów Państwowych (Direção-Geral dos Arquivos Estatais)

63. Kasa Rolniczego Ubezpieczenia Społecznego (Caixa do Seguro Social Agrícola)

64. Generalna Dyrekcja Dróg Krajowych i Autostrad (Direção-Geral das Estradas e Autoestradas Nacionais)

65. Główny Inspektorat Ochrony Roślin i Nasiennictwa (Inspeção-Geral da Proteção dos Vegetais e Sementes)

66. Komenda Główna Państwowej Straży Pożarnej (Quartel-General do Corpo de Bombeiros do Estado)

67. Komenda Główna Policji (Quartel-General da Polícia)

68. Komenda Główna Straży Granicxnej (Quartel-General da Guarda de Fronteira)

69. Główny Inspektorat Jakości Handlowej Artykułów Rolno-Spożywczych (Inspeção-Geral da Qualidade Comercial dos Produtos Agroalimentares)

70. Główny Inspektorat Ochrony Środowiska (Inspeção-Geral da Proteção do Ambiente)

71. Główny Inspektorat Transportu Drogowego (Inspeção-Geral dos Transportes Rodoviários)

72. Główny Inspektorat Farmaceutyczny (Inspeção-Geral dos Produtos Farmacêuticos)

73. Główny Inspektorat Sanitarny (Inspeção-Geral Sanitária)

74. Główny Inspektorat Weterynarii (Inspeção-Geral Veterinária)

75. Agencja Bezpieczeństwa Wewnętrznego (Agência da Segurança Interna)

76. Agencja Wywiadu (Agência da Segurança Externa)

77. Agencja Mienia Wojskowego (Agência da Propriedade Militar)

78. Wojskowa Agencja Mieszkaniowa (Agência dos Imóveis Militares)

79. Agencja Restrukturyzacji i Modernizacji Rolnictwa (Agência para a Reestruturação e Modernização da Agricultura)

80. Agencja Rynku Rolnego (Agência do Mercado Agrícola)

81. Agencja Nieruchomości Rolnych (Agência da Propriedade Rústica)

82. Państwowa Agencja Atomistyki (Agência Nacional da Energia Atómica)

83. Polska Agencja Żeglugi Powietrznej (Agência Polaca dos Serviços de Navegação Aérea)

84. Polska Agencja Rozwiązywania Problemów Alkoholowych (Agência Polaca para a Prevenção dos Problemas relacionados com a Prevenção do Álcool)

85. Agencja Rezerw Materiałowych (Agência das Reservas Materiais)

86. Narodowy Bank Polski (Banco Nacional da Polónia)

87. Narodowy Fundusz Ochrony Środowiska i Gospodarki Wodnej (Fundo Nacional da Proteção do Ambiente e Gestão da Água)

88. Państwowy Fundusz Rehabilitacji Osób Niepełnosprawnych (Fundo Nacional de Reabilitação das Pessoas com Deficiência)

89. Instytut Pamięci Narodowej - Komisja Ścigania Zbrodni Przeciwko Narodowi Polskiemu (Instituto da Memória Nacional - Comissão para a Perseguição dos Crimes Contra a Nação Polaca)

90. Rada Ochrony Pamięci Walk i Męczeństwa (Comité de Proteção da Memória de Combate e Martírio)

91. Służba Celna Rzeczypospolitej Polskiej (Serviço das Alfândegas da República da Polónia)

92. Państwowe Gospodarstwo Leśne «Lasy Państwowe» (Empresa das Florestas do Estado «Lasy Państwowe»)

93. Polska Agencja Rozwoju Przedsiębiorczości (Agência Polaca para o Desenvolvimento Empresarial)

94. Samodzielne Publiczne Zakłady Opieki Zdrowotnej, jeśli ich organem założycielskim jest minister, centralny organ administracji rządowej lub wojewoda (Unidades de Gestão de Cuidados de Saúde Autónomas Públicas estabelecidas pelo ministro, administração central, unidade ou voivoda).

PORTUGAL

1. Presidência do Conselho de Ministros

2. Ministério das Finanças

3. Ministério da Defesa Nacional

4. Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas

5. Ministério da Administração Interna

6. Ministério da Justiça

7. Ministério da Economia

8. Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

9. Ministério da Educação

10. Ministério da Ciência e do Ensino Superior

11. Ministério da Cultura

12. Ministério da Saúde

13. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

14. Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação

15. Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente

16. Ministério para a Qualificação e o Emprego

17. Presidência da República

18. Tribunal Constitucional

19. Tribunal de Contas

20. Provedoria de Justiça

ROMÉNIA

Administraţia Prezidenţială (Administração Presidencial)

Senatul României (Senado Romeno)

Camera Deputaţilor (Câmara dos Deputados)

Inalta Curte de Casaţie şi Justiţie (Supremo Tribunal de Justiça)

Curtea Constituţională (Tribunal Constitucional)

Consiliul Legislativ (Conselho Legislativo)

Curtea de Conturi (Tribunal de Contas)

Consiliul Superior al Magistraturii (Conselho Superior da Magistratura)

Parchetul de pe lângă Inalta Curte de Casaţie şi Justiţie (Ministério Público adstrito ao Supremo Tribunal de Justiça)

Secretariatul General al Guvernului (Secretariado-Geral do Governo)

Cancelaria Primului-Ministru (Chancelaria do Primeiro Ministro)

Ministerul Afacerilor Externe (Ministério dos Negócios Estrangeiros)

Ministerul Economiei şi Finanţelor (Ministério da Economia e Finanças)

Ministerul Justiţiei (Ministério da Justiça)

Ministerul Apărării (Ministério da Defesa)

Ministerul Internelor și Reformei Administrative (Ministério do Interior e da Reforma Administrativa)

Ministerul Muncii, Familiei şi Egalităţii de Sanse (Ministério do Trabalho e Igualdade de Oportunidades)

Ministerul pentru Intreprinderi Mici şi Mijlocii, Comerţ, Turism şi Profesii Liberale (Ministério das Pequenas e Médias Empresas, Comércio, Turismo e Profissões Liberais)

Ministerul Agriculturii şi Dezvoltării Rurale (Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural)

Ministerul Transporturilor (Ministério dos Transportes)

Ministerul Dezvoltării, Lucrărilor Publice şi Locuinţei (Ministério do Desenvolvimento, Obras Públicas e Habitação)

Ministerul Educaţiei Cercetării şi Tineretului (Ministério da Educação, Investigação e Juventude)

Ministerul Sănătăţii Publice (Ministério da Saúde Pública)

Ministerul Culturii şi Cultelor (Ministério da Cultura e Assuntos Religiosos)

Ministerul Comunicaţiilor şi Tehnologiei Informaţiei (Ministério das Comunicações e da Tecnologia da informação)

Ministerul Mediului și Dezvoltării Durabile (Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)

Serviciul Român de Informații (Serviços de Informação Romenos)

Serviciul Român de Informaţii Externe (Serviços de Informação Externa Romenos)

Serviciul de Protecţie şi Pază (Serviço de Proteção e Guarda)

Serviciul de Telecomunicaţii Speciale (Serviço de Telecomunicações Especiais)

Consiliul Naţional al Audiovizualului (Conselho Nacional do Audiovisual)

Consiliul Concurenţei (CC) (Conselho da Concorrência)

Direcţia Naţională Anticorupţie (Direção Nacional da Anticorrupção)

Inspectoratul General de Poliţie (Inspeção-Geral da Polícia)

Autoritatea Naţională pentru Reglementarea şi Monitorizarea Achiziţiilor Publice (Autoridade Nacional de Regulação e Controlo de Contratos Públicos)

Consiliul Naţional de Soluţionare a Contestaţiilor (Conselho Nacional para a Resolução de Litígios)

Autoritatea Naţională de Reglementare pentru Serviciile Comunitare de Utilităţi Publice (ANRSC) (Autoridade Nacional para a Regulação dos Serviços Comunitários de Utilidade Pública)

Autoritatea Naţională Sanitară Veterinară şi pentru Siguranţa Alimentelor (Autoridade Nacional de Saúde Veterinária e de Segurança dos Alimentos)

Autoritatea Naţională pentru Protecţia Consumatorilor (Autoridade Nacional para a Defesa dos Consumidores)

Autoritatea Navală Română (Autoridade Naval Romena)

Autoritatea Feroviară Română (Autoridade Ferroviária Romena)

Autoritatea Rutieră Română (Autoridade Rodoviária Romena)

Autoritatea Naţională pentru Protecţia Drepturilor Copilului-şi Adopţie (Autoridade Nacional para a Proteção dos Direitos da Criança e Adoção)

Autoritatea Naţională pentru Persoanele cu Handicap (Autoridade Nacional para as Pessoas com Deficiência)

Autoritatea Naţională pentru Tineret (Autoridade Nacional para a Juventude)

Autoritatea Naţională pentru Cercetare Stiinţifica (Autoridade Nacional para a Investigação Científica)

Autoritatea Naţională pentru Comunicaţii (Autoridade Nacional para as Comunicações)

Autoritatea Naţională pentru Serviciile Societăţii Informaţionale (Autoridade Nacional para os Serviços da Sociedade da Informação)

Autoritatea Electorala Permanenta (Autoridade Eleitoral Permanente)

Agenţia pentru Strategii Guvernamentale (Agência para as Estratégias Governamentais)

Agenţia Naţională a Medicamentului (Agência Nacional dos Medicamentos)

Agenţia Naţională pentru Sport (Agência Nacional para o Desporto)

Agenţia Naţională pentru Ocuparea Forţei de Muncă (Agência Nacional para o Emprego)

Agenţia Naţională de Reglementare în Domeniul Energiei (Autoridade Nacional para a Regulação da Energia Elétrica)

Agenţia Română pentru Conservarea Energiei (Agência Romena para a Conservação da Energia)

Agenţia Naţională pentru Resurse Minerale (Agência Nacional dos Recursos Minerais)

Agenţia Română pentru Investiţii Străine (Agência Romena do Investimentos Estrangeiro)

Agenţia Naţională a Funcţionarilor Publici (Agência Nacional dos Funcionários Públicos)

Agenţia Naţională de Administrare Fiscală (Agência Nacional da Administração Fiscal)

Agenţia de Compensare pentru Achiziţii de Tehnică Specială (Agência para a Compensação dos Contratos Técnicos Especiais)

Agenţia Naţională Anti-doping (Agência Nacional Antidopagem)

Agenţia Nucleară (Agência Nuclear)

Agenţia Naţională pentru Protecţia Familiei (Agência Nacional para a Proteção da Família)

Agenţia Naţională pentru Egalitatea de Sanse între Bărbaţi şi Femei (Autoridade Nacional para a Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres)

Agenţia Naţională pentru Protecţia Mediului (Agência Nacional para a Proteção do Ambiente)

Agenţia naţională Antidrog (Agência Nacional Antidroga)

ESLOVÉNIA

1. Predsednik Republike Slovenije (Presidente da República da Eslovénia)
2. Državni zbor (Assembleia Nacional)
3. Državni svet (Conselho Nacional)
4. Varuh človekovih pravic (Provedor de Justiça)
5. Ustavno sodišče (Tribunal Constitucional)
6. Računsko sodišče (Tribunal de Contas)
7. Državna revizijska komisja (Comissão de Revisão Nacional)
8. Slovenska akademija znanosti in umetnosti (Academia Eslovena das Ciências e da Arte)
9. Vladne službe (Serviços Governamentais)
10. Ministrstvo za finance (Ministério das Finanças)
11. Ministrstvo za notranje zadeve (Ministério dos Assuntos Internos)
12. Ministrstvo za zunanje zadeve (Ministério dos Negócios Estrangeiros)
13. Ministrstvo za obrambo (Ministério da Defesa)
14. Ministrstvo za pravosodje (Ministério da Justiça)

15. Ministrstvo za gospodarstvo (Ministério da Economia)

16. Ministrstvo za kmetijstvo, gozdarstvo in prehrano (Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação)

17. Ministrstvo za promet (Ministério dos Transportes)

18. Ministrstvo za okolje, prostor in energijo (Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

19. Ministrstvo za delo, družino in socialne zadeve (Ministério do Trabalho, Família e Assuntos Sociais)

20. Ministrstvo za zdravje (Ministério da Saúde)

21. Ministrstvo za visoko šolstvo, znanost in tehnogijo (Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia)

22. Ministrstvo za kulturo (Ministério da Cultura)

23. Ministerstvo za javno upravo (Ministério da Administração Pública)

24. Vrhovno sodišče Republike Slovenije (Supremo Tribunal de Justiça da República da Eslovénia)

25. Višja sodišča (Tribunais Superiores)

26. Okrožna sodišča (Tribunais Distritais)

27. Okrajna sodišča (Tribunais Locais)

28. Vrhovno tožilstvo Republike Slovenije (Procurador Geral da República da Eslovénia)

29. Okrožna državna tožilstva (Procurador Distrital do Estado)

30. Družbeni pravobranilec Republike Slovenije (Advogado Social da República da Eslovénia)

31. Državno pravobranilstvo Republike Slovenije (Advogado Nacional da República da Eslovénia)

32. Upravno sodišče Republike Slovenije (Tribunal Administrativo da República da Eslovénia)

33. Senat za prekrške Republike Slovenije (Senado das Pequenas Infrações da República da Eslovénia)

34. Višje delovno in socialno sodišče v Ljubljani (Tribunal Superior do Trabalho e Assuntos Sociais)

35. Delovna in sodišča (Labour Courts)

36. Upravne enote (Unidades da Administração Local)

ESLOVÁQUIA

Ministérios e outras autoridades do Governo central referidas na Lei n.º 575/2001 Col. relativa à estrutura das atividades do Governo e das autoridades da administração central, na versão atualmente em vigor:

Ministerstvo hospodárstva Slovenskej republiky (Ministério da Economia da República Eslovaca)

Ministerstvo financií Slovenskej republiky (Ministério das Finanças da República Eslovaca)

Ministerstvo výstavby a regionálneho rozvoja Slovenskej republiky (Ministério da Construção e Desenvolvimento Regional da República Eslovaca)

Ministerstvo pôdohospodárstva a rozvoja vidieka Slovenskej republiky (Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural da República Eslovaca)

Ministerstvo vnútra Slovenskej republiky (Ministério do Interior da República Eslovaca)

Ministerstvo obrany Slovenskej republiky (Ministério da Defesa da República Eslovaca)

Ministerstvo spravodlivosti Slovenskej republiky (Ministério da Justiça da República Eslovaca)

Ministerstvo zahraničných vecí Slovenskej republiky (Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Eslovaca)

Ministerstvo práce, sociálnych vecí a rodiny Slovenskej republiky (Ministério do Trabalho, Assuntos Sociais e Família da República Eslovaca)

Ministerstvo životného prostredia Slovenskej republiky (Ministério do Ambiente da República Eslovaca)

Ministerstvo školstva, vedy, výskumu a športu Slovenskej republiky (Ministério da Educação, Ciência, Investigação e Desporto da República Eslovaca)

Ministerstvo kultúry Slovenskej republiky (Ministério da Cultura da República Eslovaca)

Ministerstvo zdravotníctva Slovenskej republiky (Ministério da Saúde da República Eslovaca)

Úrad vlády Slovenskej republiky (Gabinete do Governo da República Eslovaca)

Protimonopolný úrad Slovenskej republiky (Gabinete Antimonopólio da República Eslovaca)

Štatistický úrad Slovenskej republiky (Serviço de Estatística da República Eslovaca)

Úrad geodézie, kartografie a katastra Slovenskej republiky (Departamento de Geodesia, Cartografia e Cadastro da República Eslovaca)

Úrad jadrového dozoru Slovenskej republiky (Autoridade Reguladora Nuclear da República Eslovaca)

Úrad pre normalizáciu, metrológiu a skúšobníctvo Slovenskej republiky (Serviço de Normalização, Metrologia e Teste da República Eslovaca)

Úrad pre verejné obstarávanie (Serviço dos Contratos Públicos)

Úrad priemyselného vlastníctva Slovenskej republiky (Serviço da Propriedade Industrial da República Eslovaca)

Správa štátnych hmotných rezerv Slovenskej republiky (Administração das Reservas de Materiais Estatais da República Eslovaca)

Národní bezpečnostní úřad (Autoridade de Segurança Nacional)

Kancelária Prezidenta Slovenskej republiky (Gabinete do Presidente da República Eslovaca)

Národná rada Slovenskej republiky (Conselho Nacional da República Eslovaca)

Ústavný súd Slovenskej republiky (Tribunal Constitucional da República Eslovaca)

Najvyšší súd Slovenskej republiky (Supremo Tribunal de Justiça da República Eslovaca)

Generálna prokuratúra Slovenskej republiky (Procuradoria Geral da República Eslovaca)

Najvyšší kontrolný úrad Slovenskej republiky (Supremo Tribunal de Contas da República Eslovaca)

Telekomunikačný úrad Slovenskej republiky (Serviço de Telecomunicações da República Eslovaca)

Poštový úrad (Autoridade Reguladora Postal)

Úrad na ochranu osobných údajov (Serviço para a Proteção dos Dados Pessoais)

Kancelária verejného ochrancu práv (Gabinete do Provedor de Justiça)

Úrad pre finančný trh (Gabinete para o Mercado Financeiro)

FINLÂNDIA

OIKEUSKANSLERINVIRASTO – JUSTITIEKANSLERSÄMBETET (GABINETE DO CHANCELER DE JUSTIÇA)

LIIKENNE- JA VIESTINTÄMINISTERIÖ - KOMMUNIKATIONSMINISTERIET (MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES)

Viestintävirasto - Kommunikationsverket (Autoridade Reguladora das Comunicações)

Ajoneuvohallintokeskus AKE — fordonsförvaltningscentralen AKE (Administração de Veículos Finlandesa)

Ilmailuhallinto – Luftfartsförvaltningen (Autoridade da Aviação Civil Finlandesa)

Ilmatieteen laitos – Meteorologiska institutet (Instituto Meterológico Finlandês)

Merenkulkulaitos – Sjöfartsverket (Administração Marítima Finlandesa)

Merentutkimuslaitos – Havsforskningsinstitutet (Instituto Finlandês de Investigação Marinha)

Ratahallintokeskus RHK – Banförvaltningscentralen RHK (Administração dos Caminhos de Ferro)

Rautatievirasto – Järnvägsverket (Agência dos Caminhos de Ferro Finlandeses)

Tiehallinto – Vägförvaltningen (Administração das Estradas)

MAA- JA METSÄTALOUSMINISTERIÖ - JORD- OCH SKOGSBRUKSMINISTERIET (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DA SILVICULTURA)

Elintarviketurvallisuusvirasto – Livsmedelssäkerhetsverket (Autoridade Finlandesa para a Segurança Alimentar)

Maanmittauslaitos – Lantmäteriverket (Registo Cadastral Nacional da Finlândia)

Maaseutuvirasto – Landsbygdsverket (Agência dos Assuntos Rurais)

OIKEUSMINISTERIÖ – JUSTITIEMINISTERIET (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)

Tietosuojavaltuutetun toimisto – Dataombudsmannens byrå (Provedoria para a Proteção de Dados)

Tuomioistuimet – domstolar (Tribunais de Justiça)

Korkein oikeus – Högsta domstolen (Supremo Tribunal de Justiça)

Korkein hallinto-oikeus – Högsta förvaltningsdomstolen (Supremo Tribunal Administrativo)

Hovioikeudet – hovrätter (Tribunais de Recurso)

Käräjäoikeudet – tingsrätter (Tribunais Distritais)

Hallinto-oikeudet – förvaltningsdomstolar (Tribunais Administrativos)

Markkinaoikeus – Marknadsdomstolen (Tribunal do Mercado)

Työtuomioistuin – Arbetsdomstolen (Tribunal do Trabalho)

Vakuutusoikeus – Försäkringsdomstolen (Tribunal dos Seguros)

Kuluttajariitalautakunta – Konsumenttvistenämnden (Serviço de Queixas dos Consumidores)

Vankeinhoitolaitos – Fångvårdsväsendet (Serviços Prisionais)

HEUNI – Yhdistyneiden Kansakuntien yhteydessä toimiva Euroopan kriminaalipolitiikan instituutti – HEUNI – Europeiska institutet för kriminalpolitik, verksamt i anslutning till Förenta Nationerna (Instituto Europeu para a Prevenção e Controlo da Criminalidade)

Konkurssiasiamiehen toimisto – Konkursombudsmannens byrå (Gabinete do Provedor de Falências)

Oikeushallinnon palvelukeskus – Justitieförvaltningens servicecentral (Serviço de Gestão Judiciária)

Oikeushallinnon tietotekniikkakeskus – Justitieförvaltningens datateknikcentral (Centro Informático da Administração Judiciária)

Oikeuspoliittinen tutkimuslaitos (Optula) – Rättspolitiska forskningsinstitutet (Instituto de Investigação Político-Jurídica)

Oikeusrekisterikeskus – Rättsregistercentralen (Centro de Registo Legal)

Onnettomuustutkintakeskus – Centralen för undersökning av olyckor (Serviço para a Investigação de Acidentes)

Rikosseuraamusvirasto – Brottspåföljdsverket (Agência de Sanções Criminais)

Rikosseuraamusalan koulutuskeskus – Brottspåföljdsområdets utbildningscentral (Instituto de Formação para Serviços Prisionais e de Liberdade Condicional)

Rikoksentorjuntaneuvosto Rådet för brottsförebyggande (Conselho Nacional para a Prevenção da Criminalidade)

Saamelaiskäräjät – Sametinget (Saami - Parlamento)

Valtakunnansyyttäjänvirasto – Riksåklagarämbetet (Gabinete do Procurador Geral)

OPETUSMINISTERIÖ – UNDERVISNINGSMINISTERIET (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

Opetushallitus – Utbildningsstyrelsen (Conselho Nacional da Educação)

Valtion elokuvatarkastamo – Statens filmgranskningsbyrå (Gabinete Nacional de Classificação dos Filmes)

PUOLUSTUSMINISTERIÖ – FÖRSVARSMINISTERIET (MINISTÉRIO DA DEFESA)

Puolustusvoimat – Försvarsmakten (Forças Armadas)

SISÄASIAINMINISTERIÖ – INRIKESMINISTERIET (MINISTÉRIO DO INTERIOR)

Keskusrikospoliisi – Centralkriminalpolisen (Polícia Criminal Central)

Liikkuva poliisi – Rörliga polisen (Polícia de Trânsito)

Rajavartiolaitos – Gränsbevakningsväsendet (Guarda de Fronteira)

Suojelupoliisi – Skyddspolisen (Proteção Policial)

Poliisiammattikorkeakoulu – Polisyrkeshögskolan (Academia da Polícia)

Poliisin tekniikkakeskus – Polisens teknikcentral (Centro Técnico da Polícia)

Pelastusopisto — räddningsverket (Serviços de Proteção Civil)

Hätäkeskuslaitos – Nödcentralsverket (Centro de Controlo de Emergências)

Maahanmuuttovirasto – Migrationsverket (Autoridade da Imigração)

Sisäasiainhallinnon palvelukeskus – Inrikesförvaltningens servicecentral (Serviço da Administração Interna)

Helsingin kihlakunnan poliisilaitos – Polisinrättningen i Helsingfors (Departamento da Polícia de Helsínquia)

Valtion turvapaikanhakijoiden vastaanottokeskukset – Statliga förläggningar för asylsökande (Centros de Acolhimento para Candidatos a Asilo)

SOSIAALI- JA TERVEYSMINISTERIÖ – SOCIAL- OCH HÄLSOVÅRDSMINISTERIET (MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS E DA SAÚDE)

Työttömyysturvalautakunta – Besvärsnämnden för utkomstskyddsärenden (Serviço de Recurso do Subsídio de Desemprego)

Sosiaaliturvan muutoksenhakulautakunta – Besvärsnämnden för socialtrygghet (Tribunal de Recurso)

Lääkelaitos – Läkemedelsverket (Agência dos Medicamentos)

Terveydenhuollon oikeusturvakeskus – Rättsskyddscentralen för hälsovården (Instituto de Medicina Legal)

Säteilyturvakeskus – Strålsäkerhetscentralen (Autoridade para a Radioproteção e Segurança Nuclear)

Kansanterveyslaitos – Folkhälsoinstitutet (Instituto Nacional de Saúde Pública)

Lääkehoidon kehittämiskeskus ROHTO – Utvecklingscentralen för läkemedelsbe-handling (Centro para o Desenvolvimento de Farmacoterapia ROHTO)

Sosiaali- ja terveydenhuollon tuotevalvontakeskus – Social- och hälsovårdens produkttill-synscentral (Centro de Controlo de Produtos no domínio Social e da Saúde SSTV)

Sosiaali- ja terveysalan tutkimus- ja kehittämiskeskus Stakes – Forsknings- och utvecklingscentralen för social- och hälsovården Stakes (Centro de Investigação e Desenvolvimento no domínio Social e da Saúde STAKES)

TYÖ- JA ELINKEINOMINISTERIÖ – ARBETS- OCH NÄRINGSMINISTERIET (MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA ECONOMIA)

Kuluttajavirasto – Konsumentverket (Instituto de Defesa do Consumidor)

Kilpailuvirasto – Konkurrensverket (Autoridade da Concorrência)

Patentti- ja rekisterihallitus – Patent- och registerstyrelsen (Instituto Nacional de Registos e Patentes)

Valtakunnansovittelijain toimisto – Riksförlikningsmännens byrå (Gabinete Nacional de Conciliação)

Työneuvosto – Arbetsrådet (Conselho do Trabalho)

Energiamarkkinavirasto − Energimarknadsverket (Autoridade do Mercado Energético)

Geologian tutkimuskeskus – Geologiska forskningscentralen (Centro de Investigação Geológica)

Huoltovarmuuskeskus – Försörjningsberedskapscentralen (Agência de Segurança Alimentar)

Kuluttajatutkimuskeskus – Konsumentforskningscentralen (Serviço Nacional de Investigação do Consumidor)

Matkailun edistämiskeskus (MEK) – Centralen för turistfrämjande (Serviço Nacional do Turismo)

Mittatekniikan keskus (MIKES) – Mätteknikcentralen (Centro de Metrologia e Acreditação)

Tekes - teknologian ja innovaatioiden kehittämiskeskus −Tekes - utvecklingscentralen för teknologi och innovationer (Agência de Desenvolvimento para a Tecnologia e a Inovação)

Turvatekniikan keskus (TUKES) – Säkerhetsteknikcentralen (Autoridade de Tecnologia da Segurança)

Valtion teknillinen tutkimuskeskus (VTT) – Statens tekniska forskningscentral (Serviço Nacional de Investigação Técnica VTT)

Syrjintälautakunta – Nationella diskrimineringsnämnden (Tribunal Nacional da Discriminação)

Vähemmistövaltuutetun toimisto – Minoritetsombudsmannens byrå (Gabinete do Provedor para as Minorias)

ULKOASIAINMINISTERIÖ – UTRIKESMINISTERIET (MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS)

VALTIONEUVOSTON KANSLIA – STATSRÅDETS KANSLI (GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO)

VALTIOVARAINMINISTERIÖ – FINANSMINISTERIET (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS)

Valtiokonttori – Statskontoret (Tesouraria do Estado)

Verohallinto – Skatteförvaltningen (Administração Fiscal)

Tullilaitos – Tullverket (Algândegas)

Tilastokeskus – Statistikcentralen (Serviço Nacional de Estatística)

Valtiontaloudellinen tutkimuskeskus – Statens ekonomiska forskiningscentral (Instituto Nacional da Investigação Económica)

Väestörekisterikeskus – Befolkningsregistercentralen (Centro de Registo da População)

YMPÄRISTÖMINISTERIÖ – MILJÖMINISTERIET (MINISTÉRIO DO AMBIENTE)

Suomen ympäristökeskus - Finlands miljöcentral (Instituto Finlandês do Ambiente)

Asumisen rahoitus- ja kehityskeskus – Finansierings- och utvecklingscentralen för boendet (Centro para o Financiamento e Desenvolvimento da Habitação)

VALTIONTALOUDEN TARKASTUSVIRASTO – STATENS REVISIONSVERK (TRIBUNAL NACIONAL DE CONTAS)

SUÉCIA

Royal Academy of Fine Arts	Akademien för de fria konsterna
National Board for Consumer Complaints	Allmänna reklamationsnämnden
Labour Court	Arbetsdomstolen
Swedish Employment Services	Arbetsförmedlingen
National Agency for Government Employers	Arbetsgivarverk, statens
National Institute for Working Life	Arbetslivsinstitutet
Swedish Work Environment Authority	Arbetsmiljöverket
Swedish Inheritance Fund Commission	Arvsfondsdelegationen
Museum of Architecture	Arkitekturmuseet
National Archive of Recorded Sound and Moving Images	Ljud och bildarkiv, statens
The Office of the Childrens' Ombudsman	Barnombudsmannen

Swedish Council on Technology Assessment in Health Care	Beredning för utvärdering av medicinsk metodik, statens
Royal Library	Kungliga Biblioteket
National Board of Film Censors	Biografbyrå, statens
Dictionary of Swedish Biography	Biografiskt lexikon, svenskt
Swedish Accounting Standards Board	Bokföringsnämnden
Swedish Companies Registration Office	Bolagsverket
National Housing Credit Guarantee Board	Bostadskreditnämnd, statens (BKN)
National Housing Board	Boverket
National Council for Crime Prevention	Brottsförebyggande rådet
Criminal Victim Compensation and Support Authority	Brottsoffermyndigheten
National Board of Student Aid	Centrala studiestödsnämnden
Data Inspection Board	Datainspektionen
Ministries (Government Departments)	Departementen
National Courts Administration	Domstolsverket
National Electrical Safety Board	Elsäkerhetsverket
Swedish Energy Markets Inspectorate	Energimarknadsinspektionen
Export Credits Guarantee Board	Exportkreditnämnden
Swedish Fiscal Policy Council	Finanspolitiska rådet
Financial Supervisory Authority	Finansinspektionen
National Board of Fisheries	Fiskeriverket

National Institute of Public Health	Folkhälsoinstitut, statens
Swedish Research Council for Environment	Forskningsrådet för miljö, areella näringar och samhällsbyggande, Formas
National Fortifications Administration	Fortifikationsverket
National Mediation Office	Medlingsinstitutet
Defence Material Administration	Försvarets materielverk
National Defence Radio Institute	Försvarets radioanstalt
Swedish Museums of Military History	Försvarshistoriska museer, statens
National Defence College	Försvarshögskolan
The Swedish Armed Forces	Försvarsmakten
Social Insurance Office	Försäkringskassan
Geological Survey of Sweden	Geologiska undersökning, Sveriges
Geotechnical Institute	Geotekniska institut, statens
The National Rural Development Agency	Glesbygdsverket
Graphic Institute and the Graduate School of Communications	Grafiska institutet och institutet för högre kommunikations- och reklamutbildning
The Swedish Broadcasting Commission	Granskningsnämnden för Radio och TV
Swedish Government Seamen's Service	Handelsflottans kultur- och fritidsråd
Ombudsman for the Disabled	Handikappombudsmannen
Board of Accident Investigation	Haverikommission, statens
Courts of Appeal (6)	Hovrätterna (6)
Regional Rent and Tenancies Tribunals (12)	Hyres- och arendenämnder (12)

Committee on Medical Responsibility	Hälso- och sjukvårdens ansvarsnämnd
National Agency for Higher Education	Högskoleverket
Supreme Court	Högsta domstolen
National Institute for Psycho-Social Factors and Health	Institut för psykosocial miljömedicin, statens
National Institute for Regional Studies	Institut för tillväxtpolitiska studier
Swedish Institute of Space Physics	Institutet för rymdfysik
International Programme Office for Education and Training	Internationella programkontoret för utbildningsområdet
Swedish Migration Board	Migrationsverket
Swedish Board of Agriculture	Jordbruksverk, statens
Office of the Chancellor of Justice	Justitiekanslern
Office of the Equal Opportunities Ombudsman	Jämställdhetsombudsmannen
National Judicial Board of Public Lands and Funds	Kammarkollegiet
Administrative Courts of Appeal (4)	Kammarrätterna (4)
National Chemicals Inspectorate	Kemikalieinspektionen
National Board of Trade	Kommerskollegium
Swedish Agency for Innovation Systems	Verket för innovationssystem (VINNOVA)
National Institute of Economic Research	Konjunkturinstitutet
Swedish Competition Authority	Konkurrensverket
College of Arts, Crafts and Design	Konstfack

College of Fine Arts	Konsthögskolan
National Museum of Fine Arts	Nationalmuseum
Arts Grants Committee	Konstnärsnämnden
National Art Council	Konstråd, statens
National Board for Consumer Policies	Konsumentverket
National Laboratory of Forensic Science	Kriminaltekniska laboratorium, statens
Prison and Probation Service	Kriminalvården
National Paroles Board	Kriminalvårdsnämnden
Swedish Enforcement Authority	Kronofogdemyndigheten
National Council for Cultural Affairs	Kulturråd, statens
Swedish Coast Guard	Kustbevakningen
National Land Survey	Lantmäteriverket
Royal Armoury	Livrustkammaren/Skoklosters slott/ Hallwylska museet
National Food Administration	Livsmedelsverk, statens
The National Gaming Board	Lotteriinspektionen
Medical Products Agency	Läkemedelsverket
County Administrative Courts (24)	Länsrätterna (24)
County Administrative Boards (24)	Länsstyrelserna (24)
National Government Employee and Pensions Board	Pensionsverk, statens
Market Court	Marknadsdomstolen

Swedish Meteorological and Hydrological Institute	Meteorologiska och hydrologiska institut, Sveriges
Modern Museum	Moderna museet
Swedish National Collections of Music	Musiksamlingar, statens
Swedish Agency for Disability Policy Coordination	Myndigheten för handikappolitisk samordning
Swedish Agency for Networks and Cooperation in Higher Education	Myndigheten för nätverk och samarbete inom högre utbildning
Commission for state grants to religious communities	Nämnden för statligt stöd till trossamfun
Museum of Natural History	Naturhistoriska riksmuseet
National Environmental Protection Agency	Naturvårdsverket
Scandinavian Institute of African Studies	Nordiska Afrikainstitutet
Nordic School of Public Health	Nordiska högskolan för folkhälsovetenskap
Recorders Committee	Notarienämnden
Swedish National Board for Intra Country Adoptions	Myndigheten för internationella adoptionsfrågor
Swedish Agency for Economic and Regional Growth	Verket för näringslivsutveckling (NUTEK)
Office of the Ethnic Discrimination Ombudsman	Ombudsmannen mot etnisk diskriminering
Court of Patent Appeals	Patentbesvärsrätten
Patents and Registration Office	Patent- och registreringsverket
Swedish Population Address Register Board	Personadressregisternämnd statens, SPAR-nämnden

Swedish Polar Research Secretariat	Polarforskningssekretariatet
Press Subsidies Council	Presstödsnämnden
The Council of the European Social Fund in Sweden	Rådet för Europeiska socialfonden i Sverige
The Swedish Radio and TV Authority	Radio- och TV-verket
Government Offices	Regeringskansliet
Supreme Administrative Court	Regeringsrätten
Central Board of National Antiquities	Riksantikvarieämbetet
National Archives	Riksarkivet
Bank of Sweden	Riksbanken
Parliamentary Administrative Office	Riksdagsförvaltningen
The Parliamentary Ombudsmen	Riksdagens ombudsmän, JO
The Parliamentary Auditors	Riksdagens revisorer
National Debt Office	Riksgäldskontoret
National Police Board	Rikspolisstyrelsen
National Audit Bureau	Riksrevisionen
Travelling Exhibitions Service	Riksutställningar, Stiftelsen
National Space Board	Rymdstyrelsen
Swedish Council for Working Life and Social Research	Forskningsrådet för arbetsliv och socialvetenskap
National Rescue Services Board	Räddningsverk, statens
Regional Legal-aid Authority	Rättshjälpsmyndigheten
National Board of Forensic Medicine	Rättsmedicinalverket

Sami (Lapp) School Board	Sameskolstyrelsen och sameskolor
Sami (Lapp) Schools	
National Maritime Administration	Sjöfartsverket
National Maritime Museums	Maritima museer, statens
Swedish Commission on Security and Integrity Protection	Säkerhets- och intregritetsskyddsnämnden
Swedish Tax Agency	Skatteverket
National Board of Forestry	Skogsstyrelsen
National Agency for Education	Skolverk, statens
Swedish Institute for Infectious Disease Control	Smittskyddsinstitutet
National Board of Health and Welfare	Socialstyrelsen
National Inspectorate of Explosives and Flammables	Sprängämnesinspektionen
Statistics Sweden	Statistiska centralbyrån
Agency for Administrative Development	Statskontoret
Swedish Radiation Safety Authority	Strålsäkerhetsmyndigheten
Swedish International Development Cooperation Authority	Styrelsen för internationellt utvecklings- samarbete, SIDA
National Board of Psychological Defence and Conformity Assessment	Styrelsen för psykologiskt försvar
Swedish Board for Accreditation	Styrelsen för ackreditering och teknisk kontroll
Swedish Institute	Svenska Institutet, stiftelsen
Library of Talking Books and Braille Publications	Talboks- och punktskriftsbiblioteket

District and City Courts (97)	Tingsrätterna (97)
Judges Nomination Proposal Committee	Tjänsteförslagsnämnden för domstolsväsendet
Armed Forces' Enrolment Board	Totalförsvarets pliktverk
Swedish Defence Research Agency	Totalförsvarets forskningsinstitut
Swedish Board of Customs	Tullverket
Swedish Tourist Authority	Turistdelegationen
The National Board of Youth Affairs	Ungdomsstyrelsen
Universities and University Colleges	Universitet och högskolor
Aliens Appeals Board	Utlänningsnämnden
National Seed Testing and Certification Institute	Utsädeskontroll, statens
Swedish National Road Administration	Vägverket
National Water Supply and Sewage Tribunal	Vatten- och avloppsnämnd, statens
National Agency for Higher Education	Verket för högskoleservice (VHS)
Swedish Agency for Economic and Regional Development	Verket för näringslivsutveckling (NUTEK)
Swedish Research Council	Vetenskapsrådet'
National Veterinary Institute	Veterinärmedicinska anstalt, statens
Swedish National Road and Transport Research Institute	Väg- och transportforskningsinstitut, statens
National Plant Variety Board	Växtsortnämnd, statens
Swedish Prosecution Authority	Åklagarmyndigheten
Swedish Emergency Management Agency	Krisberedskapsmyndigheten
Board of Appeals of the Manna Mission	Överklagandenämnden för nämndemannauppdrag

REINO UNIDO

Cabinet Office

Office of the Parliamentary Counsel

Central Office of Information

Charity Commission

Crown Estate Commissioners (Vote Expenditure Only)

Crown Prosecution Service

Department for Business, Enterprise and Regulatory Reform

Competition Commission

Gas and Electricity Consumers' Council

Office of Manpower Economics

Department for Children, Schools and Families

Department of Communities and Local Government

Rent Assessment Panels

Department for Culture, Media and Sport

British Library

British Museum

Commission for Architecture and the Built Environment

The Gambling Commission

Historic Buildings and Monuments Commission for England (English Heritage)

Imperial War Museum

Museums, Libraries and Archives Council

National Gallery

National Maritime Museum

National Portrait Gallery

Natural History Museum

Science Museum

Tate Gallery

Victoria and Albert Museum

Wallace Collection

Department for Environment, Food and Rural Affairs

Agricultural Dwelling House Advisory Committees

Agricultural Land Tribunals

Agricultural Wages Board and Committees

Cattle Breeding Centre

Countryside Agency

Plant Variety Rights Office

Royal Botanic Gardens, Kew

Royal Commission on Environmental Pollution

Department of Health

Dental Practice Board

National Health Service Strategic Health Authorities

NHS Trusts

Prescription Pricing Authority

Department for Innovation, Universities and Skills

Higher Education Funding Council for England

National Weights and Measures Laboratory

Patent Office

Department for International Development

Department of the Procurator General and Treasury Solicitor

Legal Secretariat to the Law Officers

Department for Transport

- Maritime and Coastguard Agency

Department for Work and Pensions

- Disability Living Allowance Advisory Board
- Independent Tribunal Service
- Medical Boards and Examining Medical Officers (War Pensions)
- Occupational Pensions Regulatory Authority
- Regional Medical Service
- Social Security Advisory Committee

Export Credits Guarantee Department

Foreign and Commonwealth Office

- Wilton Park Conference Centre

Government Actuary's Department

Government Communications Headquarters

Home Office

- HM Inspectorate of Constabulary

House of Commons

House of Lords

Ministry of Defence

- Defence Equipment & Support
- Meteorological Office

Ministry of Justice

- Boundary Commission for England
- Combined Tax Tribunal
- Council on Tribunals
- Court of Appeal - Criminal
- Employment Appeals Tribunal
- Employment Tribunals
- HMCS Regions, Crown, County and Combined Courts (England and Wales)
- Immigration Appellate Authorities
- Immigration Adjudicators
- Immigration Appeals Tribunal

- Lands Tribunal
- Law Commission
- Legal Aid Fund (England and Wales)
- Office of the Social Security Commissioners
- Parole Board and Local Review Committees
- Pensions Appeal Tribunals
- Public Trust Office
- Supreme Court Group (England and Wales)
- Transport Tribunal

The National Archives

National Audit Office

National Savings and Investments

National School of Government

Northern Ireland Assembly Commission

Northern Ireland Court Service

- Coroners Courts
- County Courts

Court of Appeal and High Court of Justice in Northern Ireland

Crown Court

Enforcement of Judgements Office

Legal Aid Fund

Magistrates' Courts

Pensions Appeals Tribunals

Northern Ireland, Department for Employment and Learning

Northern Ireland, Department for Regional Development

Northern Ireland, Department for Social Development

Northern Ireland, Department of Agriculture and Rural Development

Northern Ireland, Department of Culture, Arts and Leisure

Northern Ireland, Department of Education

Northern Ireland, Department of Enterprise, Trade and Investment

Northern Ireland, Department of the Environment

Northern Ireland, Department of Finance and Personnel

Northern Ireland, Department of Health, Social Services and Public Safety

Northern Ireland, Office of the First Minister and Deputy First Minister

Northern Ireland Office

- Crown Solicitor's Office
- Department of the Director of Public Prosecutions for Northern Ireland
- Forensic Science Laboratory of Northern Ireland
- Office of the Chief Electoral Officer for Northern Ireland
- Police Service of Northern Ireland
- Probation Board for Northern Ireland
- State Pathologist Service

Office of Fair Trading

Office for National Statistics

- National Health Service Central Register

Office of the Parliamentary Commissioner for Administration and Health Service Commissioners

Paymaster General's Office

Postal Business of the Post Office

Privy Council Office

Public Record Office

HM Revenue and Customs

- The Revenue and Customs Prosecutions Office

Royal Hospital, Chelsea

Royal Mint

Rural Payments Agency

Scotland, Auditor-General

Scotland, Crown Office and Procurator Fiscal Service

Scotland, General Register Office

Scotland, Queen's and Lord Treasurer's Remembrancer

Scotland, Registers of Scotland

The Scotland Office

The Scottish Ministers

- Architecture and Design Scotland
- Crofters Commission
- Deer Commission for Scotland
- Lands Tribunal for Scotland
- National Galleries of Scotland
- National Library of Scotland
- National Museums of Scotland

Royal Botanic Garden, Edinburgh

Royal Commission on the Ancient and Historical Monuments of Scotland

Scottish Further and Higher Education Funding Council

Scottish Law Commission

Community Health Partnerships

Special Health Boards

Health Boards

The Office of the Accountant of Court

High Court of Justiciary

Court of Session

HM Inspectorate of Constabulary

Parole Board for Scotland

Pensions Appeal Tribunals

Scottish Land Court

Sheriff Courts

Scottish Police Services Authority

Office of the Social Security Commissioners

The Private Rented Housing Panel and Private Rented Housing Committees

Keeper of the Records of Scotland

The Scottish Parliamentary Body Corporate

HM Treasury

Office of Government Commerce

United Kingdom Debt Management Office

The Wales Office (Office of the Secretary of State for Wales)

The Welsh Ministers

Higher Education Funding Council for Wales

Local Government Boundary Commission for Wales

The Royal Commission on the Ancient and Historical Monuments of Wales

Valuation Tribunals (Wales)

Welsh National Health Service Trusts and Local Health Boards

Welsh Rent Assessment Panels

Notas ao anexo 19-1 da União Europeia

1. Os contratos públicos adjudicados por entidades adjudicantes abrangidas pelo presente anexo para componentes de «mercadorias» ou «serviços» que não sejam, eles próprios, abrangidos pelo capítulo não são considerados contratos abrangidos.

2. "Autoridades Contratantes dos Estados-Membros da União Europeia" inclui todas as entidades tuteladas de todas as autoridades contratantes de um Estado-Membro da União Europeia, desde que não possuam uma personalidade jurídica distinta.

3. No que respeita aos contratos celebrados por entidades no domínio da defesa e segurança, só são abrangidos os materiais não sensíveis e não militares incluídos na lista constante do anexo 19-4.

ANEXO 19-2

Entidades da administração subcentral que adjudicam contratos públicos em conformidade com o disposto no presente capítulo,

Secção A: Todas as autoridades adjudicantes regionais ou locais

1. Todas as autoridades adjudicantes das unidades administrativas, tal como definidas no Regulamento (CE) n.º 1059/2003 — regulamento NUTS.

2. Para efeitos do presente capítulo, entende-se por «autoridades adjudicantes regionais» as autoridades adjudicantes das unidades administrativas das NUTS 1 e 2, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1059/2003 — regulamento NUTS.

3. Para efeitos do presente capítulo, entende-se por «autoridades adjudicantes locais» as autoridades adjudicantes das unidades administrativas da NUTS 3, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1059/2003 — regulamento NUTS.

Mercadorias Especificadas no anexo 19-4 Limiares	200 000 DSE
Serviços Especificados no anexo 19-5 Limiares	200 000 DSE
Serviços de construção e concessões de obras Especificados no anexo 19-6 Limiares	5 000 0000 DSE

Secção B: Todas as autoridades contratantes que são organismos de direito público como definidos na diretivas da União Europeia relativa aos contratos públicos

Mercadorias	
Especificadas no anexo 19-4	
Limiares — para hospitais, escolas, universidades e entidades que prestam serviços sociais (habitação, segurança social, assistência diurna), que são organismos de direito público:	200 000 DSE
para outras entidades:	355 000 DSE
Serviços	
Especificados no anexo 19-5	
Limiares para hospitais, escolas, universidades e entidades que prestam serviços sociais (habitação, segurança social, assistência diurna), que são organismos de direito público:	200 000 DSE
para outras entidades:	DSE 355 000
Serviços de construção e concessões de obras	
Especificados no anexo 19-6	
Limiares	5 000 000 DSE

Por «**organismo de direito público**» entende-se qualquer organismo:

a) criado para satisfazer especificamente necessidades de interesse geral, sem caráter industrial ou comercial;

b) dotado de personalidade jurídica; e

c) cuja atividade seja financiada maioritariamente pelo Estado, pelas autarquias regionais ou locais ou por outros organismos de direito público ou cuja gestão esteja sujeita à supervisão desses organismos ou dotado de órgãos de administração, direção ou fiscalização; compostos, em mais de metade, por membros designados pelo Estado, pelas autarquias regionais ou locais ou por outros organismos de direito público.

Notas ao anexo 19-2 da União Europeia

1. Os contratos públicos adjudicados por entidades adjudicantes abrangidas pelo presente anexo para componentes de «mercadorias» ou «serviços» que não sejam, eles próprios, abrangidos pelo capítulo não são considerados contratos abrangidos.

2. A União Europeia está disposta a aplicar às categorias de organismos de direito público facilmente identificáveis do anexo 19-2 (ativas em domínios como os serviços sociais ou as bibliotecas) um limiar inferior (200 000 DSE) se o Canadá demonstrar que no seu território se aplica o mesmo limiar aos mesmos tipos de entidades no Canadá.

ANEXO 19-3

Serviços públicos que adjudicam contratos públicos nos termos das disposições do presente capítulo

Mercadorias	
Especificadas no anexo 19-4	
Limiares	400 000 DSE
Serviços	
Specified in Annex 19-5	
Limiares	400 000 DSE
Serviços de construção e concessões de obras	
Especificados no anexo 19-6	
Limiares	5 000 000 DSE

Todas as entidades adjudicantes cujos contratos sejam abrangidos pela Diretiva «Serviços públicos» da União Europeia e que sejam autoridades adjudicantes (por exemplo, as abrangidas pelos anexos 19-1 e 19-2) ou empresas públicas[4] que exerçam uma ou mais das atividades a seguir referidas:

a) abertura ou exploração de redes fixas destinadas à prestação de serviços ao público no domínio da produção, transporte ou distribuição de água potável, ou à alimentação dessas redes com água potável[5];

[4] Em conformidade com a Diretiva «Serviços públicos» da União Europeia, uma empresa pública é qualquer empresa em relação à qual os poderes públicos possam exercer, direta ou indiretamente, uma influência dominante, por motivos de propriedade, participação financeira ou regras que lhe sejam aplicáveis.
Presume-se a existência de influência dominante quando, direta ou indiretamente, em relação a uma empresa, os poderes públicos:
a) detêm a maioria do capital subscrito da empresa;
b) dispõem da maioria dos votos correspondentes às ações emitidas pela empresa; ou
c) possam designar mais de metade dos membros do órgão de administração, direção ou fiscalização da empresa.

[5] Para maior clareza, assinale-se que nos casos em que tais redes incluem a eliminação e o tratamento de águas residuais, essa parte da operação encontra-se também abrangida.

b) colocação à disposição ou exploração de redes fixas destinadas à prestação de serviços ao público no domínio da produção, do transporte ou da distribuição de eletricidade, gás ou energia térmica, ou à alimentação dessas redes com eletricidade, gás ou energia térmica;

c) colocação à disposição ou exploração de redes[6] de prestação de serviços ao público no domínio dos transportes urbanos de caminhos de ferro, sistemas automáticos, elétricos, tróleis, autocarros ou cabo[7];

d) colocação à disposição ou exploração de redes de prestação de serviços ao público no domínio dos transportes ferroviários.

Notas ao anexo 19-3 da União Europeia

1. Os contratos adjudicados para o exercício de uma atividade incluída na lista supra que estejam sujeitos ao jogo da concorrência no mercado em causa não são abrangidos pelo presente acordo.

2. O presente capítulo não se aplica a contratos celebrados pelas entidades adjudicantes abrangidas pelo presente anexo:

   a) para efeitos de aquisição de água e de fornecimento de energia ou de combustíveis para a produção de energia;

---

6 No que diz respeito aos serviços de transporte, considera-se que existe uma rede quando o serviço é prestado nas condições de exploração estabelecidas por uma autoridade competente de um Estado-Membro da União Europeia, tais como, por exemplo, condições relativas a itinerários a seguir, capacidade de transporte disponível ou frequência do serviço.

7 Para os contratos públicos referentes a veículos de transporte coletivo, aos concorrentes canadianos deve ser concedido um tratamento não menos favorável que aos concorrentes da União Europeia ou de outros países terceiros. Veículos de transporte coletivo são elétricos, autocarros, tróleis, carruagem de metro, veículo ferroviário ligeiro ou locomotiva para sistemas ferroviários ou metropolitano ligeiro utilizados para os transportes públicos.

b) para efeitos que não se inscrevem na realização das suas atividades listadas no presente anexo ou na realização de tais atividades num país não membro do Espaço Económico Europeu;

c) para efeitos de revenda ou aluguer a terceiros, desde que a entidade adjudicante não disponha de direitos especiais ou exclusivos para vender ou alugar o objeto de tais contratos e que outras entidades possam vendê-lo ou alugá-lo nas mesmas condições da entidade adjudicante.

3. Não se considera atividade na aceção das alíneas a) ou b) do presente anexo o abastecimento de água potável ou eletricidade a redes de prestação de serviços ao público por entidades adjudicantes que não sejam autoridades adjudicantes na aceção das alíneas a) ou b) do presente anexo, quando:

a) a produção de água potável ou de eletricidade pela entidade em causa se verifique porque o respetivo consumo é necessário ao exercício de uma atividade não referida nas alíneas a) a d) do presente anexo; e

b) a alimentação da rede pública dependa apenas do consumo próprio da entidade e não tenha excedido 30 % da produção total de água potável ou de energia da entidade, tomando em consideração a média dos últimos três anos, incluindo o ano em curso.

4. Não se considera uma atividade pertinente na aceção da alínea b) do presente anexo a alimentação com gás ou energia térmica de redes de prestação de serviços ao público por entidades adjudicantes que não sejam autoridades adjudicantes, quando:

a) a produção de gás ou de energia térmica pela entidade em causa for a consequência inevitável do exercício de uma atividade que não as referidas nas alíneas a) a d) do presente anexo; e

b) a alimentação da rede pública se destine apenas à exploração económica dessa produção e ascenda, no máximo, a 20 % do volume de negócios da entidade, tomando em consideração a média dos últimos três anos, incluindo o ano em curso.

5. a) Desde que estejam preenchidas as condições previstas na alínea b), o presente capítulo não se aplica aos contratos adjudicados:

i) por uma entidade adjudicante a uma empresa associada[8]; ou

ii) por uma empresa comum, constituída exclusivamente por diversas entidades adjudicantes para efeitos da realização de atividades, na aceção das alíneas a) a d) do presente anexo, com uma empresa associada a uma dessas entidades adjudicantes.

b) A alínea a) aplica-se a contratos de serviços ou de fornecimentos, desde que pelo menos 80 % da média do volume de negócios da empresa associada, em matéria de serviços ou de fornecimentos, nos últimos três anos, provenham respetivamente da prestação desses serviços ou fornecimentos às empresas às quais se encontra associada[9].

---

8 Por «**empresa associada**» entende-se qualquer empresa cujas contas anuais sejam consolidadas com as da entidade adjudicante em conformidade com os requisitos previstos na Diretiva 83/349/CEE do Conselho relativa às contas consolidadas ou, no caso de entidades não abrangidas por esta diretiva, qualquer empresa sobre a qual a entidade adjudicante possa exercer, direta ou indiretamente, uma influência dominante ou que possa exercer uma influência dominante sobre a entidade adjudicante, ou ainda que, como a entidade adjudicante, esteja sujeita à influência dominante de uma outra empresa por motivos de propriedade, participação financeira ou regras que lhe sejam aplicáveis.

9 Se, em função da data de criação ou de início de atividade da empresa associada, o volume de negócios relativo aos três últimos anos não estiver disponível, bastará que a empresa mostre que o volume de negócios referido na presente alínea seja credível, em especial através de projeções de atividades.

6. O presente capítulo não se aplica aos contratos adjudicados:

   a) por uma empresa comum constituída exclusivamente por diversas entidades adjudicantes a fim de desenvolver atividades, na aceção das alíneas a) a d) do presente anexo, a uma dessas entidades adjudicantes; ou

   b) por uma entidade adjudicante com uma empresa comum de que essa entidade adjudicante faça parte, desde que a empresa comum tenha sido criada para realizar a atividade em causa durante um período de, pelo menos, três anos e o instrumento que cria a empresa comum estipule que as entidades adjudicantes que a formam são parte dela durante, pelo menos, o mesmo período.

7. O presente capítulo não se aplica aos contratos celebrados pelas entidades adjudicantes abrangidas pelo presente anexo para efeitos de atividades referentes à exploração de uma área geográfica para fins de prospeção ou extração de petróleo, gás, carvão ou outros combustíveis sólidos.

ANEXO 19-4

Mercadorias

1. O presente capítulo será aplicável à aquisição de todas as mercadorias no âmbito de contratos celebrados pelas entidades listadas nos anexos 19-1 a 19-3, salvo especificação em contrário no presente capítulo.

2. O presente capítulo compreende apenas os fornecimentos e equipamento descritos nos capítulos da Nomenclatura Combinada (NC) a seguir indicados e que são adquiridos pelos Ministérios da Defesa da Bélgica, Bulgária, República Checa, Dinamarca, Alemanha, Estónia, Grécia, Espanha, França, Irlanda, Itália, Chipre, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Hungria, Malta, Países Baixos, Áustria, Polónia, Portugal, Roménia, Eslovénia, Eslováquia, Finlândia, Suécia e Reino Unido abrangidos pelo Acordo:

Capítulo 25:	Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimentos
Capítulo 26:	Minérios metalúrgicos, escórias e cinzas
Capítulo 27:	Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas, ceras minerais exceto: ex 27.10: carburantes especiais

Capítulo 28:	Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras ou de isótopos
	exceto:
	ex 28.09: explosivos
	ex 28.13: explosivos
	ex 28.14: gases lacrimogéneos
	ex 28.28: explosivos
	ex 28.32: explosivos
	ex 28.39: explosivos
	ex 28.50: produtos tóxicos
	ex 28.51: produtos tóxicos
	ex 28.54: explosivos
Capítulo 29:	Produtos químicos orgânicos
	exceto:
	ex 29.03: explosivos
	ex 29.04: explosivos
	ex 29.07: explosivos
	ex 29.08: explosivos
	ex 29.11: explosivos
	ex 29.12: explosivos
	ex 29.13: produtos tóxicos
	ex 29.14: produtos tóxicos
	ex 29.15: produtos tóxicos
	ex 29.21: produtos tóxicos
	ex 29.22: produtos tóxicos
	ex 29.23: produtos tóxicos
	ex 29.26: explosivos
	ex 29.27: produtos tóxicos
	ex 29.29: explosivos

Capítulo 30:	Produtos farmacêuticos
Capítulo 31:	Adubos (fertilizantes)
Capítulo 32:	Extratos tanantes e tintórios; taninos e seus derivados; matérias corantes; cores, tintas e vernizes; mástiques; tintas de escrever
Capítulo 33:	Óleos essenciais e resinóides; produtos de perfumaria ou de toucador e cosméticos
Capítulo 34:	Sabões, produtos orgânicos de superfície, preparações para lavagem, preparações lubrificantes, ceras artificiais, ceras preparadas, produtos para conservação e limpeza, velas e artigos semelhantes, massas ou pastas para modelar e «ceras para dentistas»
Capítulo 35:	Matérias albuminóides, colas e enzimas
Capítulo 37:	Produtos para fotografia e cinematografia
Capítulo 38:	Produtos diversos das indústrias químicas exceto: ex 38.19: produtos tóxicos
Capítulo 39:	Matérias plásticas artificiais, ésteres e éteres da celulose, resinas artificiais e obras destas matérias
Capítulo 40:	Borracha natural, sintética ou artificial e obras de borracha exceto: ex 40.11: pneumáticos à prova de bala
Capítulo 41:	Peles, exceto as peles com pelo, e couros
Capítulo 42:	Artigos de correeiro e de seleiro; artigos de viagem, bolsas e artefactos semelhantes; obras de tripa

Capítulo 43:	Peles com pelo e suas obras, peles com pelo artificiais
Capítulo 44:	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira
Capítulo 45:	Cortiça e suas obras
Capítulo 46:	Obras de espartaria ou de cestaria
Capítulo 47:	Matérias-primas para o fabrico de papel
Capítulo 48:	Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão
Capítulo 49:	Livros, jornais, gravuras e outros produtos das indústrias gráficas; textos manuscritos ou datilografados, planos e plantas
Capítulo 65:	Chapéus e artefactos de uso semelhante, e suas partes
Capítulo 66:	Guarda-chuvas, sombrinhas, guarda-sóis, bengalas, chicotes, pingalins e suas partes
Capítulo 67:	Penas e penugem preparadas e suas obras; flores artificiais; obras de cabelo
Capítulo 68:	Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes
Capítulo 69:	Produtos cerâmicos
Capítulo 70:	Vidro e suas obras
Capítulo 71:	Pérolas naturais, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos, e suas obras; bijutarias
Capítulo 73:	Ferro fundido, ferro e aço e suas obras
Capítulo 74:	Cobre e suas obras
Capítulo 75:	Níquel e suas obras

Capítulo 76:	Alumínio e suas obras
Capítulo 77:	Magnésio e berílio e suas obras
Capítulo 78:	Chumbo e suas obras
Capítulo 79:	Zinco e suas obras
Capítulo 80:	Estanho e suas obras
Capítulo 81:	Outros metais comuns e suas obras
Capítulo 82:	Ferramentas, artefactos de cutelaria e talheres, e suas partes, de metais comuns exceto: ex 82.05: ferramentas ex 82.07: ferramentas, partes
Capítulo 83:	Obras diversas de metais comuns
Capítulo 84:	Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes exceto: ex 84.06: e motores ex 84.08: outros motores ex 84.45: máquinas ex 84.53: máquinas automáticas de tratamento de informação ex 84.55: partes de máquinas da posição 84.53 ex 84.59: reatores nucleares
Capítulo 85:	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes exceto: ex 85.13: equipamento de telecomunicações ex 85.15: aparelhos de transmissão

Capítulo 86:	Veículos e material para vias-férreas ou semelhantes, e suas partes; aparelhos de sinalização não elétricos para vias de comunicação
	exceto:
	ex 86.02: locomotivas elétricas blindadas
	ex 86.03: outras locomotivas blindadas
	ex 86.05: vagões blindados
	ex 86.06: vagões-oficinas
	ex 86.07: vagões
Capítulo 87:	Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, e suas partes
	exceto:
	ex 87.08: carros e veículos blindados
	ex 87.01: tratores
	ex 87.02: veículos militares
	ex 87.03: veículos de desempanagem
	ex 87.09: motociclos
	ex 87.14: reboques
Capítulo 89:	Embarcações e estruturas flutuantes
	exceto:
	ex 89.01 A: navios de guerra

Capítulo 90:	Instrumentos e aparelhos de ótica, de fotografia, de cinematografia, de medida, de controlo ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; suas partes exceto: ex 90.05: binóculos ex 90.13: instrumentos diversos, laser ex 90.14: telémetros ex 90.28: instrumentos de medida elétricos e eletrónicos ex 90.11: microscópios ex 90.17: instrumentos médicos ex 90.18: aparelhos de mecanoterapia ex 90.19: aparelhos de ortopedia ex 90.20: aparelhos de raios X
Capítulo 91:	Fabricação de relógios e material de relojoaria
Capítulo 92:	Instrumentos musicais, aparelhos de registo ou de reprodução de som, aparelhos de registo ou de reprodução de imagens e de som, para televisão; partes e acessórios destes instrumentos e aparelhos
Capítulo 94:	Móveis e suas partes; mobiliário médico-cirúrgico; colchões, almofadas e semelhantes exceto: ex 94.01 A: cadeiras ou bancos de aeronaves
Capítulo 95:	Matérias para talhe ou modelação, preparadas ou em obra
Capítulo 96:	Escovas, pincéis e artefactos semelhantes, vassouras, borlas, peneiras e crivos
Capítulo 98:	Obras diversas

ANEXO 19-5
Serviços

Estão incluídos os seguintes serviços da Lista Universal de Serviços, que consta do documento MTN.GNS/W/120:

Serviço	***Referência CPC***
Serviços de reparação de bens pessoais e domésticos	633
Serviços comerciais de correio rápido (incluindo multimodal)	7512
Intercâmbio eletrónico de dados (EDI) Correio eletrónico Serviços de fax melhorados/de valor acrescentado, nomeadamente armazenamento e expedição, armazenamento e extração, conversão de códigos e protocolos Serviços de informação e de pesquisa de bases dados em linha Serviços de mensagens orais (voice mail)	7523
Serviços imobiliários, à comissão ou por contrato	822
Serviços de consultoria relacionados com a instalação de hardware informático	841
Serviços de implementação de software, incluindo serviços de consultoria em matéria de sistemas e de software, serviços de análise de sistemas de programação, conceção, programação e manutenção	842

Serviço	***Referência CPC***
Serviços de processamento de dados, incluindo serviços de tratamento, tabulação e de gestão de instalações Processamento de dados e/ou informações em linha (incluindo processamento de transações)	843
Serviços de bases de dados	844
Serviços de manutenção e reparação de máquinas e equipamento de escritório, incluindo computadores	845
Outros serviços informáticos	849
Serviços de consultoria de gestão geral	86501
Serviços de consultoria em gestão de política comercial	86503
Serviços de consultoria em gestão de recursos humanos	86504
Serviços de consultoria em gestão da produção	86505
Serviços relacionados com a consultoria de gestão (exceto serviços de arbitragem e de conciliação)	866
Serviços de arquitetura	8671
Serviços de engenharia	8672
Serviços de engenharia integrados (exceto 86731 Serviços de engenharia integrados para projetos «chave-na-mão» de infraestruturas de transporte)	8673

Serviço	***Referência CPC***
Serviços de planeamento urbano e arquitetura paisagística	8674
Serviços técnicos de ensaio e análise, incluindo o controlo de qualidade e inspeção (exceto com referência a FSC 58 e a equipamento de transporte)	8676
Serviços de limpeza de edifícios	874
Serviços de reparação relacionados com produtos metálicos, máquinas e equipamento	8861 a 8864 e 8866
Saneamento, higiene pública e serviços similares	94

Notas ao anexo 19-5 da União Europeia

1. Para as entidades adjudicantes abrangidas pelo anexo 19-2, os limiares serão 355 000 DSE quando uma entidade celebre contratos de serviços de consultoria sobre questões de natureza confidencial cuja divulgação implique previsivelmente a revelação de informações confidenciais, possa causar perturbações económicas ou ser contrária ao interesse público.

2. O presente capítulo não se aplica a serviços que as entidades têm de adquirir junto de outra entidade nos termos de um direito exclusivo estabelecido por força de uma lei, um regulamento ou uma disposição administrativa publicados.

3. Caso a revisão em curso da legislação da União Europeia em matéria de contratos públicos resulte num alargamento do âmbito dos serviços e concessões de serviços integralmente abrangidos por essa legislação, a União Europeia está disposta a retomar as negociações com o Canadá tendo em vista ampliar reciprocamente a cobertura dos serviços e concessões de serviços do presente capítulo.

ANEXO 19-6

Serviços de construção e concessões de obras

Secção A: Serviços de construção

Definição:

Entende-se por contrato de serviços de construção um contrato que tem por objetivo a realização, seja por que meio for, de obras de construção ou engenharia civil, na aceção da divisão 51 da CPC.

Lista da divisão 51, CPC:

Todos os serviços listados na divisão 51.

Secção B: Concessão de obras

Os contratos de concessões de obras, quando adjudicados por entidades incluídas nas listas dos anexos 19-1 e 19-2, estão sujeitos apenas aos artigos 19.1, 19.2, 19.4, 19.5, 19.6 [exceto o n.º 3, alíneas e) e l)], 19.15 (exceto n.os 3 e 4) e 19.17 do presente capítulo.

ANEXO 19-7

Notas gerais

1. O presente capítulo não é aplicável:

   a) i) à adjudicação de contratos de produtos agrícolas celebrados no âmbito de programas de apoio agrícola e de programas alimentares (por exemplo, ajuda alimentar, incluindo a ajuda humanitária de emergência); e

   ii) à adjudicação de contratos para aquisição, desenvolvimento, produção ou coprodução de material de programas de radiodifusores e contratos para tempo de radiodifusão;

   b) aos contratos públicos celebrados por entidades adjudicantes incluídas nos anexos 19-1 e 19-2, em relação a atividades no domínio da água potável, energia, transporte e setor postal, a menos que sejam abrangidos pelo anexo 19-3;

   c) aos contratos públicos relativos à construção naval e manutenção pelas

   i) entidades adjudicantes abrangidas pelo anexo 19-3;

   ii) organismos de direito público abrangidos pelo anexo 19-2; e

   iii) autoridades adjudicantes locais abrangidas pela secção B do Anexo 19-2 (identificadas como unidades administrativas da NUTS 3 e unidades administrativas mais pequenas); ou

   d) às mercadorias e aos serviços que são adjudicados internamente por uma entidade abrangida ou que são fornecidos por uma entidade abrangida a outra.

2. No que diz respeito às Ilhas Åland, são aplicáveis as condições especiais previstas no protocolo n.º 2 relativo às Ilhas Åland do Tratado de Adesão da Finlândia à União Europeia.

3. A União Europeia dará aos fornecedores canadianos a possibilidade de recorrerem a vias de impugnação pré-contratuais nos termos do artigo 19.17 do presente capítulo durante os dez primeiros anos após a entrada em vigor do presente Acordo. Em seguida, o recurso dos fornecedores canadianos a vias de impugnação pré-contratuais dependerá do resultado das negociações previstas nos termos do artigo 19.17, n.º 8.

ANEXO 19-8

Meios de publicação

Secção A:

Meios eletrónicos ou de suporte papel utilizados para a publicação de disposições legislativas e regulamentares, decisões judiciais, decisões administrativas de aplicação geral, cláusulas-tipo em matéria de contratos e procedimentos relativos aos contratos públicos abrangidos pelo presente Acordo, nos termos do artigo 19.5

1. BÉLGICA

1.1 Leis, decretos reais, portarias ministeriais e circulares ministeriais

1. le Moniteur Belge

1.2 Jurisprudência:

1. Pasicrisie

2. BULGÁRIA

2.1 Legislação e regulamentação:

1. Държавен вестник (Jornal Oficial do Estado)

2.2 Decisões judiciais:

1. http://www.sac.government.bg

2.3 Decisões administrativas de aplicação geral e qualquer tipo de processos:

1. http://www.aop.bg

2. http://www.cpc.bg.

3. REPÚBLICA CHECA

3.1 Legislação e regulamentação:

1. Coletânea de legislação da República Checa

3.2 Decisões do Serviço de Proteção da Concorrência:

1. Coletânea de decisões do Serviço de Proteção da Concorrência

4. DINAMARCA

4.1. Legislação e regulamentação:

1. Lovtidende

4.2 Decisões judiciais:

1. Ugeskrift for Retsvaesen

4.3 Decisões e procedimentos administrativos:

1. Ministerialtidende

4.4 Decisões da Instância de Recurso dos Contratos Públicos:

1. Kendelser fra Klagenævnet for Udbud

5. ALEMANHA

5.1 Legislação e regulamentação:

1. Bundesgesetzblatt
2. Bundesanzeiger

5.2 Decisões judiciais:

1. Entscheidungsammlungen des: Bundesverfassungsgerichts; Bundesgerichtshofs; Bundesverwaltungsgerichts Bundesfinanzhofs sowie der Oberlandesgerichte

6. ESTÓNIA

6.1 Leis, regulamentos e decisões administrativas de aplicação geral:

1. Riigi Teataja - http://www.riigiteataja.ee

6.2 Procedimentos em matéria de contratos públicos:

1. https://riigihanked.riik.ee

7. IRLANDA

7.1 Legislação e regulamentação:

1. Iris Oifigiuil (Jornal Oficial do Governo irlandês)

8. GRÉCIA

8.1 Epishmh efhmerida eurwpaikwn koinothtwn (Jornal Oficial da Grécia)

9. ESPANHA

9.1 Legislação:

1. Boletin Oficial des Estado

9.2 Decisões judiciais:

1. Nenhuma publicação oficial

10. FRANÇA

10.1 Legislação:

1. Journal Officiel de la République française

10.2 Jurisprudência:

1. Recueil des arrêts du Conseil d'État

10.3 Revue des marchés publics

11. CROÁCIA

11.1 Narodne novine - http://www.nn.hr

12. ITÁLIA

12.1 Legislação:

1. Gazzetta Ufficiale

12.2 Jurisprudência:

1. Nenhuma publicação oficial

13. CHIPRE

13.1 Legislação:

1. Επίσημη Εφημερίδα της Δημοκρατίας (Jornal Oficial da República)

13.2 Decisões judiciais:

1. Αποφάσεις Ανωτάτου Δικαστηρίου 1999 - Τυπογραφείο της Δημοκρατίας (Decisões do Supremo Tribunal - Serviço das Publicações)

14. LETÓNIA

14.1 Legislação:

1. Latvijas vēstnesis (Jornal Oficial)

15. LITUÂNIA

15.1 Disposições legislativas, regulamentares e administrativas:

1. Teisės aktų registras (Registo de atos jurídicos)

15.2 Decisões judiciais, jurisprudência:

1. Boletim do Supremo Tribunal da Lituânia "Teismų praktika"

2. Boletim do Supremo Tribunal Administrativo da Lituânia "Administracinių teismų praktika"

16. LUXEMBURGO

16.1 Legislação:

1. Memorial

16.2 Jurisprudência:

1. Pasicrisie

17. HUNGRIA

17.1 Legislação:

1. Magyar Közlöny (Jornal Oficial húngaro)

17.2 Jurisprudência:

1. Közbeszerzési Értesítő - a Közbeszerzések Tanácsa Hivatalos Lapja (Boletim de Contratos Públicos – Jornal Oficial do Conselho de Contratos Públicos)

18. MALTA

18.1 Legislação:

1. Jornal Oficial

19. PAÍSES BAIXOS

19.1 Legislação:

1. Nederlandse Staatscourant ou Staatsblad

19.2 Jurisprudência:

1. Nenhuma publicação oficial

20. ÁUSTRIA

20.1 Legislação:

1. Österreichisches Bundesgesetzblatt

2. Amtsblatt zur Wiener Zeitung

20.2 Decisões judiciais:

1. Entscheidungen des Verfassungsgerichtshofes, Verwaltungsgerichtshofes,Obersten Gerichtshofes, der Oberlandesgerichte, des Bundesverwaltungsgerichtes und der Landesverwaltungsgerichte - http://ris.bka.gv.at/Judikatur/

21. POLÓNIA

21.1 Legislação:

1. Dziennik Ustaw Rzeczypospolitej Polskiej (Jornal legislativo – República da Polónia)

21.2 Decisões judiciais, jurisprudência:

1. "Zamówienia publiczne w orzecznictwie. Wybrane orzeczenia zespołu arbitrów i Sądu Okręgowego w Warszawie" (Seleção de acórdãos dos painéis de arbitragem e Tribunal Regional de Varsóvia)

22. PORTUGAL

22.1 Legislação:

1. Diário da República Portuguesa 1a Série A e 2a série

22.2 Publicações judiciais:

1. Boletim do Ministério da Justiça

2. Colectânea de Acordos do Supremo Tribunal Administrativo

3. Colectânea de Jurisprudencia Das Relações

23. ROMÉNIA

23.1 Legislação e regulamentação:

1. Monitorul Oficial al României (Jornal Oficial da Roménia)

23.2 Decisões judiciais, decisões administrativas de aplicação geral e procedimentos de qualquer tipo:

1. http://www.anrmap.ro

24. ESLOVÉNIA

24.1 Legislação:

1. Jornal Oficial da República da Eslovénia

24.2 Decisões judiciais:

1. Nenhuma publicação oficial

25. ESLOVÁQUIA

25.1 Legislação:

1. Zbierka zakonov (Coletânea de Leis)

25.2 Decisões judiciais:

1. Nenhuma publicação oficial

26. FINLÂNDIA

26.1 Suomen Säädöskokoelma - Finlands Författningssamling (Coletânea das Leis da Finlândia)

27. SUÉCIA

27.1 Svensk Författningssamling (Coletânea de legislação sueca)

28. REINO UNIDO

28.1 Legislação:

1. HM Stationery Office

28.2 Jurisprudência:

1. Law Reports.

28.3 «Organismos públicos»;

1. HM Stationery Office

Secção B:

Meios eletrónicos ou em papel utilizados para publicação dos anúncios previstos nos artigos 19.6, 19.8, n.º 7 e 19.15, n.º 2, nos termos do artigo 19.5

1. BÉLGICA

1.1 Jornal Oficial da União Europeia

1.2 Le Bulletin des Adjudications

1.3 Outras publicações na imprensa especializada

2. BULGÁRIA

2.1 Jornal Oficial da União Europeia

2.2 Държавен вестник (Jornal Oficial) http://dv.parliament.bg

2.3 Registo dos Contratos Públicos - http://www.aop.bg

3. REPÚBLICA CHECA

3.1 Jornal Oficial da União Europeia

4. DINAMARCA

4.1 Jornal Oficial da União Europeia

5. ALEMANHA

5.1 Jornal Oficial da União Europeia

6. ESTÓNIA

6.1 Jornal Oficial da União Europeia

7. IRLANDA

7.1 Jornal Oficial da União Europeia

7.2 Imprensa diária: «Irish Independent», «Irish Times», «Irish Press», «Cork Examiner»

8. GRÉCIA

8.1 Jornal Oficial da União Europeia

8.2 Publicação na imprensa diária, financeira, regional e especializada

9. ESPANHA

9.1 Jornal Oficial da União Europeia

10. FRANÇA

10.1 Jornal Oficial da União Europeia

10.2 Bulletin officiel des annonces des marchés publics

11. CROÁCIA

11.1 Jornal Oficial da União Europeia

11.2 Elektronički oglasnik javne nabave Republike Hrvatske (Anúncios eletrónicos de contratos públicos da República da Croácia)

12. ITÁLIA

12.1 Jornal Oficial da União Europeia

13. CHIPRE

13.1 Jornal Oficial da União Europeia

13.2 Jornal Oficial da República

13.3 Imprensa local diária

14. LETÓNIA

14.1 Jornal Oficial da União Europeia

14.2 Latvijas vēstnesis (Jornal Oficial)

15. LITUÂNIA

15.1 Jornal Oficial da União Europeia

15.2 Centrinė viešųjų pirkimų informacinė sistema (Portal central de contratos públicos)

15.3 Suplemento «Informaciniai pranešimai» do Jornal Oficial («Valstybės žinios») da República da Lituânia

16. LUXEMBURGO

16.1 Jornal Oficial da União Europeia

16.2 Imprensa diária

17. HUNGRIA

17.1 Jornal Oficial da União Europeia

17.2 Közbeszerzési Értesítő - a Közbeszerzések Tanácsa Hivatalos Lapja (Boletim de Contratos Públicos – Jornal Oficial do Conselho de Contratos Públicos)

18. MALTA

18.1 Jornal Oficial da União Europeia

18.2 Jornal Oficial

19. PAÍSES BAIXOS

19.1 Jornal Oficial da União Europeia

20. ÁUSTRIA

20.1 Jornal Oficial da União Europeia

20.2 Amtsblatt zur Wiener Zeitung

21. POLÓNIA

21.1 Jornal Oficial da União Europeia

21.2 Biuletyn Zamówień Publicznych (Boletim de Contratos Públicos)

22. PORTUGAL

22.1 Jornal Oficial da União Europeia

23. ROMÉNIA

23.1 Jornal Oficial da União Europeia

23.2 Monitorul Oficial al României (Jornal Oficial da Roménia)

23.3 Sistema eletrónico de contratos públicos - http://www.e-licitatie.ro

24. ESLOVÉNIA

24.1 Jornal Oficial da União Europeia

24.2 Portal javnih naročil - http://www.enarocanje.si/?podrocje=portal

25. ESLOVÁQUIA

25.1 Jornal Oficial da União Europeia

25.2 Vestnik verejneho obstaravania (Boletim de Contratos Públicos)

26. FINLÂNDIA

26.1 Jornal Oficial da União Europeia

26.2 Julkiset hankinnat Suomessa ja ETA-alueella, Virallisen lehden liite (Contratos públicos na Finlândia e na área EEE, Suplemento do Jornal Oficial da Finlândia)

27. SUÉCIA

27.1 Jornal Oficial da União Europeia

28. REINO UNIDO

28.1 Jornal Oficial da União Europeia

Secção C:

O endereço ou endereços do sítio Web em que as Partes publicam estatísticas em matéria de contratação pública nos termos do artigo 19.15, n.º 5, e anúncios relativos aos contratos adjudicados, nos termos do artigo 19.15, n.º 6:

1. Os anúncios dos contratos adjudicados pelas entidades constantes dos anexos 19-1 a 19-3 da lista em matéria de acesso ao mercado da União Europeia são publicados no Jornal Oficial da União Europeia, versão em linha, Tenders Electronic Daily — http://ted.europa.eu